



30

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SETEMBRO - 2014

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Moura Vilela

CHEFIA DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Otávio Alexandre da Silva

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado - Chefia do Gabinete de Gestão

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves – Superintendência

CONSELHO EDITORIAL

Edson Roberto Vieira, Eduiges Romanatto, Guilherme Resende Oliveira, Jeferson de Castro Vieira, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Lillian Maria Silva Prado, Luiz Batista Alves, Marcos Fernando Arriel, Murilo José de Souza Pires, Paulo Borges Campos Jr e Sérgio Duarte de Castro.

COORDENAÇÃO

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

EQUIPE DE CONJUNTURA

Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Juliana Dias Lopes, Lillian Maria Silva Prado, Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro e Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Jaqueline Vasconcelos Braga

REVISÃO

Andressa Aparecida Barbosa Santos Braz

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 29 (2004-).

Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,
2014. 120 p.; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste

741 25-125 – Goiânia – Goiás

Tel: (62) 3201-6695 / 3201-8481

Internet: www.imb.go.gov.br

e-mail: imb@segplan.go.gov.br

SUMÁRIO

- 05** Apresentação
- 07** Economia Goiana – segundo trimestre de 2014
- 19** As Decisões dos Investidores do Mercado de Capitais Goianos são Confiáveis?
- 37** Estratégias de Comercialização do Feijão Produzido por Agricultores Familiares: Um estudo de caso na Região Leste do Estado de Goiás
- 55** Implicações da Expansão do cultivo da cana-de-açúcar sobre o município de Goiatuba
- 69** Sistemas Agroalimentares Locais: Uma Abordagem para a Análise da Produção de Pequi e Derivados em Municípios do Sul Goiano
- 83** Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o Território Estrada de Ferro
- 99** As Juventudes Goianas
- 115** Normas de publicação

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

APRESENTAÇÃO

É com alegria que chegamos a esta 30ª edição da **Conjuntura Econômica Goiana**, boletim trimestral editado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/SEGPLAN). A **Conjuntura** é elaborada por nossa equipe interna e conta com colaboradores, pesquisadores e especialistas de todo o país. Para este número, selecionamos quatro artigos sobre agricultura e mais dois sobre temas específicos e pertinentes ao atual momento brasileiro: o primeiro traça um perfil cuidadoso do comportamento dos investidores goianos no mercado financeiro e o segundo analisa as condições socioeconômicas da população goiana jovem, formada por pessoas com idade entre 16 e 24 anos.

Abrimos esta edição com a análise conjuntural do segundo trimestre de 2014, que se debruça sobre os principais indicadores socioeconômicos do Estado goiano. Em seguida vem o artigo *As Decisões dos Investidores do Mercado de Capitais Goianos são Confiáveis?*, cuja proposta é contribuir para o entendimento e o conhecimento do comportamento dos investidores goianos no que diz respeito à influência dos vieses excesso de confiança e otimismo, assim como, das características sociodemográficas e do perfil de investimento do goiano.

O bloco de artigos sobre a agricultura goiana começa com o texto *Estratégias de Comercialização do Feijão Produzido por Agricultores Familiares: Um estudo de caso na Região leste do Estado de Goiás*, que busca identificar as estratégias de comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar, assim como a principal safra, as variedades produzidas e o destino dessa produção de feijão. O artigo *Implicações da Expansão do cultivo da cana-de-açúcar sobre o município de Goiatuba* dá sequência ao bloco discutindo como, a partir de 2004, ocorreu uma forte expansão do cultivo de cana-de-açúcar no município e como essa expansão ajudou a alterar a dinâmica econômica da região, provocando êxodo rural e concentração fundiária.

O próximo texto, *Sistemas Agroalimentares Locais: Uma Abordagem para a Análise da Produção de Pequi e Derivados em Municípios do Sul Goiano*, analisa a extração do pequi no sul do Estado de Goiás utilizando a abordagem do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) e discute a comercialização de pequi *in natura* ou produtos com valor agregado como fatores de grande

importância para os produtores das regiões de exploração do fruto. O artigo *Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o Território Estrada de Ferro* fecha o bloco agrícola estudando a cadeia produtiva do leite no Estado de Goiás, e em especial no território da Estrada de Ferro que possui expressiva participação da agricultura familiar na região.

Fechando este boletim, o artigo *As Juventudes Goianas* analisa os dados referentes à demografia, saldo migratório, escolaridade, ocupação e violência que envolvem a juventude do Estado de Goiás, cuja importância social ganha relevância nas discussões acadêmicas e políticas públicas em geral e revela que, exceto no quesito segurança, os dados sobre a juventude goiana têm melhorado bastante ao longo dos dez anos analisados.

Esta trigésima edição do boletim **Conjuntura Econômica Goiana** vem a público graças a todos os pesquisadores e técnicos das instituições compromissadas com a publicação cada vez mais ampla e democrática das pesquisas e estudos sobre nossa realidade socioeconômica. Nosso trabalho continua nas próximas edições e esperamos que o próximo número seja ainda melhor, uma vez que se trata de uma edição especial, analisando a Economia em Goiás, em comemoração aos dez anos da publicação.

Boa leitura!

Lillian Maria Silva Prado

Chefe do Gabinete de Gestão do Instituto Mauro Borges

**Economia Goiana –
segundo trimestre de
2014**

Equipe de Conjuntura - IMB*

O desempenho da economia brasileira frustra no segundo trimestre de 2014 ao encolher 0,9%, se comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com dois trimestres seguidos de resultado negativo, considera-se tecnicamente que o país está em recessão. Isso não acontecia desde a crise financeira global de 2008 e 2009. Dados do Produto Interno Bruto (PIB) mostram a queda da indústria de 3,4% e a estabilidade nos serviços e na agropecuária.

O recuo de 3,4% na indústria brasileira foi influenciado pela construção civil e a indústria de transformação. A construção civil apresentou redução no volume do valor adicionado em 8,7%, provocados pelo fim das obras de infraestrutura para a copa do mundo e pela redução na oferta de imóveis novos. Já a indústria de transformação caiu em 5,5%, cujo resultado foi influenciado pelo decréscimo da produção na indústria automotiva; de máquinas e equipamentos; móveis; máquinas e aparelhos elétricos; produtos de metal; metalurgia; produtos químicos; borracha e plástico; têxtil; e produtos de madeira e celulose.

A economia brasileira sente os reflexos do menor consumo, principalmente, de bens de maior valor, como veículos, e também a competição cada vez maior com produtos importados. O setor de serviços, que sustentava o crescimento do PIB, já mostrara sinais de contração, seguindo a crise da indústria. Outro agravante é o esfriamento do mercado de trabalho, com a fraca geração de postos de trabalho nas maiores regiões metropolitanas do país.

** Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, João Quirino Rodrigues Júnior, Juliana Dias Lopes, Marcos Fernando Arriel, Millades Carvalho de Castro, Paulo Jackson Bezerra Vianna, Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.*

Num ambiente de baixo crescimento da economia brasileira, o PIB goiano expandiu 2,1% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo cálculos do Instituto Mauro Borges - IMB/SEGPLAN-GO (Tabela 1). Os indicadores de emprego e operações de crédito, apresentados mais adiante, mostram o melhor desempenho da economia de Goiás, se comparado à média nacional.

Tabela 1 - Estado de Goiás: Taxa trimestral
(Base: igual período do ano anterior) (%)

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2º Trimestre/14	2,0	2,0	2,2	2,1
2º Trimestre/13	-0,3	4,6	4,6	4,2
2º Trimestre/12	-1,5	3,5	3,0	2,4

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.
Dados sujeito a revisão.

Embora neste trimestre a economia goiana tenha apresentado ritmo um pouco menor no crescimento em relação aos outros anos, as três grandes atividades apresentaram variação positiva. A atividade de serviços expandiu 2,2%, a indústria 2,0% e a agropecuária 2,0%.

O desempenho da agropecuária foi impulsionado na agricultura pela maior produção na lavoura temporária, especialmente nas culturas de milho, algodão, feijão e girassol. Na pecuária, os rebanhos de suínos e bovinos foram as principais influências para o comportamento positivo.

A indústria continua a apresentar crescimento ao longo do ano, embora com menor expansão no segundo trimestre de 2014. A continuidade dos riscos associados à estabilidade financeira global, o crescimento moderado do crédito e às perspectivas pessimistas em relação ao consumo foram empecilhos para a expansão maior desse setor.

O setor de serviços, com o maior crescimento entre os grandes setores, teve expansão em todas as atividades que o compõem. Os destaques no segundo trimestre foram nas atividades de alojamento e alimentação, com crescimento de 7,0%, de administração pública, 3,0%, e de transporte, 2,2%.

Agropecuária

O setor agropecuário, constituído pela agricultura e pecuária, possui comportamento diferenciado, por apresentar oscilações de maior magnitude, principalmente devido às condições climáticas, o que modifica a estrutura de oferta e também dos preços. Nesse sentido, a agropecuária goiana registrou expansão de 2,0% no segundo trimestre de 2014.

Na agricultura, os maiores incrementos vieram da lavoura temporária, na produção de milho, algodão, feijão e girassol. A lavoura permanente teve recuo na quantidade produzida de banana, mas por outro lado houve expansão nas culturas de café e laranja.

A pecuária apresentou crescimento moderado para os rebanhos de bovinos, aves e suínos, no entanto, há expectativas de expansão em decorrência da demanda do mercado interno e externo, dado que o Estado deve passar a exportar carnes para outros mercados, como a Rússia, em decorrência de embargos da União Européia e dos Estados Unidos.

A safra de grãos do Estado de Goiás, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), posição de julho de 2014, aumentou 2,1% em 2014 (18,6 milhões de toneladas), ante 18,185 milhões de toneladas colhidas em 2013, impulsionada pelo crescimento na produção de girassol (35,7%), milho (8,6%), feijão (4,2%) e algodão (3,9%) (Tabela 2). Além do acréscimo na produção goiana, houve expansão de área plantada, 3,6%, mas verificou-se um decréscimo de rendimento médio em culturas como a soja, a cana-de-açúcar e o tomate.

Tabela 2 – Estado de Goiás: variação dos principais produtos agrícolas – 2013-2014

Produto	Produção (t) 2013	Produção (t) 2014	Variação 2014/2013 (%)
Algodão herbáceo	204.285	212.175	3,9
Arroz	148.659	137.151	-7,7
Banana	193.880	163.938	-15,4
Café	16.111	18.720	16,2
Cana de açúcar	69.307.411	68.486.946	-1,2
Feijão	289.921	302.152	4,2
Girassol	5.677	7.703	35,7
Laranja	130.062	141.251	8,6
Mandioca	167.358	155.569	-7,0
Milho	7.690.418	8.351.389	8,6
Soja	8.902.769	8.779.786	-1,4
Sorgo	923.069	760.055	-17,7
Tomate	1.329.797	1.269.042	-4,6
Trigo	19.543	17.815	-8,8

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola- LSPA / IBGE. Posição em julho/ 2014.
 Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO /Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Indústria

A indústria goiana (transformação, extrativa, construção civil e produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana) registrou expansão de 2,0% no segundo trimestre, devido aos incrementos ocorridos na indústria extrativa (6,7%), na construção civil (4,2%) e na indústria de transformação (1,6%). Já a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água (Siup) ficou praticamente estável 0,1%.

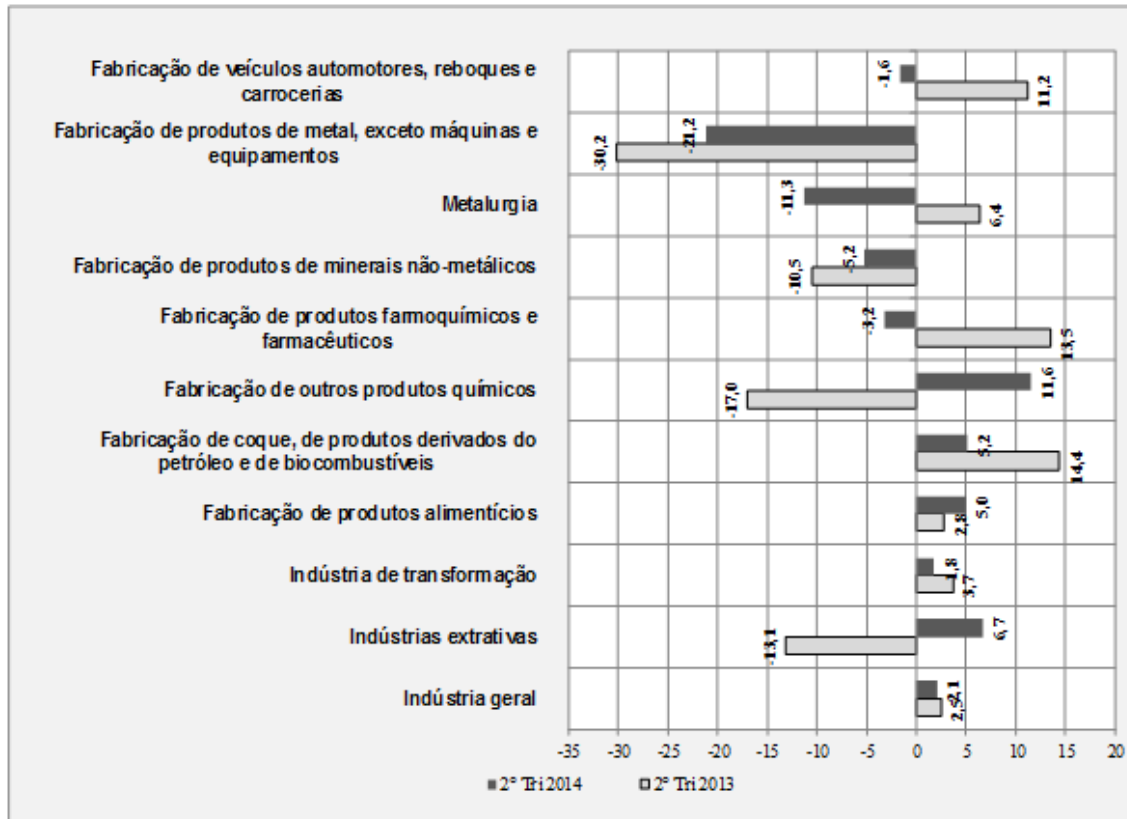
A construção civil foi impulsionada pelas obras de infraestrutura realizada no Estado, tais como pavimentação e saneamento. Outro fator decorre do crescimento da renda das famílias, o que favoreceu o setor com a maior demanda por novas habitações residenciais.

Na indústria de transformação, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE), no acumulado dos meses de abril a junho de 2014, houve acréscimo de 1,8% (Gráfico1). As principais contribuições vieram da fabricação de produtos alimentícios (5,0%), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (5,2%) e da fabricação de outros produtos químicos (11,6%).

O desempenho na fabricação de produtos alimentícios esteve ligado ao aquecimento das vendas de alimentos na rede varejista, devido à Copa do Mundo. Para a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, houve aumento na demanda doméstica.

A produção de fertilizantes e demais produtos do agronegócio impactou positivamente a variação do segmento de outros produtos químicos.

Gráfico 1 - Estado de Goiás: Pesquisa Industrial – 2º Trimestre de 2014
(Base: Igual período do ano anterior) - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Serviços

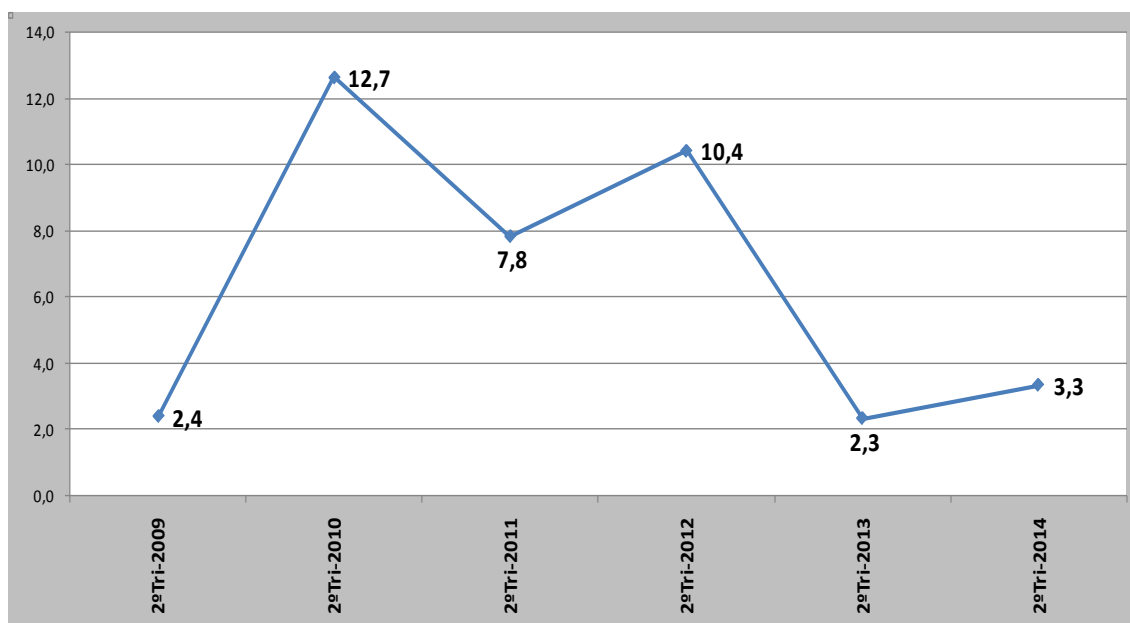
No tocante ao setor de serviços houve crescimento de 2,2%, em relação ao mesmo período de 2013. A expansão foi influenciada às altas na atividade de alojamento e alimentação (7,0%), devido ao crescimento do setor de turismo, principalmente na capital do Estado, que tem atraído eventos na área de negócios, tais como a medicina e o agronegócio; na administração pública, segundo segmento na estrutura produtiva goiana, representando 14,1% da atividade econômica do Estado, apresentou variação de 3,0% no segundo trimestre; e na atividade de transporte que expandiu 2,2%, reflexo da demanda das atividades de agropecuária e de indústria que tiveram expansão de 2,0% no trimestre.

O setor de comércio cresceu apenas 0,8%. Nota-se que embora os serviços tenham expandido, o comércio que detém importante participação nessa atividade (25,0%), não avançou no segundo trimestre de 2014, por conta do recuo no período do segmento de atacado, no caso do varejo percebeu-se menor ritmo de crescimento.

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas do comércio varejista cresceu 4,0%, na comparação entre o segundo trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2013 (Gráfico 2).

As maiores contribuições positivas por segmento no trimestre foram as seguintes: outros artigos de uso pessoal e doméstico, com taxa de crescimento de 29,3%; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (24,6%) e móveis e eletrodomésticos (5,4%). Em relação às vendas do comércio varejista ampliado, houve recuo de 1,5% nesse segundo trimestre. O setor é composto pelos segmentos de veículos, motocicletas, partes e peças (-6,6%) e materiais de construção (-5,2%), conforme apresentado na Tabela 3.

**Gráfico 2 - Estado de Goiás: Pesquisa Mensal do Comércio Varejista
(Base: Igual período do ano anterior)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

O segmento de veículos, motos, partes e peças recuou devido ao contínuo processo de desaceleração da demanda doméstica por veículos, respondendo ao retorno do IPI e ao aumento das taxas de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). As vendas de materiais de construção também apresentaram taxas negativas, perdendo ritmo na comparação com o segundo trimestre de 2013.

Tabela 3 - Estado de Goiás: Variação do volume de vendas no comércio varejista (Base: Igual mês do ano anterior)

Segmento	2º Trimestre de 2013	2º Trimestre de 2014
Comércio Varejista Geral	2,3	4,0
Combustíveis e lubrificantes	12,8	-4,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-6,3	0,7
Hipermercados e supermercados	-6,2	0,2
Tecidos, vestuário e calçados	18,7	3,6
Móveis e eletrodomésticos	5,7	5,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	13,3	24,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,6	4,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	10,2	2,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,0	29,3
Comércio varejista ampliado geral	6,5	-1,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	11,1	-6,6
Material de construção	8,4	-5,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Quanto ao comércio exterior, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi registrado o valor de US\$ 2,008 bilhões nas exportações goianas no segundo trimestre de 2014 e as importações totalizaram US\$ 1,051 bilhão, Tabela 4. Com relação ao segundo trimestre do ano anterior, o saldo comercial goiano teve crescimento de 31,2%, enquanto as importações recuaram 21,3%, assim, o saldo comercial no segundo trimestre alcançou o montante de US\$ 956,672 milhões. A pauta dos produtos exportados foi liderada principalmente pelo complexo de soja (grão, óleo e farelo). No tocante à corrente de comércio, houve recuo de 10,1% em relação ao segundo trimestre de 2013, com montante de US\$ 3,059 bilhões.

Tabela 4 – Estado de Goiás: Balança Comercial – (1000 US\$)

Ano/Mês	Exportação	Importação	Saldo
2º Trimestre 2014	2.008.144	1.051.472	956.672
2º Trimestre 2013	2.065.593	1.336.414	729.180

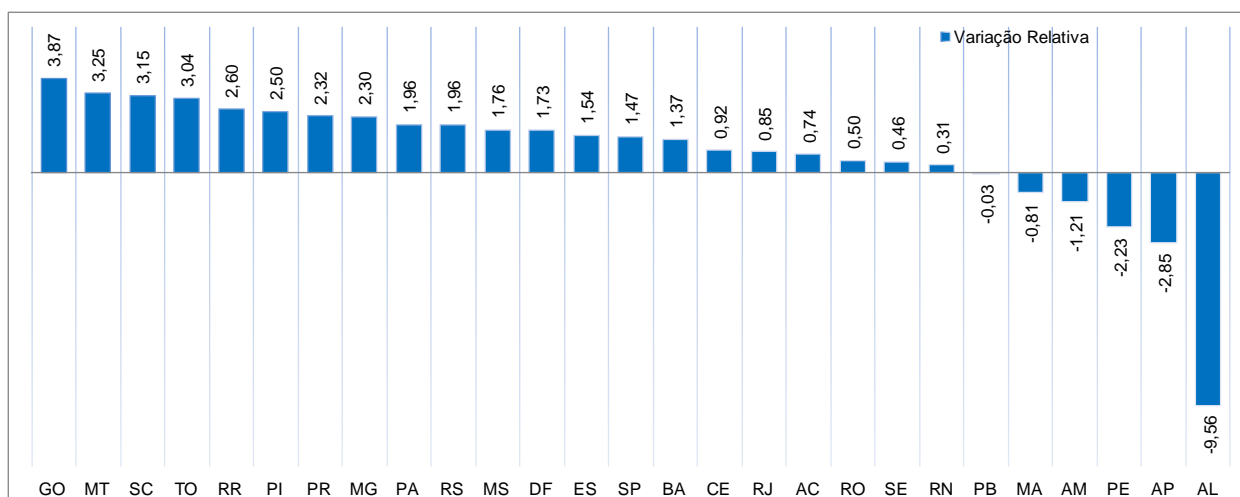
Fonte: MDIC.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2014.

Emprego e Crédito

Segundo dados do CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego, em Goiás foram gerados 46.716 novas colocações com registro em carteira (ajustado com as declarações entregues pelas empresas fora do prazo), no primeiro semestre de 2014, representando um acréscimo de 3,87%, superior ao nacional que foi de 1,45%. Esse resultado fez com que Goiás alcançasse o primeiro lugar em termos relativos e o sexto lugar em termos absolutos, na geração de emprego formal no acumulado do ano, dentre as 27 Unidades da Federação, conforme observado no Gráfico 3 e Tabela 5.

Gráfico 3 – Variação do emprego formal nas Unidades da Federação no ano 2014 – Variação relativa (%)



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014.

Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

Tabela 5 - Ranking dos estados: Emprego formal – Acumulado do primeiro semestre de 2014

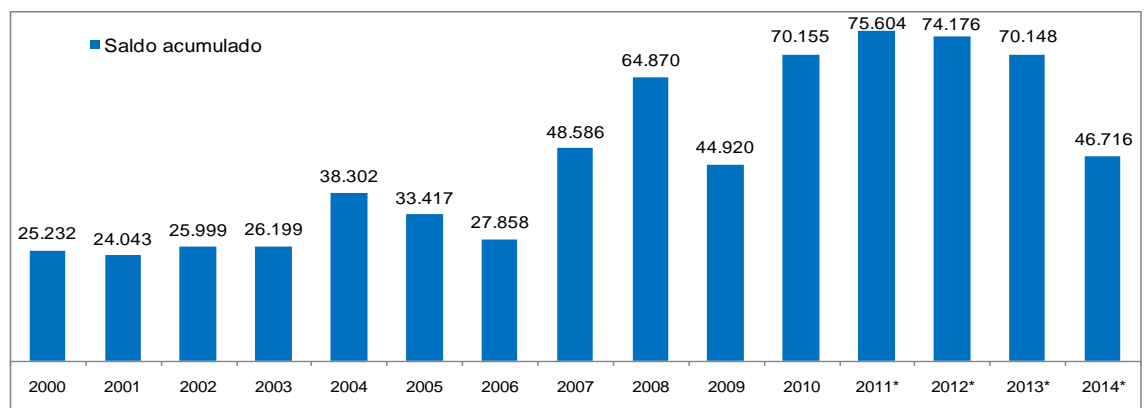
Ranking	Estados	Vagas geradas
1º	SAO PAULO	187.505
2º	MINAS GERAIS	97.503
3º	PARANA	62.909
4º	SANTA CATARINA	62.387
5º	RIO GRANDE DO SUL	51.955
6º	GOIAS	46.716
7º	RIO DE JANEIRO	32.850
8º	BAHIA	24.605
9º	MATO GROSSO	20.901
10º	PARA	15.406

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014.

Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Saldo (Admitidos – Desligados) no primeiro semestre – 2000 a 2014



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014.

* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.

Com base nos dados do BACEN, em junho, o saldo acumulado do total das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras atuantes em todo o Estado alcançou R\$ 93,75 bilhões, o equivalente à variação positiva de 7,30% em relação a dezembro de 2013 e 17,06% a junho de 2013. Deste total apurado, R\$ 55,71 bilhões (59,4%) referem-se ao saldo das operações de crédito das pessoas físicas, com alta de 8,35% em comparação a dezembro de 2013 e 18,97% em relação ao mesmo mês do ano passado. Já o saldo das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 38,04

bilhões (40,6% do total), apresentou aumento de 5,80% em relação a dezembro passado e uma elevação de 14,37% em relação ao final de junho de 2013.

A partir do Gráfico 2, é possível observar que no segundo trimestre de 2014 há uma desaceleração no crescimento das operações de crédito da pessoa física, e uma aceleração no crescimento das operações de crédito da pessoa jurídica. De acordo com o Banco Central, em junho, o crescimento do crédito para o setor industrial, se deu devido à demanda de segmentos como de energia, açucareiro, químico e farmacêutico, enquanto no setor rural, foi impulsionado pela demanda de investimento agrícola e custos referentes à safra 2013/2014. Por meio destes, pode-se considerar que a tendência de crescimento do crédito de pessoa jurídica em Goiás, em junho, se deve aos segmentos açucareiro, farmacêutico e ao setor rural que predominam no Estado.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás foi em média de 2,93% em junho, indicando uma redução em relação ao final do ano de 2013, sendo 3,46% referentes às pessoas físicas e 2,17% às pessoas jurídicas. Essas baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas, quanto das jurídicas em honrarem seus contratos de crédito. Para o BACEN, a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias e o saldo total das operações.

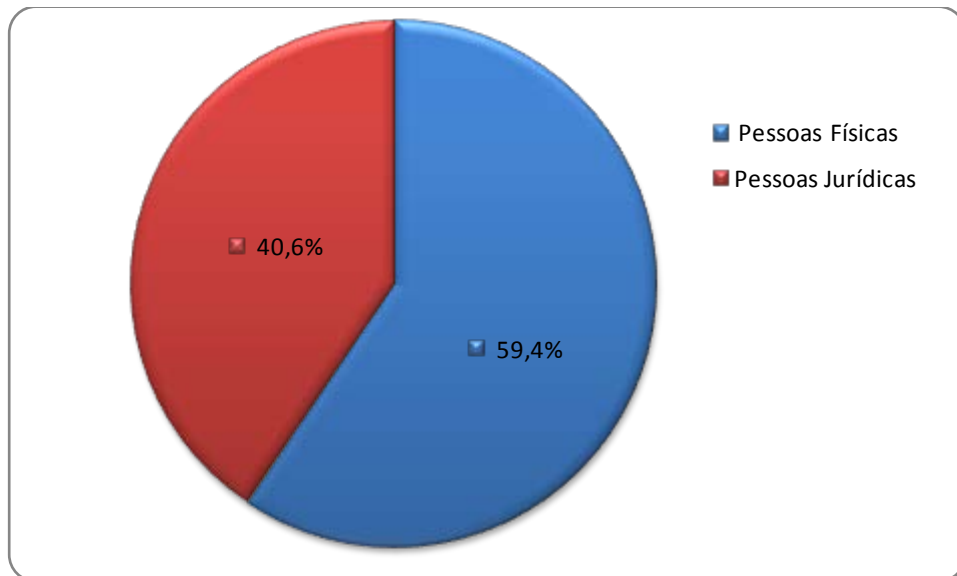
Tabela 6 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2013/14

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
jun/13	46,82	33,26	80,09	4,23	2,19	3,36
jul/13	47,29	33,44	80,73	4,13	2,02	3,23
ago/13	48,03	34,23	82,25	3,97	1,95	3,11
set/13	48,68	34,87	83,55	3,94	2,06	3,14
out/13	49,40	34,92	84,32	3,92	2,2	3,19
nov/13	50,31	35,37	85,68	3,8	2,29	3,16
dez/13	51,41	35,96	87,37	3,65	2,15	3,02
jan/14	52,17	35,82	87,99	3,59	2,21	3,01
fev/14	52,55	36,31	88,86	3,53	2,12	2,94
mar/14	52,98	36,89	89,87	3,55	2,12	2,95
abr/14	53,91	37,57	91,48	3,52	2,13	2,94
mai/14	54,80	37,96	92,76	3,52	2,28	3,00
jun/14	55,71	38,04	93,75	3,46	2,17	2,93

Fonte: BACEN.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

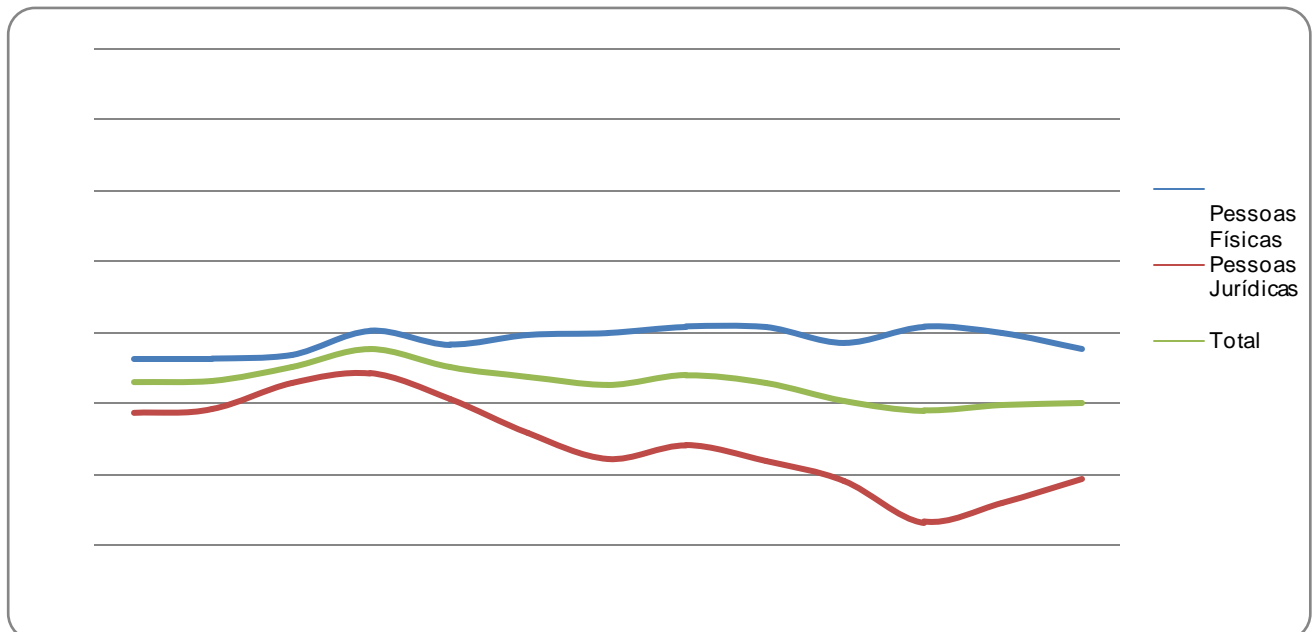
Gráfico 5 - Estado de Goiás: Participação dos Saldos das Operações de Crédito das Pessoas Físicas e Jurídicas no Saldo Total - Jun/2014



Fonte: BACEN.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Gráfico 6 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2013/14



Fonte: BACEN.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

As Decisões dos Investidores do Mercado de Capitais Goianos são Confiáveis?

*Daiana Paula Pimenta¹
Alethéia Ferreira da Cruz²
Moisés Ferreira da Cunha³
Cláudia Regina Rosal Carvalho⁴*

Resumo: As finanças comportamentais têm como um de seus objetivos, identificar como as emoções e os vieses cognitivos podem influenciar o processo de tomada de decisão dos indivíduos. Embasando-se nos construtos dessa teoria, este estudo objetivou contribuir para o entendimento e conhecimento do comportamento dos investidores goianos no que diz respeito à influência dos vieses excesso de confiança e otimismo, assim como das características sociodemográficas e do perfil de investimento sobre as decisões destes indivíduos. A análise dos dados foi realizada por meio do método de estimação Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados das regressões indicaram que o excesso de confiança e o otimismo exercem influência negativa sobre a confiabilidade das decisões dos investidores goianos. Assim como, o fato de os respondentes terem pós-graduação, serem do sexo feminino, declararem-se como viúvos e atribuírem importância aos retornos em longo prazo.

Palavras-chave: Excesso de Confiança; Otimismo; Confiabilidade das Decisões.

Introdução

As Finanças corporativas têm como objetivo explicar os contratos financeiros e o verdadeiro comportamento de investimento que emergem da interação entre gestores e investidores e foram construídas a partir de uma abordagem econômica, cujo paradigma central é a racionalidade ilimitada dos agentes econômicos (SIMON, 1979). No entanto, uma explicação completa dos padrões de financiamento e de investimento requer uma compreensão correta das crenças e preferências destes dois tipos de agentes econômicos (WURGLER; BAKER, 2012).

Por outro lado, as teorias evolucionárias ou neo-schumpeterianas rejeitam o equilíbrio de mercado diante do ambiente coletivo de mudanças

¹ Mestra. Docente na Universidade Federal de Goiás. E-mail: daiana-pimenta@hotmail.com

² Mestra. Docente na Universidade Federal de Goiás. E-mail: aletheiacruz@yahoo.com.br

³ Doutor. Docente na Universidade Federal de Goiás. E-mail: mfcunha@hotmail.com

⁴ Doutora. Docente na Universidade Federal de Goiás. E-mail: clregina@hotmail.com

proporcionadas por agentes individuais. Apontam para a necessidade de desenvolver uma visão dos agentes, constituída de indivíduos e firmas distintas com características cognitivas próprias e criticam as hipóteses de racionalidade substantiva, que predefinem o comportamento dos agentes econômicos, segundo o princípio da maximização dos lucros ou da utilidade esperada (VIEIRA, 2010).

Corroborando essa abordagem encontram-se as Finanças Comportamentais, que a partir da crítica aos pressupostos paradigmáticos da área de finanças visam melhor entender e pressupor os processos de decisão psicológicos que influenciam de forma sistemática os mercados financeiros por meio da incorporação do estudo de heurísticas e de vieses cognitivos para a redução da complexidade da escolha em processos de decisão financeira (OLSEN, 1998).

Dentre os vieses mais estudados pelo campo estão o otimismo e o excesso de confiança. Lovall e Kahneman (2003) argumentam que o otimismo gera muito mais entusiasmo do que realismo, dificultando uma avaliação adequada da realidade por parte dos investidores e que essa ilusão cognitiva pode fazer com que os investidores sejam menos resistentes quando confrontados com as situações mais difíceis e objetivos desafiadores. Já o excesso de confiança, conforme Tourani-Rad, Kirkby (2005), está relacionado à tendência dos indivíduos de superestimarem seus conhecimentos e capacidades das falhas cognitivas.

Embora, pelo menos nos últimos 15 anos, venham surgindo trabalhos sobre o comportamento dos investidores e a propensão a vieses de cognição no contexto brasileiro (KIMURA, 2003; BARROS, 2005; MINETO, 2005; SOUZA, 2005; GOMES, 2007; MACEDO JR, 2008, ZINDEL, 2008, BORSATO e RIBEIRO, 2010; PIMENTA, BORSATO e RIBEIRO, 2012, dentre outros), em sua maioria, estes estudos focam investidores de regiões como os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, deixando investidores de outras regiões do país, como o Estado de Goiás, por exemplo, como um campo a ser estudado. Acredita-se que os resultados de pesquisas anteriores em diferentes Estados não podem ser generalizados, pois existe a possibilidade de que a influência de falhas cognitivas nas decisões destes agentes possa variar em função de suas características sociodemográficas (FERREIRA, 2004).

Neste contexto, pretende-se com esta pesquisa contribuir para o entendimento e conhecimento do comportamento dos investidores goianos no que diz respeito à influência dos vieses excesso de confiança e otimismo, assim como das características sociodemográficas e do perfil de investimento sobre as decisões destes indivíduos. Especificamente, a presente pesquisa objetiva investigar as seguintes questões: a propensão aos vieses excesso de confiança e otimismo em conjunto com as características sociodemográficas e do perfil de investimento influenciam a confiabilidade das decisões dos investidores goianos do mercado de capitais?

Para responder a esta questão utilizou-se o *Brier Score*, um modelo matemático que permite identificar a qualidade de previsões por meio de três

atributos: confiabilidade, resolução e incerteza, a partir do modelo teórico proposto por Pimenta, Borsato e Ribeiro (2012).

O artigo está estruturado em quatro seções incluindo esta introdução. Na primeira seção apresenta-se o referencial teórico e as hipóteses de pesquisa. Na segunda, a metodologia e sequencialmente os resultados da pesquisa. Na quarta e última seção encontram-se as considerações finais.

1. Referencial Teórico

1.1 As Teorias de Finanças

As Finanças Modernas construíram sua base no mercado e sua eficiência, na racionalidade do investidor e em modelos de risco e retorno. Os modelos financeiros tradicionais, a Teoria de Portfólio proposta por Markowitz (1952), a Hipótese de Eficiência de Mercados de Capitais (HEM) proposta por Famá (1970), a Teoria da Utilidade Esperada (TUE) e o Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM) desenvolvido por Sharpe (1964), Lintner (1965) e Black (1972) partem da premissa de que os agentes são todos racionais e não há fricções e que o preço de um ativo no mercado é equivalente ao seu valor fundamental dado pela soma dos valores descontados dos seus fluxos de caixa esperados.

As Finanças Comportamentais vieram para desmistificar as dificuldades das finanças modernas, ou seja, para explicar os comportamentos relacionados a experiências ou observações e para buscar resultados mais críveis (SANTOS, 2006).

Em resumo, as Finanças Comportamentais não visam substituir as teorias existentes, mas servir como complemento a partir da introdução de aspectos comportamentais para o entendimento do processo decisório dos agentes de mercado. Este campo de estudo postula que alguns fenômenos financeiros são mais bem entendidos, usando modelos em que os agentes não são completamente racionais, e os seus estudos têm se concentrado na compreensão das ilusões cognitivas e de suas implicações no comportamento dos tomadores de decisão.

1.2 O Processo Decisório Financeiro, o Excesso de Confiança e o Otimismo

Segundo Kahneman (2011) para uma pessoa racional, decisões baseadas em previsões imparciais e moderadas não devem representar um problema, pois o investidor racional em capital de risco sabe que mesmo os negócios iniciais mais promissores apresentam uma chance de sucesso apenas moderada. Todavia, nem todos os indivíduos são racionais, e alguns talvez precisem da segurança de estimativas distorcidas para evitar a paralisia.

As decisões mais importantes tomadas pelos indivíduos costumam ocorrer sob condições complexas ou desconcertantes. Tvesky e Kahneman (1973) observaram que os indivíduos, durante o processo de decisão, às vezes utilizam estratégias de análise diferentes e que não tentam manipular mentalmente todos os atributos ponderados e todas as opções disponíveis quando tem um tempo limitado ou quando procuram tomar decisões em um tempo considerado razoável.

Ainda segundo Tvesky e Kahneman (1973), os indivíduos quando tomam decisões que envolvem escolhas, entre várias alternativas, utilizam um processo de eliminação por aspecto, ou seja, primeiro focalizam um aspecto das diversas opções disponíveis e formam um critério mínimo para ele. Em seguida, seleciona um segundo aspecto a ser aplicado às opções remanescentes e assim, sucessivamente, até que reste apenas uma alternativa.

Segundo Macedo Jr (2007), apesar de os indivíduos estarem aparentemente utilizando um critério racional no processo de eliminação por aspectos, na verdade não estão fazendo escolhas ótimas, uma vez que, na maioria das vezes, esses indivíduos utilizam regras heurísticas que limitam ou distorcem a capacidade de tomar decisões.

Os processos heurísticos, assim como as estruturas mentais, são considerados modelos cognitivos e heurísticos que se constituem em regras baseadas na experiência anterior do tomador de decisão ou no senso comum de determinada coletividade. As estruturas mentais representam um conjunto dos conhecimentos disponíveis em um indivíduo compreendendo as relações preferenciais em certas configurações da realidade e dos conhecimentos que permitam uma manipulação mental desta realidade (FIALHO e SANTOS, 1995).

A partir da literatura comportamental é possível identificar várias falhas cognitivas cometidas pelos investidores durante seu processo decisório. Entre elas destacam-se associações pressupostas, aversão à perda, interpretações erradas de probabilidades, regressão à média, excesso de confiança e efeito disposição, entre outras (BAZERMAN, 2004). No entanto, esta pesquisa tem como foco a compreensão da influência de duas falhas cognitivas em particular, o excesso de confiança e o otimismo, e seus impactos na confiabilidade das decisões dos indivíduos.

Para Zakay e Tsal (1993), a palavra confiança refere-se ao nível de certeza que os indivíduos têm na validade, na exatidão, ou no estado mental sobre crenças, conhecimentos, percepções, previsões, julgamentos ou decisões. Segundo esses autores, sempre que alguém faz uma previsão ou dá uma resposta, tem um nível de confiança associado, pois, este é um sentimento típico da maioria das atividades mentais.

Investir é um processo difícil que envolve coletar informações, analisá-las e com base nisto tomar uma decisão. Entretanto, o excesso de confiança induz os indivíduos a interpretarem erroneamente a precisão das informações e superestimarem a habilidade de analisá-las, levando a decisões medíocres de investimento, que normalmente se manifestam em excesso de transações,

assunção de maiores riscos e prejuízos no portfólio (NOFSINGER; GLASER; WEBER, 2010).

Para Pulford e Colman (1997) o nível de confiança varia, visto que é uma variável contínua, de baixa, representada por uma ausência de certeza, ou de alta, evidenciada pela certeza de que a decisão está correta ou é a melhor. Corroborando esta afirmação Kahneman, Slovic e Tversky (1982) entendem que a confiança indica a probabilidade subjetiva, ou o nível de crença associado, do que os indivíduos pensam que acontecerá. Neste contexto, surge a primeira hipótese deste estudo:

H1: O excesso de confiança influencia negativamente a confiabilidade das decisões dos investidores goianos.

Como citado anteriormente, o processo de tomada de decisão é influenciado também por estruturas mentais, ou seja, pela maneira como as opções são apresentadas. Dentre as principais ilusões cognitivas causadas por estruturas mentais está o Otimismo.

Taylor (1989) afirma que as pessoas veem a si mesmas, o futuro e o mundo sob uma luz consideravelmente mais positiva do que seria objetivamente provável ou do que a realidade poderia sustentar, ocasionando um viés de julgamento, o otimismo, que leva as pessoas a acreditarem que seu futuro será melhor e mais brilhante do que os das outras pessoas.

Lovalló e Kahneman (2003) argumentam que o otimismo gera muito mais entusiasmo do que realismo, dificultando uma avaliação adequada da realidade por parte dos investidores, e que essa ilusão cognitiva pode fazer com que os investidores sejam menos resistentes quando confrontada com as situações mais difíceis e objetivos desafiadores. Neste contexto, surge a segunda hipótese deste estudo:

H2: O otimismo influencia negativamente a confiabilidade das decisões dos investidores goianos.

Ferreira (2004) afirma que as características específicas dos respondentes são úteis para a compreensão e para a análise do fenômeno estudado, pois existe a possibilidade de que a influência de falhas cognitivas, nas decisões dos investidores, possa variar em função das características sociodemográficas e do perfil de investimento, alterando a confiabilidade das decisões destes indivíduos. Neste contexto, surge a terceira hipótese desta pesquisa:

H3: A confiabilidade das decisões dos investidores goianos varia em função das características sociodemográficas dos respondentes.

2. Metodologia

A partir de uma análise dos diferentes tipos de pesquisa, identificou-se o estudo descritivo como o mais adequado para o desenvolvimento do presente trabalho. A abordagem predominante foi estabelecida de acordo com as premissas da pesquisa quantitativa. Para responder ao problema proposto utilizaram-se dados primários obtidos a partir da aplicação de questionários a investidores do Estado de Goiás, durante os anos de 2012 e 2013.

2.1 Método de Comunicação com os Indivíduos

O Método de comunicação adotado consistiu no questionamento dos respondentes por meio do questionário proposto por Pimenta, Borsato e Ribeiro (2012).

O questionário é segmentado em três partes. A primeira, contendo as questões 1 a 10, objetivaram identificar o perfil pessoal e de investimento dos respondentes, ou seja, o nível de instrução, a idade, o gênero, o estado civil, a atividade profissional, o tempo de investimento em ações, a importância relativa do prazo de retorno do investimento, o nível de diversificação, o número de transações realizadas no último ano e o método de análise de ações.

A segunda parte, composta por 10 questões, objetivou identificar o excesso de confiança e fornecer dados para a mensuração da qualidade das decisões. Foram utilizadas 10 questões, de conhecimento geral, propostas por Lichtenstein, Fischhoff e Phillips (1982). Cada questão possuía duas alternativas de resposta, das quais uma era verdadeira e a outra falsa e também uma escala de meia-extensão (50% a 100%) de $(0.5 \leq p \leq 1.0)$, na qual os indivíduos pesquisados estabeleceram probabilidade de o quão certo estavam de que a alternativa escolhida fosse de fato verdadeira (PIMENTA, BORSATO e RIBEIRO, 2009).

A terceira e última parte do questionário, composta por 10 questões, buscou informações sobre a percepção dos respondentes quanto a eventos futuros a partir da versão brasileira do Teste de Orientação da Vida (TOV-R) (BANDEIRA *et al*, 2002), cujo resultado, assim como a idade dos respondentes, foram utilizados como *proxy* para o cálculo do viés otimismo.

2.2 Amostra

Foi empregado o método de amostragem aleatória simples, que se caracteriza, segundo Martins e Theófilo (2009), pelo fato de todos os elementos da população terem igual probabilidade de comporem a amostra. Para tanto, considerando-se a impossibilidade de aplicação do questionário em todas as cidades do Estado de Goiás, optou-se por realizar um sorteio, de forma

aleatória, para identificar 3 cidades do interior, além da capital Goiânia, para aplicação do questionário.

Para o sorteio, inicialmente, relacionaram-se os municípios do Estado de Goiás que, excluindo a capital Goiânia, totalizaram 245 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2013). Com estas informações, elaborou-se a relação dos dados brutos da população, ordenando os municípios com uma numeração aleatória. Como se dispunha de um conjunto de elementos de 245 números começou-se pelo 000 até o 244, usando três dígitos.

Sequencialmente, sorteou-se o valor de n , aqui num tamanho igual a 3, pois pretendia-se selecionar três cidades, utilizando uma tabela de números aleatórios gerada pelo Excel. Utilizou-se a tabela agrupando os números de 3 em 3, pois a amostra é de três dígitos, começando de qualquer ponto na vertical ou na horizontal, até ser possível sortear o tamanho de n existente. Por fim, os seguintes municípios, além de Goiânia, foram selecionados: Itumbiara, Alvorada do Norte e Indiara.

As pesquisadoras foram até estas cidades a fim de identificar pessoas atuantes ou que em algum momento tivessem atuado no mercado de capitais e, ao final, obteve-se 147 questionários respondidos nas quatro cidades pesquisadas.

2.3 Modelo Matemático para o Suporte do Processo Decisório Financeiro

Assim como em Pimenta, Borsato e Ribeiro (2012), para o cálculo da confiabilidade das decisões será utilizada a fórmula do *Brier Score* proposto por Brier (1950), que se constitui em uma medida de desvio da calibração perfeita que possui três atributos de qualidade: confiabilidade, resolução e acurácia.

$$BS = \underbrace{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^1 N_i (p_i - \bar{o})^2}_{\text{Confiabilidade}} - \underbrace{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^1 N_i (\bar{o} - \bar{o})^2}_{\text{Resolução}} + \underbrace{\bar{o}(1 - \bar{o})}_{\text{Incerteza}} \quad (1)$$

Onde: BS = Brier Score; p_i = Níveis correspondentes de confiança; N_i = Número de respostas na categoria de confiança; 1 = Número total de categorias de confiança; n = Número de respostas; \bar{o} = Proporção correta para todos os itens assinalados com a probabilidade p_i .

Apenas a primeira parte da Equação (1), que representa a confiabilidade, foi utilizada. Assim, nesta pesquisa, a confiabilidade equivale à variância da diferença entre a proporção de respostas corretas (\bar{o}) e à média da confiança dos indivíduos em ter fornecido a resposta correta (p_i). Em termos psicométricos esta pode ser definida como a reprodução das distinções

feitas entre aspectos das pessoas, ou seja, como o grau com que múltiplas medidas de um sujeito são concordantes.

O excesso de confiança foi mensurado por meio da Equação (2), também derivada do *Brier Score*, proposta por Murphy (1973), a qual dispõe de um sinal positivo ou negativo para indicar se o indivíduo possui excesso ou baixa confiança em seus julgamentos. Quando uma pessoa apresenta excesso de confiança significa que o seu nível de confiança no julgamento tende a exceder o seu nível de acuidade.

$$\text{Excesso de Confiança} = \frac{1}{N} \sum_{t=1}^T nt(rt - ct) \quad (2)$$

2.4 Definição Operacional das Variáveis

Os dados referentes ao perfil sócio demográfico, de investimento e ao excesso de confiança e otimismo foram caracterizados como variáveis explicativas e encontram-se descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição das Variáveis Explicativas e Categorias de Referência

Variáveis	Descrição	Categorias de Referência
Enssup	Nível de instrução ensino superior	
Pgrad	Nível de instrução pós-graduação	
Casado	Estado civil casado	Solteiro
Divorciado	Estado civil divorciado	
Viúvo	Estado civil viúvo	
Autônomo	Posição na ocupação autônomo	Empregado
Empresário	Posição na ocupação empresário	
Um_doisanos	Compra/Vende ações de um a dois anos	Menos de um ano
Do_cincanos	Compra/Vende ações de dois a cinco anos	
ci_dezanos	Compra/Vende ações de cinco a dez anos	
Picprazo	Pouca importância a retornos de curto prazo	Retorno a curto, médio e longo prazo e recebimento de dividendos irrelevante
Impcprazo	Importância a retornos de curto prazo	
Pimprazo	Pouca importância a retornos de médio prazo	
Impmprazo	Importância a retornos de médio prazo	
Pilprazo	Pouca importância a retornos de longo prazo	
Implprazo	Importância a retornos de longo prazo	
Pidivid	Pouca importância quanto ao recebimento de dividendos	
Impdivid	Importância quanto ao recebimento de dividendos	
Uma_a_duas	Possui ações em uma a duas empresas	Mais de quinze
Três_a_cinco	Possui ações em três a cinco empresas	
seis_a_nove	Possui ações em seis a nove empresas	
Dez_a_quinze	Possui ações em dez a quinze empresas	
Exconf	Excesso de Confiança	-

Fonte: Adaptado de Pimenta, Borsato e Ribeiro (2012).

2.5 Modelos Econométricos

Nesta pesquisa foi utilizado o método de estimação Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para fins de derivação dos efeitos *ceteris paribus* de um conjunto de variáveis independentes, ou seja, das características do viés excesso de confiança e do perfil pessoal e de investimento sobre a qualidade das decisões dos investidores goianos e suas respectivas hipóteses. Foram realizados testes estatísticos para verificação da adequabilidade do modelo e eventuais correções. A Equação utilizada para as regressões neste artigo foi especificada da seguinte forma:

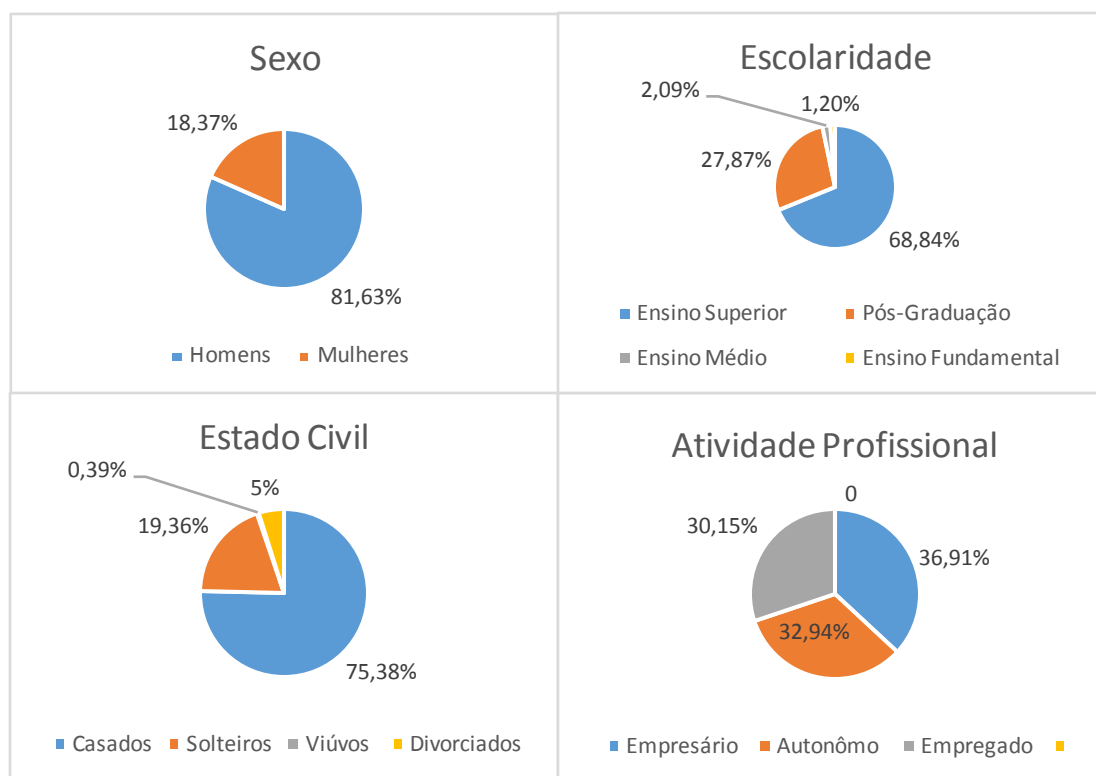
$$C = \beta_0 + \beta_1 \text{Ensup} + \beta_2 \text{Pgrad} + \beta_3 \text{Casado} + \beta_4 \text{Divorciado} + \beta_5 \text{Viúvo} + \beta_6 \text{Empreario} + \beta_7 \text{Autônomo} + \beta_8 \text{Um_doisanos} + \beta_9 \text{Do_cincoanos} + \beta_{10} \text{ci_dezanos} + \beta_{11} \text{Impcprazo} + \beta_{12} \text{Impmprazo} + \beta_{13} \text{Implprazo} + \beta_{14} \text{Impdiv} + \beta_{15} \text{Uma_a_duas} + \beta_{16} \text{Três_a_cinco} + \beta_{17} \text{Seis_a_nove} + \beta_{18} \text{Dez_a_quinze} \quad (3)$$

3. Resultados

3.1 Estatísticas Descritivas do Perfil Sociodemográfico e de Investimento

Conforme se observa na Figura 1, a maioria dos respondentes desta pesquisa, ou seja, 81,63% são homens. De um total de 147 investidores, apenas 27 são mulheres. A idade dos respondentes variou de 20 anos, idade mínima, a 62 anos, idade máxima de 62 e à média de 41 anos.

Figura 1 – Gráficos do Perfil Sociodemográfico



Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação ao estado civil dos indivíduos pesquisados, a maioria, 75,38% declararam-se como casados ou com união estável, 19,36% como solteiros, 4,87% como divorciados e 0,39% como viúvos.

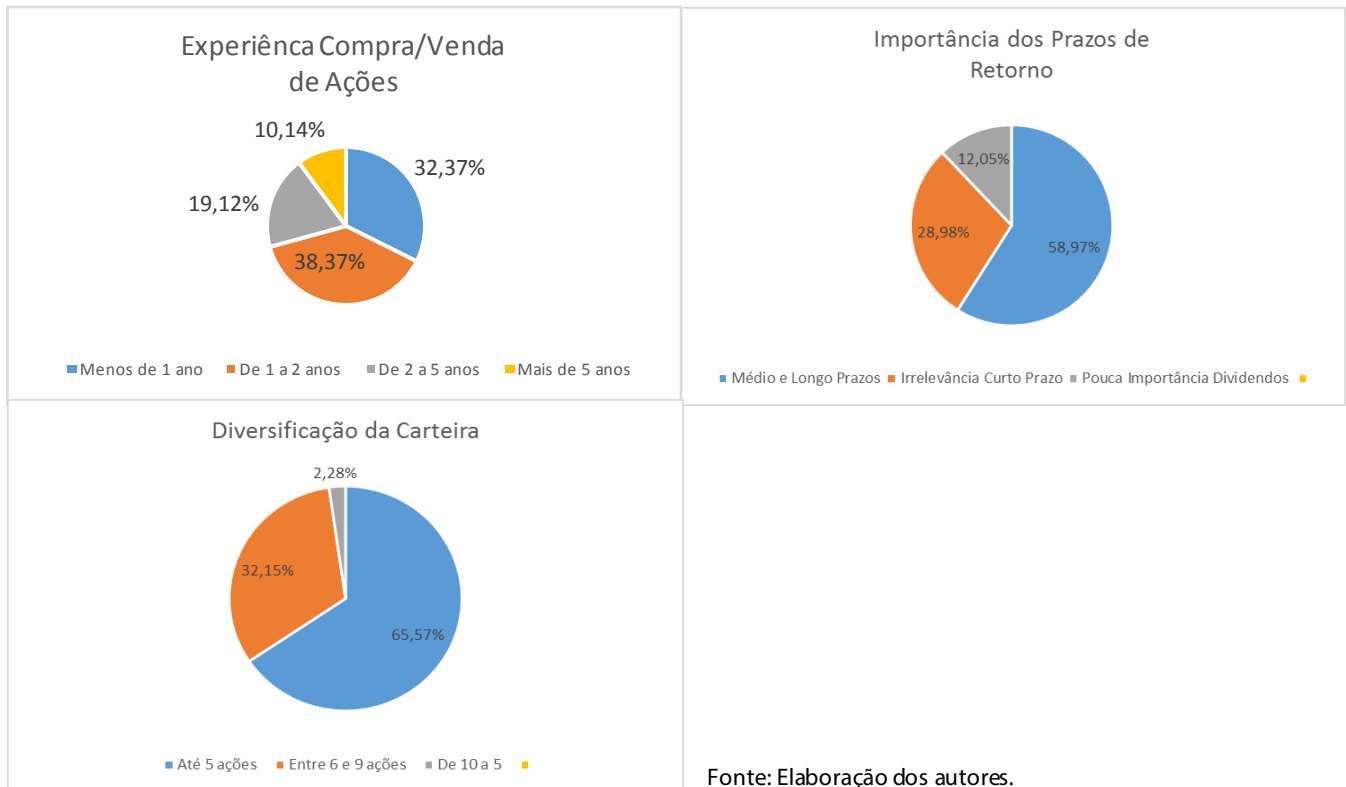
Os respondentes apresentaram um nível significativo de escolaridade: 68,84% possuíam formação superior e 27,87%, pós-graduação. Entre os demais, 2,09% possuíam ensino médio e 1,2%, ensino fundamental. Com relação à atividade profissional, 30,15% dos respondentes são empregados, 32,94% autônomos e 36,91% empresários.

Na Figura 2 apresenta-se o sumário referente ao perfil de investimento dos respondentes. Identificou-se que 32,37% dos indivíduos pesquisados têm menos de um ano de experiência na compra/venda de ações, 38,37% de um a dois anos, 19,12%, de dois a cinco anos e 10,14%, mais de cinco anos de experiência. Outra questão referente ao perfil de investimento indagava sobre os principais objetivos dos respondentes com relação à carteira de ações. Solicitou-se que estes determinassem a importância relativa de cada objetivo conforme a seguinte escala: 4 - muito importante; 3 - importante; 2 - pouco importante; 1 - irrelevante. A maioria dos respondentes, 58,97%, consideram importantes os ganhos de capital no médio prazo e no longo prazo. Enquanto

que, 28,98% consideram irrelevante o retorno a curto prazo e, 12,05%, atribuíram pouca importância ao recebimento de dividendos.

Em relação à diversificação da carteira de ações, 65,57% dos respondentes alegaram possuir até 5 ações de diferentes empresas na sua carteira. Entre os demais, 32,15% possuíam de 6 a 9 ações e 2,28%, de 10 a 15 ações de diferentes empresas.

Figura 2 – Gráficos do Perfil de Investimento



O tópico a seguir trata da análise das hipóteses levantadas nesta pesquisa.

3.2 Análise Empírica

Na tabela 1 apresenta-se o sumário da regressão geral pelo método MQ2E robusto à heteroscedasticidade para as variáveis que se apresentaram significativas aos níveis de 1% e 5%.

A primeira hipótese desta pesquisa buscou verificar se o excesso de confiança influencia negativamente a confiabilidade das decisões dos investidores goianos. Os resultados encontrados indicam, ao nível de

significância de 1%, que esta hipótese se sustenta. Ou seja, os respondentes suscetíveis ao viés excesso de confiança apresentaram, em média, uma chance 160% maior de cometerem erros durante o processo de decisão do que aqueles indivíduos não suscetíveis implicando uma menor confiabilidade nas decisões destes agentes.

Esse resultado corrobora os achados de Pimenta, Borsto e Ribeiro (2012) e de outros autores como Kahneman e Lovallo (1993) que defendem que as ilusões positivas, como é o caso do excesso de confiança, são prejudiciais a partir do momento em que conduzem a julgamentos pobres e à busca de objetivos não racionais, haja vista, que as pessoas tendem a se considerar melhores do que as outras ou acima da média em diversos atributos, sejam sociais, morais ou de habilidade interferindo na confiabilidade das decisões.

A segunda hipótese desta pesquisa verificou se o otimismo influencia negativamente a confiabilidade das decisões dos investidores goianos. Os resultados indicaram que as decisões dos investidores otimistas são, em média, 92% menos confiáveis do que aqueles não suscetíveis a este viés.

Este achado corrobora os resultados de Lovallo e Kahneman (2003) que argumentam que o otimismo gera muito mais entusiasmo do que realismo, dificultando uma avaliação adequada da realidade por parte dos investidores, e que essa ilusão cognitiva pode fazer com que os investidores sejam menos resistentes quando confrontados com as situações mais difíceis e objetivos desafiadores.

A segunda hipótese desta pesquisa verificou se o otimismo influencia negativamente a confiabilidade das decisões dos investidores goianos. Os resultados indicaram que as decisões dos investidores otimistas são, em média, 92% menos confiáveis do que aqueles não suscetíveis a este viés, ou seja, a hipótese se sustenta.

Tabela 1 - Sumário da regressão para os investidores goianos do mercado de capitais pelo Modelo MQO robusto à heteroscedasticidade

Variável Dependente: Confiabilidade das Decisões			
Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Intercepto	-15,5802*** (-10,31)	-17,874*** (-10,52)	-22,772*** (-9,52)
Excesso de Confiança	-1.6089*** (-5,17)	-1,9814*** (-5,77)	-1,7823*** (-5,08)
Otimismo		0,9210*** (9,71)	-0,9890*** (8,74)
Sexo			-0,1600*** (1,09)
Enssup			1,055 (0,0165)
Pgrad			-1,77** (-0,163)
Casado			-1,515 (-0,324)
Divorciado			7,105** (-6,75)
Viúvo			-1,975*** (-2,4185)
Empresário			1,4652** (0,845)
Autônomo			1,235 (-0,597)
Um_doisanos			-14,82 (0,0765)
Do_cincanos			-1,18755 (-13,905)
ci_dezanos			(-0,00285) 0,22155
Impcprazo			0,0287** (-1,35)
Impmprazo			-0,0021 (-0,67)
Implprazo			-0,0019*** (1,19)
Impdivid			0,0003 (0,21)
Uma_a_duas			0,0006 (0,32)
Três_a_cinco			-0,0007 (-1,02)
seis_a_nove			-0,0003 (-0,48)
Dez_a_quinze			0,0034** (0,12)
R²	0,3788	0,4587	0,3872
N. de Obs	147	147	147

Nota. Fonte: Dados da pesquisa, 2014. A estatística T do teste entre parênteses. * p ≤ 0,10; ** p ≤ 0,05; *** p ≤ 0,01

Este achado corrobora os resultados de Lovallo e Kahneman (2003) que argumentam que o otimismo gera muito mais entusiasmo do que realismo, dificultando uma avaliação adequada da realidade por parte dos investidores, e

que essa ilusão cognitiva pode fazer com que os investidores sejam menos resistentes quando confrontados com as situações mais difíceis e objetivos desafiadores.

O otimismo está intimamente ligado ao excesso de confiança, embora ambos sejam distintos, pois quando os investidores tomam decisões excessivamente confiantes, conservarão o otimismo em relação ao sucesso futuro; retrospectivamente, eles manterão o otimismo, mesmo quando os resultados desapontadores de seus investimentos estiverem facilmente disponíveis (BAZERMAN, 2004).

A terceira hipótese deste estudo buscou verificar se a confiabilidade das decisões dos investidores goianos varia em função de suas características sociodemográficas. Os resultados para as variáveis, excesso de confiança e otimismo tiveram pouca variação quando se incluiu na regressão as características sociodemográficas e do perfil de investimento, os respondentes propensos a estes vieses apresentaram-se, em média, 178% e 98%, respectivamente, menos confiáveis do que aqueles não suscetíveis.

Quanto a variável sexo percebeu-se que as decisões das mulheres goianas apresentaram-se, em média, 16% menos confiáveis quando comparadas aos respondentes do sexo masculino. Todavia, essa diferença pode ter sido influenciada pela diferença no número de respondentes dos dois sexos, pois, dos 147 investidores pesquisados apenas 27 eram do sexo feminino.

Outro achado está relacionado ao grau de escolaridade dos respondentes. Os investidores com curso superior apresentaram, em média, tomar decisões confiáveis 105% a mais do que aqueles com ensino médio, considerados como categoria de referência. Já as decisões dos respondentes com pós-graduação apresentaram-se, em média, 177% menos confiáveis, também quando comparados com a categoria de referência.

Em relação ao estado civil dos indivíduos pesquisados, aqueles que se declararam divorciados apresentaram uma confiabilidade maior, em média, de 710% quando comparados aos respondentes solteiros. Já os respondentes viúvos, também em relação aos solteiros, apresentaram menor confiabilidade de 197%, em média. No quesito ocupação, as decisões dos respondentes caracterizados como empresários apresentaram-se mais confiáveis, em média, em 146% a mais do que os respondentes empregados.

Sobre as características do perfil de investimento apenas as variáveis relacionadas à importância do retorno em longo prazo e do número de ações na carteira dos investidores apresentaram-se significativas em 1% e 5%, respectivamente. Especificamente, os investidores que consideram o retorno em longo prazo importante, tiveram decisões 0,19% menos confiáveis do que aqueles que prezam pelo contrário. Enquanto que, os investidores que possuem ações de dez a quinze empresas em seu portfólio apresentaram-se mais confiáveis 0,34% do que aqueles que detêm mais de quinze ações.

Considerações Finais

Este estudo objetivou contribuir para o entendimento e o conhecimento do comportamento dos investidores goianos no que diz respeito à influência dos vieses excesso de confiança e otimismo, assim como das características sociodemográficas e do perfil de investimento sobre a confiabilidade das decisões destes indivíduos.

Para atender a este objetivo três hipóteses de pesquisa foram construídas. Os resultados das regressões indicaram que todas as hipóteses se sustentaram, ou seja, verificou-se que o excesso de confiança e o otimismo exercem influência negativa sobre a confiabilidade das decisões dos investidores goianos. Assim como, o fato de os respondentes terem pós-graduação, serem do sexo feminino, declararem-se como viúvos e atribuírem importância aos retornos em longo prazo. Já os respondentes que se declararam como empresários, os que possuem seus portfólios com a quantidade entre dez e quinze ações e que atribuem importância aos retornos em curto prazo apresentaram maior confiabilidade em suas decisões.

Todavia, algumas questões identificadas nesta pesquisa carecem de mais estudos para que possam contribuir com o desenvolvimento do mercado de capitais no Estado de Goiás. Uma delas se refere à baixa representatividade das mulheres no grupo, cuja participação ativa é ainda mais baixa quando comparada ao dos homens. Outra questão refere-se ao fato de os respondentes que se declararam como pós-graduados apresentarem uma confiabilidade muito baixa em relação àqueles que possuem ensino médio.

Percebeu-se que quanto maior é o grau de instrução maior é o excesso de confiança dos respondentes, o que pode ser a causa da baixa confiabilidade. No entanto, em função do baixo número de respondentes com ensino médio tal aspecto necessita de mais estudos, ficando como sugestão para novas pesquisas.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, M.; BEKOU, V.; LOTT, K. S.; TEIXEIRA, M. A. ROCHA, S. S. Validação Transcultural do Teste de Orientação da Vida (TOV-R). **Estudos de Psicologia**. P.251-258, 2002.

BARROS, L. A. **Decisões de Financiamento e de Investimento das Empresas sob a Ótica dos Gestores Otimistas e Excessivamente Confiantes**. 2005, 253 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

BAZERMAN, M. H. **Processo Decisório**: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BLACK, F. Capital Market Equilibrium with Restricted Borrowing. **Journal of Business**, july, p.444-455, 1972.

BORSATO, J; RIBEIRO, K. C. S. Finanças Comportamentais: Um Estudo dos Vieses de Ancoragem e Falácia da Conjunção à Luz do Teste de Correlação Tetracórico. In: **XIII SEMEAD** - Seminários em Administração FEA-USP, 2010, São Paulo.

BRIER, O. W., Verification of Forecasts Expressed in Teens of Probability. **Mon Wea Review**, v.78, p.1-3, 1950.

FAMA, E. F. Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. **The Journal of Finance**, Chicago: American Finance Association, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.

FERREIRA, L.F.R. **A influência de aspectos comportamentais, presentes nas decisões dos indivíduos, sobre a alocação de recursos em um portfólio de projeto sob condições de risco**. 2004, 219 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2004.

FIALHO, F.; SANTOS, N. **Theory of Dissonance Cognitive**. Genesis Brasil, 1995.

GOMES, F.B. **Processo de Tomada de Decisão do Investidor Individual Brasileiro no Mercado Acionário Nacional**: Um Estudo Exploratório Enfocando o Efeito Disposição e os Vieses da Ancoragem e do Excesso de Confiança. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

KAHNEMAN, D. Rápido e Devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KAHNEMAN, D., TVERSKY, A. **Prospect Theory**: an Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, v. 47, p. 263-291, 1979.

KAHNEMAN, D.; RIEPE, M. W. Aspects of investor psychology. **Journal of Portfolio Management**, volume 24(4), p. 52-65, 1998.

KAHNEMAN, D.; SLOVIC, P.; TVERSKY, A. **Judgment under Uncertainty: heuristics und biases**. New York: Cambridge University Press, 1982.

KIMURA, H. Aspectos Comportamentais Associados às Reações do Mercado de Capitais. **RAE-Eletrônica**, n.2, v.1, p.2-14, Jan/Jun 2003.

LICHTENSTEIN, K., A; FISCHHOFF, B.; PHILLIPS, L. D. Calibration of probabilities: The state of the art to 1980. **Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory**, volume 6(2), p. 107-118, 1982.

LINTNER, J. The valuation of risk assets and the selection of risky investments in stock portfolios and capital budgets. **Review of Economics and Statistics**, 47, p.13-37, February, 1965.

LINTZ, A.C. **Dinâmica de Bolhas Especulativas e Finanças**

Comportamentais: um Estudo Aplicado ao Mercado de Câmbio Brasileiro. 2004, 237 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

LOVALLO, D.; KAHNEMAN, D. How Optimism Undermines Executive's Decisions. **Harvard Business Review**, volume 3, pg. 56-69, 2003.

MACEDO JR, J. S.; **Teoria do Prospecto: Uma Investigação Utilizando**

Simulação e Investimentos. 2003, 203 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

MARKOWITZ, H. Portfolio Selection. **The Journal of Finance.** New York: American Finance Association, v. 7, n.1, p.77-91, mar., 1952.

MARTINS, G. A. de; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MINETO, C.A.L. **Percepção ao Risco e Efeito Disposição:** uma análise experimental da teoria dos prospectos. 2005, 154 p. Tese (Doutorado em Engenharia de produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de Federal de Santa Catarina. Florianopolis, 2005.

MURPHY, A. H. A New Vector Partition of the Probability Score. **Journal of Applied Meteorology**, v. 12, p. 595-600, 1973.

NOFSINGER, J. GLASER, M; WEBER, M. **Behavioral Finance:** Investors, Corporations, and Markets. New Jersey: John Wiley and Sons, 2010.

OLSEN, R. Behavioral finance and its implications for stock price volatility. **Financial Analysts Journal.** 1998.

PIMENTA, D. P.; BORSATO, J. M. L e RIBEIRO, K. Um Estudo sobre a Influência das Características Sóciodemográficas e do Excesso de Confiança nas Decisões dos Investidores, Analistas e Profissionais de Investimento à Luz das Finanças Comportamentais. In: **REGE, Revista de Gestão.** v. 19, n. 2, p. 263-280, abr./jun, 2012.

PULFORD, B. D; COLMAN, A. M. Overconfidence: feedback and item difficulty effects. **Personality and Individual Differences**, v.23, p. 125-133, 1997.

SANTOS, M. C. **Utilizando as Finanças Comportamentais para Promover o Desenvolvimento Econômico:** a criação e aplicação de um novo axioma comportamental. 2006, 80 p. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa

de Pós Graduação em Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**: estudo do processo decisório nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SHARPE, W. F. Capital asset prices: a theory of market equilibrium under conditions of risk. **The Journal of Finance**, 19, p.425-442, September 1964.

SOUZA, C.R.V. **Avaliando Questionários de Risco e o Comportamento do Investidor sobre a Ótica de Behavioral Finance**. 2005, 89 p. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial), Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

TAYLOR, S. E. **Positive Illusions: creative self-deception and the healthy mind**. Nova York, Basic Books, 1989.

TOURANI-RAD, A.; KIRKBY, S. Investigation of Investors Overconfidence familiarity and socialization. **Accounting and Finance**, v.45, n.1, p.283-300, 2005.

TVERSKY, A; KAHNEMAN, D. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. **Cognitive Psychology**, volume 5, p.207-232, 1973.

VIEIRA, R. M. **Teorias da firma e inovação: um enfoque neo-schumpeteriano**. IV Encontro de Economia Catarinense (EEE). 2010. Disponível em: <http://www.apec.unes.net/eventos_escibelV.htm>. Acesso em: 24 de jan. 2012.

ZAKAY, D; TSAL, Y. The impact of using forced decision-making strategies on post-decisional confidence. **Journal of Behavioural Decision Making**, volume 63, pg. 53-68, 1993.

ZINDEL, M.T. L. **Finanças Comportamentais: O Viés Cognitivo Excesso de Confiança no Julgamento em Investidores e sua Relação com Bases Biológicas**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

WURGLER, J.; BAKER, M. [Behavioral Corporate Finance: a current survey](#). **In Handbook of the Economics of Finance**, 2, edited by George M. Constantinides, Milton Harris, and Rene M. Stulz. Handbooks in Economics. New York, NY: Elsevier, 2012.

**Estratégias de
Comercialização do Feijão
Produzido por Agricultores
Famíliares: Um estudo de
caso na Região Leste do
Estado de Goiás**

*Marina Aparecida Silveira⁵
Adriane Regina Garippe Johann⁶
Alcido Elenor Wander⁷
Washington Pereira Campos⁴*

Resumo: O feijão é de grande importância na alimentação da população brasileira, bem como na produção da agricultura familiar do Estado de Goiás. Este trabalho se justifica pela importância dessa cultura no Brasil. O principal objetivo deste trabalho foi identificar as estratégias de comercialização para o feijão oriundo da agricultura familiar, assim como identificar a principal safra, as variedades plantadas e qual o destino dessa produção de feijão na região leste do Estado de Goiás. Com o intuito de atender ao objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa no município de Planaltina, região leste do Estado de Goiás, com a aplicação de um questionário, seguido de entrevistas realizadas com os agricultores familiares produtores de feijão, os quais comercializam o excedente da produção e ou produzem para fins comerciais. Os principais resultados obtidos são que a principal safra do feijão comum é a das águas (25 produtores), safra “das águas” e “da seca” por apenas um produtor, enquanto o feijão-caupi para consumo ainda verde é produzido o ano todo. Os tipos de feijão plantados são os seguintes: (a) Grupo I: carioca (variedades BRS Estilo e Pérola), jalo, roxo, roxinho, branco, amarelinho, fogo na serra e preto; (b) Grupo II: caupi. No entanto, o feijão carioca e o feijão-caupi são os tipos mais plantados. A produção é destinada principalmente para a família, aos amigos da família residentes na própria região e no caso dos feirantes, para clientes da região de Planaltina-GO, Planaltina-DF, clientes da CEASA-DF, donos de restaurantes, sacolões, supermercados etc. Os maiores produtores vendem para atacadistas da própria região de Planaltina-GO e Formosa-GO, além do Estado de Rondônia.

Palavras-chave: Comercialização; Mercado; Agricultura familiar.

Introdução

O feijão é um alimento básico para o brasileiro, que consumiu em média, 17 kg por ano, de 2008 a 2010 (WANDER E CHAVES, 2011). A preferência do consumidor é diferenciada por região, principalmente quanto à cor e ao

⁵ Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Mestranda, Goiânia, GO. e-mail: prof_marinasilveira@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Mestranda, Goiânia, GO. e-mail: adrigarippe@gmail.com

⁷ Embrapa Arroz e Feijão & Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Docente, Goiânia, GO. e-mail: alcidowander@msn.com

⁴ Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Mestre, Goiânia, GO. e-mail: washingtontri0@yahoo.com.br

tipo de grão. Em todos os tipos, a qualidade dos grãos de feijão é importante porque é consumido *in natura* por diversas classes sociais, sendo para as de menor renda a principal e relativamente mais barata fonte de proteínas vegetal, minerais, vitaminas, fibras e seu teor protéico pode chegar a 33% com valor energético de 341 cal (EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO, 2012). Há, ainda, o fator tradição, uma vez que o par arroz e feijão é o mais típico do Brasil, em todas as regiões e para qualquer classe social.

No Brasil, o feijão é cultivado por agricultores de diversos perfis, em diferentes escalas, regiões e sistemas de produção. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO (2010), o Brasil é o maior produtor e consumidor de feijão do mundo. A produção brasileira em 2010 chegou ao patamar de 2.923.725 toneladas, com produtividade média no ano de 2010 de 884 kg/ha (IBGE, 2013b). As safras são diferenciadas de acordo com cada região, sendo possível até três safras de feijão por ano, sendo elas: a safra das "águas" ou a 1ª safra com plantio nos meses de agosto a novembro e colheita de novembro a fevereiro, safra da "seca" ou 2ª safra com plantio de dezembro a março e colheita de março a junho e por último a safra de inverno que também pode ser conhecida por safra de 3ª época ou safra irrigada com plantio de abril a julho e colheita de julho a outubro (SILVA e WANDER, 2013).

No entanto, no Brasil essas safras são cultivadas com várias espécies de feijão, logo, para efeito de regulamento técnico, somente o feijão-comum, espécie *Phaseolus vulgaris* (L.) e o feijão-caupi, espécie *Vigna unguiculata* (L.) Walp são consideradas como feijão pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2008). A produção de feijão-caupi está concentrada nas regiões Nordeste e Norte e está se expandindo para a região Centro-Oeste, principalmente para o Estado de Mato Grosso (FREIRE FILHO ET AL., 2000). A produção média de feijoeiro comum no Brasil é baixa, com variações grandes entre as regiões e as épocas de plantio, com maiores produtividades em plantios efetuados na época de inverno (CONAB, 2009).

Segundo Silva (2009), a produção total de feijão-comum brasileiro é aproximadamente de 40% em plantios efetuados na época "das águas", 46% na época "da seca" e somente 15% na época de inverno, correspondendo a 37%, 55% e 8%, respectivamente, da área plantada no Brasil. O Estado de Goiás se destaca na produção de feijão nas três safras, mas é na 3ª que há maior nível de produtividade. Essas safras podem ocorrer a partir do sistema primitivo que é o caso da produção de subsistência, como também pode ser a base de alta tecnologia como o caso da 3ª safra que são lavouras irrigadas por pivôs centrais. Segundo Silva e Wander (2013), no Estado de Goiás, o plantio do feijão-comum é focado na safra das águas e da seca, de outubro a fevereiro, com forte movimentação dos agricultores familiares e empresariais, representando 14,1% no mês de outubro e 21,4% no mês de novembro, em relação ao total da área cultivada com o feijão-comum pelo Estado, predominando o feijão-comum de cores.

Conforme os dados do (IBGE, 2006), o Estado de Goiás possui 3.002 produtores de feijão cujo perfil é de agricultor familiar. Esses produtores se

encontram espalhados em 169 municípios goianos. Ressalte-se que nesse total de produtores não é feita nenhuma distinção entre variedade e nem cor. Dessa forma, 92 produtores desse total produzem feijão preto, 777 feijão fradinho, 2.133 produtores de feijão de cor. O Estado conta com 169 municípios produtores de feijão por agricultores familiares, sendo que o feijão de cor pode ser encontrado em 144 municípios, o fradinho em 111 municípios e em 63 deles o feijão preto.

Essa pesquisa se justifica pela importância do feijão na alimentação do povo brasileiro e a relevância da produção do mesmo pela agricultura familiar em Goiás. O objetivo principal dessa pesquisa é identificar as estratégias de comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar, assim como a principal safra, as variedades produzidas e o destino dessa produção de feijão.

1. Referencial Teórico

1.1 Agricultura Familiar

Diante da necessidade de adotar um termo que pudesse abarcar um grupo social bastante heterogêneo, o poder público implanta uma política federal voltada para esse segmento. Assim, surgem, como exemplo, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) e a Lei da Agricultura Familiar Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. Esta última estabeleceu os conceitos que definem o(a) agricultor(a) familiar e/ou o empreendedor, a família deve atender simultaneamente os seguintes requisitos: a) “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais”; b) “utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; c) “tenha renda familiar predominante originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento”; d) “dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, a extensão do módulo rural é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.629 (BRASIL, 1993), sendo que a agricultura familiar é de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; - Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

O tamanho do módulo fiscal, conforme a Instrução Especial/INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980, estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980 (Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 11606, 12 jun. 1980, Seção 1).

Portanto, não é possível, em análises agregadas, utilizar áreas padronizadas como classificação de propriedades no Brasil, tendo em vista as diferenças no tamanho dos módulos fiscais de um município para o outro os quais são estabelecidos pelo (INCRA 1980).

1.2 Cultura do Feijão

O Brasil é o maior produtor mundial de feijão comum. As produções de feijão em grão nos anos de 1975 e 2005 foram, respectivamente, de 2,28 milhões e 3,08 milhões de toneladas, com uma média de 2,54 milhões de toneladas no período (FAO, 2006). O feijão é uma planta da família da leguminosa (*Phaseolus vulgaris*) cujas vagens e sementes são dotados de grande valor nutritivo, sendo cultivado por toda a parte de norte a sul e de oeste a leste.

Segundo Silva (2004), o Brasil é o segundo produtor mundial do feijoeiro do gênero *Phaseolus* e o primeiro na espécie *Phaseolus vulgaris*. A importância da produção de feijão, além de constituir um dos alimentos básicos da produção brasileira, ao lado do arroz, é também um dos principais produtos fornecedores de proteína. Ainda segundo Silva (2004), o consumo atual de feijão no Brasil é cerca de 16 kg_s/habitante/ano, existindo preferência de cor, tipo de grão e qualidade culinária em algumas regiões do país.

O feijão-caupi [*Vigna unguiculata* (L) Walp], também conhecido por feijão macassar ou feijão de corda, é uma das opções de renda e alimento para a população do Nordeste do Brasil, que o consome na forma de grãos maduros ou grãos verdes. Na Paraíba é cultivado em quase todas as microrregiões, ocupando 75% das áreas de cultivo com feijão. Assim, ele exerce efetiva participação na dieta alimentar da população, por constituir-se uma excelente fonte de proteínas e carboidratos.

O feijão-caupi possui uma plasticidade a qual lhe garante uma ampla adaptação climática, trazendo a oportunidade de expansão para a região dos cerrados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em especial para Goiás, em que é incorporado aos arranjos produtivos como safrinha após as culturas da soja e do arroz, e, em alguns locais, como cultura principal. Na região dos cerrados, principalmente quando é cultivado em forma de safrinha, o feijão-caupi tem um custo muito competitivo, fator que tem feito aumentar o interesse dos produtores pela cultura. Há uma demanda por um feijão padronizado, de alta qualidade, em quantidade e com regularidade, despertando o interesse de agroindustriais de outras regiões a qual está contribuindo para a abertura de novos mercados para essa variedade de feijão (SINGH, 2006).

1.3 Produção de Feijão no Cenário Nacional

Segundo Silva & Wander (2013), a safra das “águas” ou a 1ª safra de feijão-comum representa 52,3% da produção de 2,7 milhões de toneladas colhidas em 1,0 milhão de hectares, os quais representam 50,5% do total da área de feijão-comum no Brasil, em 2011. Já na 2ª safra de feijão-comum, a área média colhida com o feijão -comum representa 47,0% da área total de feijão -comum do Brasil, ou seja, 1,1 milhões de hectares, nos quais são produzidas 1,1 milhões de toneladas, representando 38% da produção total do feijão-comum, com rendimento médio de 1.000 kg/ha. Por sua vez, conforme os autores, o feijão-comum da terceira safra representa, na média do período, a produção de 433,7 toneladas, com 15,4% da produção nacional, colhidas em 187,3 mil hectares, que correspondem a 8,1% da área total, com rendimento médio de 2.317 kg/ha.

1.4 A Produção de Feijão por Agricultores Familiares

De acordo com França et al. (2009), a agricultura familiar foi responsável por 70% da produção de feijão em 2006. É importante ressaltar que nessa análise não é feita nenhuma distinção entre espécies, ou seja, inclui feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) e feijão-caupi (*Vigna unguiculata* Walp.). Se for considerado apenas o feijão comum, esta participação é pouco mais de 60%. Segundo o censo agropecuário da agricultura familiar (IBGE, 2006), aproximadamente 70% do feijão produzido no Brasil é proveniente da agricultura familiar, seguramente em plantios efetuados na época “das águas” e “da seca”, com baixa produtividade.

Uma variedade de feijão bastante produzida por agricultores familiares é a do feijão-caupi, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, os quais ainda utilizam práticas tradicionais. Já na região Centro-Oeste, onde o feijão-caupi passou a ser cultivado em larga escala a partir de 2006, a produção provém principalmente de médios e grandes empresários, que praticam uma lavoura altamente tecnificada (IBGE, 1996; SILVA e OLIVEIRA, 1993).

1.5 Comercialização

1.5.1 Mercado do Feijão

O mercado pode ser entendido como uma localidade ou contexto onde a procura e a oferta de bens, serviços ou recursos estabelecem contatos e realizam transações. O agente responsável pela procura é o consumidor, o qual é representado por compradores de bens materiais e serviços prestados; empresas compradoras de recursos necessários para a produção de bens e serviços. Já o lado dos vendedores é composto pelas firmas, que vendem bens

e serviços aos consumidores, e pelos proprietários dos recursos de produção (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) que os vendem ou arrendam para as firmas em troca de remuneração (salários, aluguéis etc.) (PASSOS, 2003). Toda transação de mercado oferece riscos e incertezas. O mercado de feijão se caracteriza por notável volatilidade de preços. Mesmo com as mudanças ocorridas na sua estrutura de produção (com impacto direto na produtividade da cultura), a oferta é extremamente sujeita a variações, determinadas principalmente pelas condições climáticas.

O produtor de feijão tenta se proteger das flutuações de preço de mercado utilizando diferentes estratégias de comercialização, como, por exemplo, a venda de toda sua produção no momento pós-colheita ou a venda do produto em meses que possuem histórico de maior valorização, como é o caso da entressafra. Porém, na atividade agrícola devem-se considerar os principais tipos de riscos na tomada de decisão da comercialização, como o risco de produção, o risco de mercado, o risco de renda, o risco financeiro e o risco institucional (HOFFMANN, 1998).

Um dos riscos que se destaca é o de mercado, que se refere à variação da renda do produtor em consequência das variações nos preços de mercado dos produtos. Ocorrem oscilações nas expectativas de preços e, conseqüentemente, no retorno financeiro da atividade (FERNANDES, 2012). Os preços dos produtos do setor agrícola, ao contrário do que acontece com os preços dos produtos de outros setores da economia, sofrem variação acentuada de janeiro a dezembro de cada ano. E com o feijão não é diferente. Os preços altos em janeiro, mês de safra, pode parecer ilógico para muitos analistas de mercado, mas é neste momento que o mercado está se preparando para receber o feijão novo, da nova safra; e a expectativa da colheita dessa safra acaba elevando a volatilidade dos preços, sendo visível o processo de formação de preço, onde o preço tem relação direta com a safra produzida, que está ligada a fatores como as condições climáticas, fatores ligados à oferta regional e nacional, adequação da oferta ao mercado, fluxo de exportações e importações e à demanda pelo produto (WANDER, 2005).

1.5.2 Estoque X Demanda

Todo estudo de estoque, inicia-se na previsão de consumo de material. A previsão de consumo ou de demanda estabelece estimativas futuras dos produtos acabados, comercializados pela empresa. Então, definem-se quais produtos, a quantidade e em que momento poderão ser adquiridos pelos clientes. Porém, a previsão ou a estimativa acabam sendo consideradas como uma hipótese mais provável dos resultados. Existem algumas técnicas de previsão de consumo e podem ser classificadas em três grupos:

1. Projeção: admitem que o futuro seja a projeção do passado, ou as vendas evoluirão no tempo, segundo a mesma lei observada no passado.

2. Explicação: procura-se explicar as vendas do passado, mediante leis que relacionam as mesmas com outras variáveis, cuja evolução é conhecida ou previsível. São técnicas de regressão e correlação.

3. Predileção: funcionários experientes e conhecedores de fatores influentes no mercado estabelecem uma estimativa de vendas futuras.

Na prática podem ocorrer combinações das diversas técnicas e de modelos de consumo que são verificadas de maneira mais evidente quando a linha de vida de um produto é acompanhada. Porém, toda e qualquer estocagem de material gera custos.

Para Stefanelo (2002), o mercado está inserido em um contexto imprevisível, em que se exigem velocidade, agilidade e alto nível de serviços aos consumidores. O produtor tem que saber para qual mercado irá produzir, conhecer os elos da cadeia de abastecimento e de negócios que envolvem os fornecedores até os clientes, precisa ter noções de produção, de compras, de gestão de matérias, de marketing, de vendas e de distribuição física. A exigência dos clientes quanto aos produtos hortifrutigranjeiros, compreende, por exemplo, os seguintes aspectos: qualidade, tamanho, beleza, frescor, higiene, embalagem e preços baixos.

O controle de estoque é uma das sugestões dos varejistas para minimizar as perdas (SILVA, 2003). O produtor também deve saber em qual mercado produzirá, assim como deve conhecer os elos da sua cadeia de abastecimento e dos negócios em que está inserido, desde os seus fornecedores primários até os clientes finais (NOVAES, 2001). A estocagem do feijão precisa ser muito bem planejada, pois é muito suscetível ao envelhecimento rápido, o que deprecia seu valor comercial, pois a preferência do cliente é pelo feijão quanto mais jovem, ou seja, próximo a colheita. A variedade de maior demanda nacional é a variedade do feijão carioca, que além de envelhecer rápido muda a coloração dos grãos em pouco tempo. Então, o produtor de feijão o qual normalmente sabe qual mercado ele irá atender, tenta produzir esse feijão de acordo com a preferência de cada região a ser atendida e fazer essa distribuição física o quanto antes para não ter perdas econômicas em relação à qualidade do mesmo.

1.5.3 Canais de Comercialização e Distribuição do Feijão

O sistema de distribuição é composto por todas as funções e ações que definem o relacionamento entre produtor e seus intermediários. O maior ou menor sucesso depende do seu nível de integração e cooperação entre as

partes envolvidas (SILVA, 2010). Logo, Kotler e Armstrong (1998) consideram que o maior ou menor sucesso do sistema de distribuição depende basicamente das decisões referentes às alternativas de canais e do nível de integração e cooperação entre as partes envolvidas. Assim, definem canal de distribuição como “um conjunto de organizações independentes envolvidas no processo de tornar o produto ou o serviço disponível para o consumidor final”. Os autores evidenciam os indivíduos ou firmas que se especializam em executar uma ou mais tarefas dentro do sistema de distribuição e que configuram o canal utilizado: o atacadista, o atravessador, o varejista, as organizações instrumentais e os agentes.

Os canais de comercialização também são observados por WANDER (2005), em que coloca a comercialização como a mais variada possível, com predomínio de um pequeno grupo de atacadistas que concentra a distribuição da produção, gerando por muitas vezes, especulações quando ocorrem problemas na produção.

Os canais de comercialização do feijão variam de acordo com cada região, envolvendo diferentes agentes comerciais (ou intermediários), agroindústrias e serviços e demandam diferentes infraestruturas de apoio (logística). Em trabalhos desenvolvidos por Araújo (2003), pode-se afirmar que o feijão pode passar por todos os canais de comercialização dependendo da região em que ele é produzido e a preferência de cada uma delas, onde o processo de comercialização está dividido em: Produtores rurais; Intermediários (primários, secundários, terciários etc.); Agroindústrias, mercados dos produtores e concentradores; Representantes, distribuidores e vendedores; Atacadistas, centrais de abastecimento, bolsas de mercadorias e outros, com Cédula do Produto Rural (CPR), Governo, Internet etc.; Supermercados, pontos de venda, feiras livres e outros, inclusive exportação; Consumidores; Importação.

2. Metodologia

A metodologia empregada nesta pesquisa foi o estudo de caso associado à pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p.54), um estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. Para Santos (1999, p.31), “é a seleção de um objeto de pesquisa restrito, com objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos. O objeto do estudo de caso pode ser qualquer fato/fenômeno/processo individual, ou um de seus aspectos”.

A pesquisa foi feita em janeiro de 2014, tendo como objeto principal desse estudo de caso a verificação das estratégias de comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar, assim como a principal safra, as variedades produzidas e o destino dessa produção de feijão. Buscou-se o município de Planaltina - Goiás, que é destaque em produção de feijão por esse perfil de

produtor conforme dados do IBGE, 2006. Este município foi escolhido intencionalmente e não de forma probabilística pelo total de produtores com perfil desejado para o estudo. O município possui 122 agricultores produtores de feijão com perfil da agricultura familiar, lembrando que esse número é de agricultores produtores e não produtores que comercializam o excedente da produção e/ou produz como renda principal, pois com esse perfil foram encontrados e entrevistados 26 deles.

Inicialmente, foi elaborado pela equipe multidisciplinar do Programa de Mestrado em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás um questionário amplo com respostas abertas e fechadas, dicotômicas, escolha única e escolhas múltiplas sobre os aspectos mais relevantes relacionados aos agricultores produtores de feijão que comercializam parte excedente da safra. Segundo Lakatos (1986), a elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização onde se deve levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, a formulação das mesmas e também tudo que se sabe sobre percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, liderança entre outros.

Em um segundo momento foram realizados contatos via telefone com a EMATER-GO, EMATER-DF e Sindicato Rural do município, posteriormente um agendamento com técnicos da EMATER-GO, os quais são responsáveis pela região e mantinham contato direto com esses agricultores produtores. Durante os dois primeiros contatos com os técnicos foi possível identificar 26 agricultores produtores que comercializavam feijão-comum. Depois da identificação dos agricultores e o roteiro definido, foi possível estabelecer alguns contatos com presidentes de associações produtoras, para só depois estabelecer contato com os agricultores produtores em sua maioria via telefone celular, em que foi possível consultar a disponibilidade para a realização da pesquisa. As visitas marcadas com antecedência ficavam mais amplas, pois o agricultor dedicava mais tempo para falar com o entrevistador e por muitas vezes o entrevistador era convidado a conhecer a lavoura de feijão. Naquelas visitas que não foram previamente agendadas os agricultores tinham menos tempo para responder o questionário e falavam menos durante a entrevista.

Após seis dias intensivos de campo foi possível ir em alguns pontos de vendas como o caso da feira do produtor de Planaltina-DF, Planaltina-GO e feira do Produtor do Povoado de São Gabriel que fica entre os municípios de Planaltina-Go e o município de Água Fria-GO.

3. Caracterização da Área

A localização do município de Planaltina-GO está a 15° 27' 10" S e 47° 36' 50" O, na mesorregião leste goiano, na microrregião do entorno de Brasília, região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal. Região metropolitana com limítrofes Formosa, Água Fria de Goiás, São João da Aliança

e Distrito Federal. Segundo dados do IBGE (2010), o município é composto por 959 fazendas, com área total de 134,617 ha, 2,114 ha de área de colheitas permanentes, 25,659 ha de área de colheitas perenes, 66,928 ha de área de pasto natural, 27,905 ha de área de bosque e florestas e 1,350 pessoas dependentes da agricultura.

4. Análise e Discussão dos Dados

Trata-se de um estudo de caso em que foram identificados 26 agricultores produtores de feijão com perfil de agricultor familiar os quais comercializam o excedente da produção e/ou produzem o ano todo como fonte de renda. Esses produtores possuem perfil de agricultor familiar porque suas propriedades possuem área total máxima de vinte oito hectares, e mínima de cinco hectares no Município de Planaltina-GO. Com relação à área cultivada, encontrou-se produções mínimas de 50 m² de hectare quando se trata de feijão-caupi e de ½ hectare para feijão em cores, como também máximas em 50 hectares. Essa produção com 50 hectares é porque o agricultor arrendou mais 23 hectares, os quais foram somados aos 27 hectares de sua propriedade. É interessante ressaltar que há também agricultores comerciantes que assumem a função de atravessadores, uma vez que compram os produtos de outros produtores e revendem nas feiras e na Ceasa.

Os agricultores produtores de feijão pesquisados consideram que o feijão é a melhor alternativa econômica devido a fatores como clima na região, falta ou dificuldade de acesso de tecnologia e dificuldade de comercialização de outras. Existe ainda um grupo de agricultores produtores que abrangem tanto os pequenos quanto os grandes produtores, que são os *stakeholders*, ou seja, parceiros informais, os quais entram e saem da atividade, dependendo da perspectiva do mercado.

4.1 Feijão-comum

Entre os agricultores produtores entrevistados, 25 deles plantam o feijão comum na safra “das águas” e apenas um deles planta nas safras “das águas” e “da seca”. Já o feijão-caupi é plantado por dezesseis desses agricultores o ano todo. Em relação ao plantio dessa safra, cinco desses produtores iniciaram no mês de outubro; dezessete, em novembro; dois em dezembro; e cinco, em janeiro.

Os tipos de feijões plantados nessa safra foram os seguintes: feijão carioca, jalo, caupi, roxo, roxinho, branco, amarelinho, fogo na serra e feijão preto. O feijão carioca foi plantado por vinte agricultores, sendo que dois são da variedade BRS Estilo, três da variedade Pérola. Dezessete agricultores plantaram feijão-caupi; dois, feijão preto; seis, feijão jalo; sete, roxo; quatro, roxinho; dois, feijão branco; um, amarelinho; e dois, fogo na serra.

O preço do feijão comum para 100% dos agricultores apresenta sazonalidade no segundo semestre do ano. Nos meses de janeiro a abril o preço é melhor, o que pode indicar, de início, que a venda imediata da produção de feijão pode ser a melhor escolha para o produtor que nem sempre pode esperar a sinalização vinda do mercado. Segundo eles, a qual nem sempre tem preço melhor. Já 19 agricultores argumentaram não poder esperar, pois precisam pagar as contas e sempre essa venda é feita em dinheiro em espécie. Essa venda normalmente é feita diretamente ao consumidor final e no mercado *spot*, que é um termo, da língua inglesa, empregado em economia para qualificar um tipo de mercado cujas transações se resolvem em um único instante e tempo (BATALHA, 2001). Desta forma, apenas sete podem esperar sinalização de mercado, porque possuem outras fontes de renda as quais arcam com os gastos da produção. Também argumentam que essa espera nem sempre é vantajosa devido ao prazo de estocagem do mesmo, pois, 17 agricultores comentaram quanto ao prazo para a estocagem do feijão comum para a venda, independentemente da cor e variedade varia entre três e quatro meses, por ser muito suscetível ao envelhecimento, o que deprecia o seu valor comercial. No entanto, sete agricultores feirantes disseram que é possível negociar até com seis meses após a colheita e apenas um feirante colocou que consegue vender o feijão ao longo do ano todo, mesmo com a entrada de novas safras no mercado.

Quanto à forma de recebimento do feijão, apenas cinco dos agricultores produtores de feijão trabalham com o recebimento de seus produtos em cheque. A grande maioria, ou seja, 20 agricultores produtores na hora da comercialização trabalham com o recebimento em dinheiro, ou seja, no mercado *spot*. Mas, é interessante ressaltar que dois dos agricultores produtores de feijão, quando comercializa com familiares normalmente a família adianta o pagamento para cobrir os custos para a produção do feijão, ou seja, a venda é adiantada. O feijão produzido pelos agricultores produtores entrevistados é comercializado por meio de vários canais de distribuição: diretamente ao consumidor (vendas feitas em feiras livres), por meio de atravessadores (venda realizada na lavoura) e por atacadistas (respondem pela distribuição do produto).

O principal canal de distribuição identificado foi o canal zero, ou seja, diretamente ao consumidor, sendo o canal mais utilizado pela maioria dos produtores, em que o consumidor compra direto do produtor, como o caso de três agricultores que comercializa com os familiares e amigos, também no caso dos 13 feirantes que são produtores e vendem direto aos consumidores que compram na feira para o consumo próprio. Que nesse caso são os consumidores da feira do povoado de São Gabriel, feira de Planaltina-DF e feira de Planaltina-GO. Logo, os cinco feirantes, quando estão vendendo os produtos que eles compraram para revenda eles se encaixam no canal de nível um, eles atuam como atravessadores, cujo canal de distribuição se encaixa para os três produtores que vendem na CEASA-DF. Entretanto, para quatro agricultores que produzem em maior escala utilizam o canal de nível dois que é

o atacadista, onde vendem para um atacadista que repassa para um varejista para só depois chegar ao consumidor.

Quanto ao destino do feijão vendido aos atacadistas, o agricultor colocou que o feijão vai para o Estado de Rondônia. O qual compra toda a safra produzida pelo agricultor que nessa safra plantou 50 hectares. Segundo o agricultor esse ano será a segunda negociação deles. O atacadista já fez contato e reservou toda a produção de feijão que foi de 10 hectares de cada cor sendo: roxo, carioca estilo, carioca pérola e jalo. Um outro agricultor negocia com atacadistas diferenciados em Formosa-GO e dois outros com um atacadista de uma marca muito conhecida lá do município mesmo, logo eles acreditam que o feijão fica na própria região. Os demais entrevistados argumentam de modo geral que produzem pouco e que os atacadistas operam com produção em escala, conseqüentemente, estas empresas pagam menos pelo feijão, então eles preferem eles mesmos comercializar seus produtos diretamente com o consumidor.

Em relação à comercialização do feijão em outros mercados o como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Aquisição de Alimentos do Governo Federal, 100% deles não tiveram acesso a esse tipo de comercialização, logo argumentaram que não se sentem motivados a fazer esse tipo de comercialização porque o governo demora muito a pagar pelo produto, além do mais o produtor tem que emitir nota fiscal e muitas vezes também é responsável pelo transporte, entre outros.

4.2 Feijão-caupi verde

Segundo os agricultores produtores pesquisados, a produção do feijão-caupi faz parte do sustento da família e o mesmo atua como gerador de emprego e renda para os agricultores produtores. Estas informações confirmam o que já vinha sendo apontado nos trabalhos realizados por Singh (2007). O feijão-caupi constitui um componente alimentar básico das populações rurais e urbanas das regiões Norte e Nordeste e atualmente seu consumo expande-se de forma mais intensa para as regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

O mercado de feijão-caupi para todos os agricultores produtores entrevistados é promissor tanto nos municípios de Planaltina-GO, Planaltina-DF, Água Fria quanto no Distrito Federal. O feijão-caupi na região geralmente é produzido em pequena escala, sendo distribuído em diversos pontos de vendas da região. Esse tipo de feijão no mercado da região é um fator positivo a contribuir para a conquista de novos clientes (SILVA e OLIVEIRA, 1993).

Quanto ao feijão-caupi seco, treze agricultores produtores argumentaram que não tem mercado para ele, e que o forte dessa variedade é quando está ainda verde, uma vez que quando seco possui sabor muito específico o qual não agrada o paladar dos clientes da região. Então, quando

acontece de secar o feijão, dois desses produtores disseram que fica somente para o consumo da própria família e onze vendem ao longo do ano.

Constatou-se junto aos agricultores produtores, que o sistema de produção do feijão-caupi verde exige muito trabalho manual, principalmente na colheita e na debulha, em que os grãos verdes são vendidos a granel. Nesse caso, a debulha caracteriza agregação de valor produto. A debulha das vagens também pode ser vista durante a feira, onde quase sempre é feita pelas mulheres da família. O que reforça ainda mais a caracterização da força de trabalho da família. O feijão ainda verde também pode ser encontrado para comprar em forma de pacotes de vagens verdes. O feijão debulhado, ou seja, a granel é o que apresenta preços atrativos para o produtor e constitui uma importante opção de negócio, inclusive com possibilidade de avanços no processamento industrial do produto, como enlatamento, resfriamento e congelamento, confirmando o trabalho desenvolvido por ANDRADE et al., 2010; KRUTMAN et al., 1971; ROCHA, 2009.

Esse atrativo do preço do feijão-caupi ainda verde, apresenta um diferencial em relação às outras variedades de feijão (HOFFMANN, 1998). O feijão-caupi ainda verde não apresenta sazonalidade na produção e nem no preço no decorrer das estações do ano, pois não possui uma safra específica, sendo produzido o ano todo, sem interrupções, pois o mesmo é produzido por meio de irrigação pelos horticultores. Contudo, 100% dos produtores colocaram que a demanda na quaresma e especialmente na semana santa é muito maior.

Destaque-se que oito agricultores produtores de feijão-caupi são horticultores, tendo como objetivo maior a rotação de cultura das hortas. A opção pelo feijão-caupi é que além de ter bom rendimento, bom preço, clientela garantida, ele pode ser cultivado consorciado com outras culturas. Como o caso de quatro produtores que consorciavam o mesmo com a abóbora cabotiá ou milho verde para venda na feira.

Quando questionados sobre o controle de estoque com objetivo de minimizar perdas, ou seja, a possibilidade de sobras do feijão-caupi a granel nas feiras e/ou pontos de vendas, qual seria o prazo de estocagem do mesmo, 100% dos agricultores produtores que comercializam esse tipo de feijão disseram que não levam sobras para casa que sempre vendem tudo, mesmo que tenham que abaixar o preço. Porém, se for o caso ele pode ser conservado na geladeira sem perdas por uns três dias e congelado por um mês.

Nesse contexto de controle foi questionado aos 26 entrevistados quanto ao controle de receitas e despesas. Somente dois dos agricultores produtores fazem o controle e 24 deles não o fazem, argumentando que "se forem fazer esse controle desistem de plantar, preferem deixar as coisas mais soltas, cobrindo os custos e sobrando para as despesas está bom". Contudo, é interessante destacar que quando questionados sobre a gestão das propriedades, 23 deles ainda fazem "de cabeça", ou seja, sem anotações e três deles os de maior produção fazem via computador e notas fiscais. Tal fator pode ser explicado, pela dificuldade de aprendizado e resistência dos

produtores frente às novas tecnologias, nesse caso o uso de programas de computadores, tal como o Excel, para controlar as receitas e despesas das propriedades.

Diante do que foi exposto, foi perguntado aos agricultores produtores quais as principais dificuldades que estes encontravam na comercialização junto às feiras do produtor e CEASA. Em relação à feira de Planaltina-GO, nove agricultores queixam que na época de chuva o espaço não é coberto. Na feira de Planaltina-DF, cinco deles reclamam do horário, pois precisam estar com seus produtos no galpão entre meia noite e cinco da manhã, para quando os compradores chegarem toda mercadoria já esteja no lugar. Com relação a CEASA, quatro deles colocaram que a maior dificuldade é a quantidade de mercadoria deles que não compensa o deslocamento semanal para CEASA-DF, pois, transportar a mercadoria para CEASA no Distrito Federal é um processo oneroso e requer muito tempo de deslocamento. Dois agricultores acrescentaram que devido à quantidade produzida é interessante o intermédio do atravessador, pois o mesmo compra a produção semanal mesmo sendo pequena, comprando a produção de vários agricultores produtores que trabalham com hortas e diversificação de produtos. Um dos agricultores argumentou que o “bom mesmo seria se o governo apoiasse mais o pequeno agricultor a trabalhar, para que eles tivessem mercadoria suficiente para eles mesmos venderem na CEASA-DF.” O que torna o negócio interessante para três produtores que comercializam na Pedra na CEASA-DF.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi identificar as estratégias de comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar, assim como a principal safra, as variedades produzidas e o destino dessa produção de feijão. Por meio do trabalho de pesquisa foi possível identificar que a principal safra do feijão comum é a das águas por 25 produtores, safra “das águas” e “da seca” por apenas um produtor, enquanto o feijão-caupi para consumo ainda verde é produzido o ano todo. Os tipos de feijão plantados são os seguintes: (a) Grupo I: carioca (variedades BRS Estilo e Pérola), jalo, roxo, roxinho, branco, amarelinho, fogo na serra e preto; (b) Grupo II: caupi. No entanto os tipos mais plantados são a do feijão carioca e feijão-caupi.

Quanto aos principais destinos da produção dos agricultores entrevistados são a família, os amigos da família residentes na própria região, e no caso dos feirantes os clientes também são da região de Planaltina-GO, Planaltina-DF, clientes da CEASA-DF donos de restaurantes, sacolões, supermercados etc. Os produtores maiores vendiam para atacadistas da própria região de Planaltina-GO e de Formosa-GO, além do Estado de Rondônia.

Sugerem-se trabalhos de pesquisas futuras na área da engenharia de alimentos, em que possa contribuir com inovações para o processamento industrial, como o enlatamento, o resfriamento e o congelamento do feijão-

caupi. Assim, diante da possibilidade de agregação de valor que pode ser em forma de maior durabilidade do produto, a agricultura familiar possa diversificar seus canais de comercialização e aumentar seus lucros.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos agricultores produtores pesquisados pelo fornecimento das informações para esta análise, a EMATER-GO, a EMATER-DF e o Sindicato Rural de Planaltina-GO pelo apoio junto ao roteiro e identificação dos agricultores produtores pesquisados, e a CAPES, Instituição financiadora dessa pesquisa.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, F.N.; ROCHA, M. de M.; GOMES, R.L.F.; FREIRE FILHO, F.R.; RAMOS, S.R.R. Estimativas de parâmetros genéticos em genótipos de feijão-caupi avaliados para feijão fresco. **Revista Ciência Agronômica**, Fortaleza, v. 41, n. 2, p. 253-258, abr./jun. 2010.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

BATALHA, M. **Gestão Agroindustrial**: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais – Volume 1. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 131, n. 38, p. 2349-2351, 26 fev. 1993, Seção 1.

BRASIL, **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25/07/2006. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 24 out. 2013.

CONAB. **Feijão total (1ª, 2ª e 3ª safra) – Brasil**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/FeijaoTotalSerieHist.xls>. Acesso em 27 fev. 2014.

DUARTE, S.V; TAVARES, M.C. **Sistema de distribuição de produtos agrícolas: facilidades e dificuldades do escoamento da produção: Um estudo de caso no projeto Jaíba**. Unimontes Científica. Montes Claros, v.2, n.2, set/2001. Disponível em: http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos/artigos/revista_v2_n2/word%20e%20pdf/artigo_sistema%20de%20distribuicao.pdf Acesso em: 15/08/2014.

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO. **Informações técnicas/Socioeconomia**. 2012. Disponível em: <<http://www.cnpaf.embrapa.br/socioeconomia/index.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

FAO. **Food balance sheets**. 2010. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/368/DesktopDefault.aspx?PageID=368#ancor>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FERNANDES, L.M. **Retorno financeiro e risco de preço da cultura do feijão irrigado via pivô central na região noroeste de minas gerais**. Informações Econômicas, SP, v. 42, n. 1, jan./fev. 2012.

FRANÇA, C.G. de; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M. de A. (Ed.). **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2009. 96 p.

FREIRE FILHO, F.R.; RIBEIRO, V.Q.; SANTOS, A.A. Cultivares de caupi para região Meio-Norte do Brasil. In: CARDOSO, M.J. (Org.). **A cultura do feijão caupi no Meio-Norte do Brasil**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. p. 67-88. (Embrapa Meio-Norte. Circular Técnica, 28).

IBGE. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar - primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2006. 267 p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013a.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 de jun. 2013b.

INCRA. **Instrução Especial/INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980**. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 11606, 12 jun. 1980, Seção 1.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 7.ed. Rio de Janeiro-RJ: LTC, 1998.

LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

NOVAES, A. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Vol. 3. Elsevier Brasil, 2001.

PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

SANTOS, A.R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: OP&A, 1999.

SILVA, C. **Avaliação econômica das perdas de banana no mercado varejista:** um estudo de caso. *Rev. Bras. Frutic.* [online]. 2003, vol.25, n.2 [cited 2012-06-20], pp. 229-234. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-29452003000200012&ng=en&nrm=iso>.ISSN0100-2945.<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-945203000200012>. Acesso em 03.03.2014

SILVA, E.F. **Cultivo do feijão-revista escala rural.** São Paulo: Escala, n. 5, p. 10 – 17, jul. 2004.

SILVA, I. **O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NA EMPRESA FAZENDA SAPUCAIA, MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ.** Administração & Tecnologia, v. 1, n. 1, 2010.

SILVA, P.S.L.; OLIVEIRA, C.N. **Rendimentos de feijão verde e maduro de cultivares de caupi.** Horticultura Brasileira, Brasília, v. 11, n. 2, p. 133-135, 1993.

SILVA, O.F. da; WANDER, A.E. **O feijão comum no Brasil passado, presente e futuro.** Santo Antônio de Goiás-GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2013. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 287). Versão eletrônica em: <http://www.cnpaf.embrapa.br>. Acesso 05 de Nov.2013.

SILVA, O.F. da. **Socioeconomia: participação percentual das safras de feijoeiro – Brasil 2009.** Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão. Disponível em: <<http://www.cnpaf.embrapa.br/apps/socioeconomia/docs/fejao/safrasfejao.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

SINGH, B.B. **Recent progress in cowpea genetics and breeding.** Acta Horticultura, The Hague, n. 752, p. 69-76, 2007. Edition of the Proceedings of the International Conference on Indigenous Vegetables and Legumes, Hyderabad, India, Sep. 2007. Disponível em: http://www.actahort.org/books/752/752_7.htm

STEFANELO, E.L. **Agronegócio Brasileiro: propostas e tendências.** Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n3_setembro_2002/ambiente_economico1_Agronegocio_.pdf>. Acesso em: 02. março 2014.

ROCHA, M. de M. **O feijão-caupi para consumo na forma de grãos fresco.** Agrosoft Brasil, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/212374.htm>. Acesso em: 5 jul. 2010.

WANDER, A.E. **Cultivo do feijão irrigado na região noroeste de Minas Gerais.** Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/FeijaoIrrigadoNoroesteMG>>. Acesso em: jan. 2014.

WANDER, A.E. **Produção e Consumo de Feijão no Brasil, 1975-2005.**
Informações Econômicas, SP, v.37, n.2, fev. 2007.

WANDER, A.E.; CHAVES, M.O. **Consumo per capita de feijão no Brasil de 1998 a 2010: Uma comparação entre consumo aparente e consumo domiciliar.**
10º Congresso Nacional de Pesquisa de Feijão (CONAFE). Goiânia: Embrapa Arroz e Feijão: 4p. p. 2011.

Implicações da Expansão do cultivo da cana-de- açúcar sobre o município de Goiatuba

*Washington Pereira Campos*⁸
*Márcio Caliar*⁹
*Marina Aparecida da Silveira*¹⁰

Resumo: A partir de 2004, ocorreu um aumento na área colhida e, conseqüentemente, na produção de cana-de-açúcar em Goiatuba. Fatores como topografia, disponibilidade de água, infraestrutura de transporte e qualidade do solo foram importantes para esse incremento na produção de cana-de-açúcar no município. Essa expansão ocorreu sobre áreas consolidadas de culturas, tais como soja, milho e algodão, as quais foram empurradas para outras áreas dentro do município, que são representadas pelas áreas de pastagens e a pequena propriedade. Além disso, a expansão do cultivo da cana, somada ao cultivo de outras culturas, sobre o município de Goiatuba pode ter auxiliado no aumento do dinamismo econômico municipal e no bem-estar da população, o qual pode ser avaliado pela melhoria de indicadores socioeconômicos básicos. O principal objetivo do presente trabalho foi verificar os resultados socioeconômicos provocados pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar no município de Goiatuba. Para atingir esse objetivo foi feita, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica que abordou temas sobre a expansão da produção de cana-de-açúcar e, em um segundo momento, foi elaborada pesquisa de dados secundários nos sites do IBGE, SEGPLAN/IMB e DATASUS.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar; Bem-estar; Goiatuba; Expansão agrícola.

Introdução

O município de Goiatuba está a exatamente 173 km de distância da capital goiana e apresenta clima, topografia, infraestrutura de transporte e solo favoráveis à produção agrícola. Por essa razão tem maior vocação para atividades ligadas à agropecuária. Até 2004, as principais culturas cultivadas no município eram de algodão, soja e milho, sendo que, a partir do referido ano, alguns agricultores, dessas três culturas, se associaram e formaram a Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar de Goiatuba (AFC) e passaram

⁸ Mestre em Agronegócio (UFG), e-mail: washingtontri0@yahoo.com.br

⁹ Doutor em tecnologia de alimentos (UNICAMP), Professor Mestrado (PPAGRO) e Engenharia de alimentos (UFG), e-mail: macaliari@ig.com.br

¹⁰ Mestranda em Agronegócio (UFG), e-mail: prof_marinasilveira@hotmail.com.

a cultivar e ofertar esse produto para as usinas da região. A expansão do cultivo da cana-de-açúcar ajudou a consolidar as usinas instaladas no município, as quais demandam muita mão de obra local. Dessa maneira, essa expansão, aliada ao cultivo de outras culturas consolidadas no município, podem ter dinamizado a economia local, possibilitando melhorias em indicadores socioeconômicos básicos. Por essa razão, o objetivo do presente trabalho foi verificar os resultados socioeconômicos provocados pela expansão do cultivo da cana-de-açúcar, bem como, pelo cultivo de outras culturas consolidadas, no município de Goiatuba. Como aporte teórico foram utilizados recortes bibliográficos que tratam da expansão da cana-de-açúcar no Brasil, em Goiás e na região de Goiatuba.

Além dessa introdução, o artigo apresenta no primeiro tópico a metodologia; no segundo, a revisão bibliográfica, que apresenta uma discussão sobre a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar; no terceiro, os resultados e as discussões; e, por fim, as considerações finais.

1. Metodologia

O presente estudo, em um primeiro momento, constou de uma revisão bibliográfica que abordou temas sobre a expansão da produção de cana-de-açúcar. Em um segundo momento foi elaborada pesquisa de dados secundários nos sites do IBGE, SEGPLAN/SEPIN e DATASUS, sendo coletados dados referentes à produção agrícola municipal de algodão, soja, milho e cana-de-açúcar. Além disso, foi realizada consulta de indicadores socioeconômicos básicos, tais como PIB *per capita*, arrecadação de ICMS, número de postos de trabalhos criados, taxa de alfabetização e taxa de desemprego municipal, população rural e número de domicílios rurais. Tudo isso no intuito de verificar se esses indicadores melhoraram e, conseqüentemente, elevaram o bem-estar da população local.

2. Referencial Teórico

2.1 Expansão do monocultivo da cana-de-açúcar: Brasil, Goiás e Goiatuba

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar consolidou-se no Brasil com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). De acordo com Abdala e Ribeiro (2011), na 1ª fase do programa, período compreendido entre os anos de 1974 e 1979, apenas dois municípios em Goiás consolidaram-se na produção de cana-de-açúcar, são eles: Santa Helena e Goianésia. Na 2ª fase do Proálcool, de 1979 a 1986, outras áreas do Estado de Goiás foram incorporadas ao monocultivo da cana-de-açúcar, principalmente as áreas que apresentavam

boa infraestrutura de logística e transporte para o escoamento da produção. Atualmente, essas áreas pertencem ao eixo norte-sul do Estado de Goiás. Já a 3ª fase do programa, de 1986 a 1995, foi caracterizada pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil e o reflexo para Goiás foi a redução da área colhida com cana-de-açúcar. A 4ª fase do Proálcool foi caracterizada pela grande expansão do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e, principalmente, em Goiás.

Segundo Castro *et al.* (2010), a expansão do cultivo da cana-de-açúcar sobre áreas consolidadas de culturas alimentares e de pastagens iniciou-se na década de 1970, no Estado de São Paulo. Em decorrência dessa expansão, algumas culturas, tais como a soja, o algodão e o milho avançaram sobre as áreas de pastagens, que migraram em direção ao centro do país.

Como mostra Miziara (2009), a expansão do cultivo da cana-de-açúcar está incorporando áreas consolidadas na produção de culturas como a soja e o algodão. Dessa maneira, essas culturas são empurradas para áreas de pastagens que, conseqüentemente, ocupam novas áreas até então não destinadas à agricultura ou à criação de animais. Sobre o meio antrópico, o autor coloca que o principal impacto negativo da produção de cana-de-açúcar é a mudança na estrutura fundiária que, em razão da compra ou do arrendamento de propriedades menores, causa a má distribuição fundiária, de renda, e, ainda, o êxodo rural.

Pasqualetto e Zito (2000) colocam que a cana-de-açúcar é cultivada em solos mais férteis, os quais também são mais favoráveis à mecanização em razão da baixa declividade. Os mesmos autores relatam, ainda, que a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar está ocorrendo, principalmente, sobre as áreas de culturas alimentares e, em alguns casos, sobre as áreas de pastagens, bem como, sobre extensas áreas que incorporam, muitas vezes, pequenas propriedades familiares.

Segundo Abdala e Ribeiro (2011), as microrregiões do Estado de Goiás que mais registraram expansão do cultivo da cana-de-açúcar, a partir do início do século XXI, foram as microrregiões do Meia Ponte e de Quirinópolis e as áreas mais aptas ao monocultivo da cana-de-açúcar localizadas, em grande parte, nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado, em razão, principalmente, de uma maior disponibilidade de água.

Para Miziara (2009), o processo de expansão do cultivo da cana-de-açúcar, principalmente no Sudoeste goiano, é condicionado por variáveis como a localização, a fertilidade, a topografia e os recursos hídricos, sendo essas as variáveis condicionantes da expansão da fronteira agrícola (CAMPOS, 2013; MIZIARA, 2008). Conforme o mesmo autor, essa expansão tem provocado a competição entre o cultivo da cana e o cultivo de outras culturas, tais como a soja e o milho.

3. Resultados e Discussões

Em concordância com os dados apresentados pelo IBGE (2012), houve um crescimento mais acentuado da área colhida com cana-de-açúcar em Goiás e em Goiatuba, a partir de 2004. No município de Goiatuba, segundo dados do IBGE (2012), de 2004 a 2013, o aumento percentual da área colhida com cana-de-açúcar girou em torno de 269%, sendo que, para o mesmo período, em Goiás, o aumento foi de 387%.

A tabela 1 apresenta a quantidade produzida de cana-de-açúcar para o período de 2004 a 2013 no Brasil, em Goiás e em Goiatuba.

Tabela 1: Quantidade produzida de cana-de-açúcar: Brasil, Goiás e Goiatuba no período de 2004 a 2013

Ano	Quantidade produzida (ton.) cana-de-açúcar		
	Brasil	Goiás	Goiatuba
2004	415.205.835	14.001.079	925.025
2005	422.956.646	15.642.125	978.400
2006	477.410.655	19.049.550	1.101.870
2007	549.707.314	22.063.677	1.101.870
2008	645.300.182	33.401.559	1.525.200
2009	691.606.147	44.064.470	1.640.000
2010	717.462.101	48.000.163	1.640.000
2011	734.006.059	55.151.025	1.916.340
2012	737.609.488	58.348.797	2.988.000
2013	739.267.042	69.307.411	3.391.000

Fonte: IBGE, 2012.

Extrai-se da tabela 1 que a produção de cana-de-açúcar aumentou consideravelmente, a partir de 2004, tanto no Brasil quanto em Goiás e no município de Goiatuba. Segundo a referida tabela, a quantidade de cana-de-açúcar produzida no Brasil em 2004 foi de 415.205.835 toneladas e em 2013 a

quantidade produzida do referido produto foi de 739.267.042 toneladas, ou seja, um aumento percentual de 78%. Em Goiás, nesse período, a quantidade produzida de cana-de-açúcar saltou de 14.001.079 toneladas em 2004 para 69.307.411 toneladas em 2013, um aumento de 395%. Já em Goiatuba o aumento foi, em termos percentuais, de 267% para o período indicado, em 2004 foram produzidas 925.025 toneladas de cana-de-açúcar e em 2013 a quantidade produzida elevou-se para 3.391.000 toneladas. Isso reforça a ideia, como colocado por Castro *et al.* (2010), que vem ocorrendo uma elevação na quantidade produzida de cana-de-açúcar nas regiões indicadas acima a partir do início do século XXI.

A tabela 2 apresenta a área colhida das principais culturas no município de Goiatuba, no período de 2003 a 2012.

Tabela 2: Área colhida com algodão, milho, soja, cana-de-açúcar - área total colhida com milho, soja e algodão e área total colhida com milho, soja, algodão e cana-de-açúcar no período de 2003 a 2012 em Goiatuba

Área colhida das principais culturas (ha)							Varição % aumento
Ano	Algodão (1)	Milho (2)	Soja (3)	Total (1+2+3) (4)	Cana (5)	Total (4+5) (6)	(6) (7)
2003	1.850	6.000	60.000	67.850	8.653	76.503	47%
2004	1.500	5.360	72.000	78.860	11.350	90.210	25%
2005	4.020	8.080	65.000	77.100	12.230	89.330	26%
2006	0	10.750	62.000	72.750	13.356	86.106	31%
2007	510	16.000	48.000	64.510	13.356	77.866	45%
2008	420	16.085	49.110	65.615	18.600	84.215	34%
2009	1.320	10.150	45.000	56.470	20.000	76.470	47%
2010	1.300	10.587	50.000	61.887	20.000	81.887	38%
2011	820	11.650	53.000	65.470	23.370	88.840	27%
2012	1.150	11.400	64.200	76.750	36.000	112.750	0%

Fonte: SEGPLAN - Estatísticas Municipais- 2012.

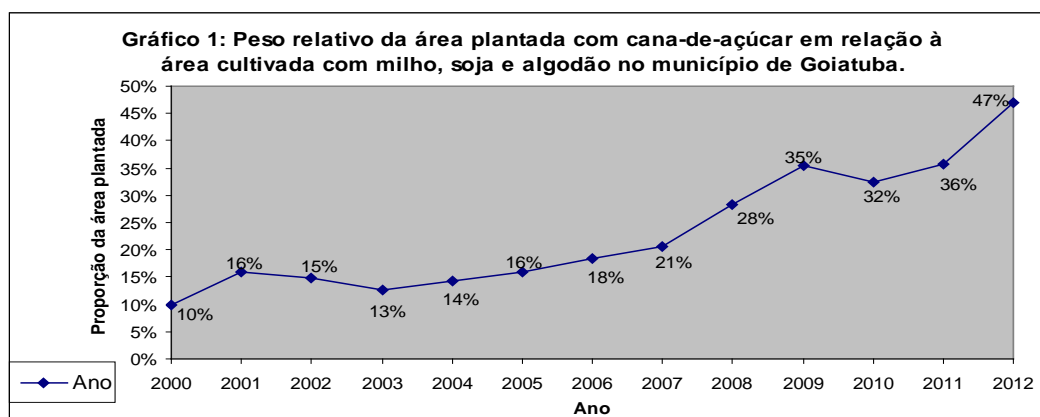
Percebe-se, por meio da tabela 2, que, em alguns períodos, aconteceu uma diminuição ou expansão da área colhida de algodão, de soja, de milho e de cana-de-açúcar no município. O auge da expansão da área total destinada à produção dessas culturas ocorreu em 2012, com o cultivo de 112.750 ha. Em

2004, a área colhida de soja foi de 72.000 ha e apresentou redução a partir de 2005 até 2009 e aumentou após 2010. A área colhida com soja foi em 2012 de 64.200 ha, área bem inferior em relação à área colhida em 2004. No caso do milho, mesmo com períodos alternados de diminuição e aumento da área colhida, em 2012 a produção realizada em 11.400 ha foi superior à área colhida em 2004, de 5.360 ha.

De acordo com dados da tabela 2, em 2004, a área total colhida com soja, milho e algodão foi 78.860 ha e, no mesmo ano, a área colhida com cana-de-açúcar foi de 11.350 ha, ou seja, uma área total colhida com as quatro principais culturas de 90.210 ha. Em 2012, a área total colhida com as quatro principais culturas no município de Goiatuba foi de 112.750 ha. Desse total, 76.750 ha foi a área total colhida com milho, soja e algodão e a área colhida com cana-de-açúcar foi de 36.000 ha.

Autores como Castro *et al.* (2010); Miziara (2009); Abdala e Ribeiro (2011); Pasqualetto e Zito (2000) colocam que a expansão do cultivo da cana-de-açúcar vem ocorrendo sobre as áreas de culturas já consolidadas em certas regiões. Segundo Miziara (2009), as culturas consolidadas em certas regiões têm sido empurradas para outras localidades, no mesmo município e com o englobamento de áreas destinadas à pecuária e também as pequenas propriedades.

O gráfico 1 apresenta o peso percentual da área colhida com cana-de-açúcar em relação à área total colhida com soja, milho e algodão, conforme dados da tabela 2.



Fonte: SEGPLAN - Estatísticas Municipais- 2012.

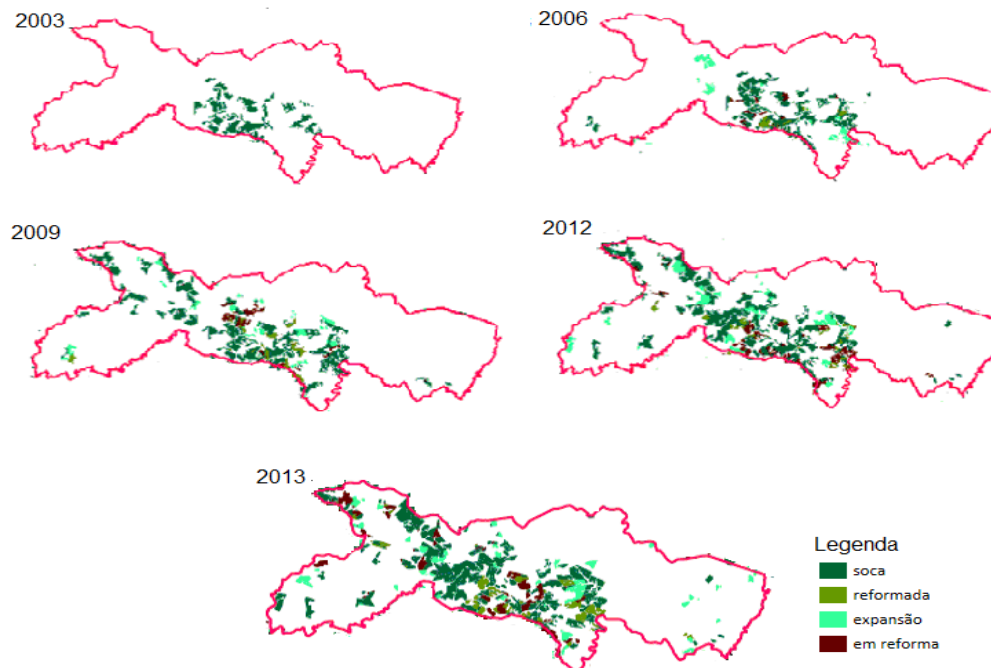
Segundo o gráfico 1, a partir de 2004, ocorreu um aumento relativo no peso da área plantada com cana-de-açúcar em relação à área total colhida com soja, milho e algodão. De acordo com o referido gráfico, em 2004, a área colhida com cana representava 14% da área total colhida com soja, milho e algodão. Esse índice percentual aumentou a cada ano a partir desse período. Em 2012, a área colhida com cana-de-açúcar representou 47% do total da área cultivada com milho, soja e algodão.

À medida que ocorreu um aumento na área ocupada com as quatro principais culturas em Goiatuba houve uma gradativa diminuição da população rural. Segundo dados do DATASUS (2010), a população rural de Goiatuba em 1980 era de 8.551 habitantes e representava 28,56% da população urbana. Em 1991, a população rural do município era de 4.775 habitantes. Quase uma década depois, já no ano 2000, a população rural era de 3.324 habitantes. Em 2010, a população rural de Goiatuba representava apenas 8% da população urbana, em termos absolutos essa população era de 2.251 habitantes. Evidencia-se, assim, como indicado por Miziara (2009); Pasqualetto e Zito (2000), uma gradativa redução da população rural do município, tendo como resultado uma elevação no êxodo rural na região.

De acordo com dados do SEGPLAN/IMB (2012), no ano 2000 existiam 1.063 domicílios rurais no município de Goiatuba. Em 2010, esse número caiu para 890 domicílios rurais, o que resultou em uma queda de 16,3% no número de domicílios rurais na região. Essa diminuição pode ter ocorrido em razão da expansão do cultivo de cana-de-açúcar no município de Goiatuba. Essa expansão pode gerar, segundo autores como Miziara (2009); Castro *et al.* (2010); Pasqualetto e Zito (2000), competição por terras agrícolas, sobre extensas áreas que englobam outras culturas já consolidadas na região e, muitas vezes, sobre pequenas propriedades familiares, a ocasionar, conseqüentemente, má distribuição fundiária.

A figura 1 apresenta o mapa da expansão do cultivo da cana-de-açúcar em Goiatuba em cinco períodos.

**Figura 1: Mapa da expansão do cultivo da cana-de-açúcar em Goiatuba-
GO – 2003, 2006, 2009, 2012 e 2013**



Fonte: INPE, 2014.

Pode-se visualizar pela figura 1 que em 2003 havia uma área plantada com cana-de-açúcar bem inferior ao ano de 2006. Pela referida figura é possível verificar que o mapa de 2009 mostra uma expansão acentuada do cultivo da cana-de-açúcar para outras áreas dentro do município de Goiatuba. O mapa de 2012 mostra uma grande área ocupada com o cultivo da cana-de-açúcar, bem como em 2013, o que evidencia a expansão dessa cultura no município. Torna-se evidente, como apontado por Abdala e Ribeiro (2011); Miziara (2009), uma forte expansão do cultivo da referida cultura em Goiatuba.

Ao observar alguns indicadores sociais, tais como: taxa de desemprego, PIB *per capita*, número de postos de trabalho criados, arrecadação de ICMS, taxa de alfabetização, taxa de desemprego, população rural e número de domicílio rural, foi possível perceber que ocorreu uma melhora em alguns indicadores em Goiatuba, a partir do ano 2000.

De acordo com dados do DATASUS (2010), a taxa de desemprego em 1991 no município de Goiatuba foi de 5,34%, sendo que em 2000 essa taxa aumentou para 6,97%. Em 2010, a taxa de desemprego teve desempenho melhor que em 2000, representando 5,27%, com aproximadamente 889

pessoas em idade economicamente ativa desempregada. Desse modo, é possível constatar que ocorreu uma diminuição na taxa de desemprego no município de Goiatuba, no período de 2000 a 2010. Conforme a UNICA (2013), a expansão do cultivo de cana-de-açúcar incentivou a ampliação da atividade das usinas de açúcar e álcool do município. Com isso, essas usinas passaram a demandar mais mão-de-obra, sendo o empreendimento responsável pela maior parte das contratações em Goiatuba. Uma usina responsável por essa situação é a GOIASA, que possui por volta de 2.500 funcionários. Esse é o empreendimento que mais emprega pessoas no município. Essa usina iniciou suas atividades em 1991, com processamento de cana-de-açúcar para a produção de combustível. Atualmente, produz, além do etanol, o açúcar VHP, o açúcar cristal, o açúcar cristal orgânico e a energia elétrica, a partir do bagaço de cana. Outra é a Usina Bom Sucesso, pertencente ao grupo VREC, que emprega cerca de 550 pessoas. O fornecimento de cana-de-açúcar para essa usina é condicionado pela Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar de Goiatuba (AFC), que possui 12 Associados, os quais são, na grande maioria, plantadores de soja, de milho e de algodão do município.

A tabela 3 apresenta a evolução do PIB *per capita* em Goiatuba no período entre 2000 e 2011.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Goiatuba no período de 2000 a 2010

Ano	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
2000	7.295,25
2001	8.732,57
2002	11.315,99
2003	15.421,74
2004	17.301,25
2005	18.069,64
2006	19.052,60
2007	18.966,69
2008	17.861,65
2009	21.934,02
2010	21.090,03
2011	24.470,63

Fonte: DATASUS, 2010.

De acordo com os dados da tabela 3, é possível perceber uma elevação do PIB *per capita* no município de Goiatuba, no período de 2000 a 2011. Em

2000, o PIB *per capita* foi de R\$ 7.295,25 e, em quatro anos, esse valor mais que dobrou. Como apresenta a referida tabela, em 2004 o PIB *per capita* foi de R\$ 17.301,25. Em termos relativos, o aumento do PIB *per capita*, entre 2000 e 2004, foi de 137%. Ainda assim, tal indicador continuou aumentando de forma gradativa e, em 2011, o PIB *per capita* foi de R\$ 24.470,63. O aumento no PIB *per capita* de 2011 em relação a 2000 foi de 235%, um aumento percentual médio em torno de 21% ao ano.

A tabela 4 apresenta o aumento da taxa de alfabetização no município de Goiatuba nas últimas duas décadas (final do século XX e início do século XXI).

Tabela 4: Taxa de alfabetização - Goiatuba - Goiás

Ano	Taxa de Alfabetização (%)
1991	80,50
2000	88,80
2010	91,35

Fonte: SEGPLAN - Estatísticas Municipais, 2012.

A tabela 4 sintetiza a evolução da taxa de alfabetização nos anos de 1991, 2000 e 2010 no município de Goiatuba. Conforme a tabela ocorreu, em duas décadas, um aumento de 11,35 pontos percentuais na taxa de alfabetização do município. Em 1991, a taxa de alfabetização era de 80,50%, em 2000 houve uma elevação no valor do indicador para 88,8%, em 2010 a taxa de alfabetização foi de 91,35%. Com isso, é possível perceber uma melhora desse indicador no período compreendido entre 1991 e 2010, embora não seja possível medir qual a contribuição do efeito dinamizador da expansão do cultivo da cana-de-açúcar sobre esse indicador. É interessante ponderar que a melhoria nesse indicador pode possibilitar o acesso mais fácil em atividades remuneradas que exijam mais instrução por parte do trabalhador.

A tabela 5 apresenta a quantidade de postos de trabalho criados em Goiatuba no período de 1999 a 2012.

Tabela 5: Número de postos de trabalho criados no município de Goiatuba 1999 a 2012

Ano	Quantidade de postos de trabalho criados	Varição % de postos de trabalho criados
1999	3.673	-----
2000	4.031	9,75%
2001	4.484	11,24%
2002	4.967	10,77%
2003	5.153	3,74%
2004	5.358	3,98%
2005	5.776	7,80%
2006	5.982	3,57%
2007	7.579	26,70%
2008	7.513	-0,87%
2009	7.721	2,77%
2010	7.616	-1,36%
2011	8.262	8,48%
2012	8.572	3,75%

Fonte: SEGPLAN - Estatísticas Municipais- 2012.

Consoante dados da tabela 5, o número de postos de trabalho criados no município de Goiatuba apresentou períodos de crescimento, com registro de apenas dois anos em que ocorreu diminuição da criação de postos de trabalho no município, os quais foram 2008 e 2010. Tal diminuição, no entanto, foi pouco expressiva. De acordo com a referida tabela, o ano de 2007 foi o período que representou o maior crescimento percentual de postos de trabalho em comparação com o ano anterior, com cerca de 26,7%. Em comparação com o ano de 2012, em relação aos anos de 1999 e 2004, constata-se um aumento percentual na quantidade de postos de trabalho criados, respectivamente, de 133% e 60%.

A tabela 6 apresenta a arrecadação municipal de ICMS no período de 2007 a 2012 em Goiatuba.

Tabela 6: Dados históricos da arrecadação anual de ICMS por setor de atividade e variação percentual da arrecadação de ICMS no período de 2007 a 2012 em Goiatuba

ICMS (R\$ mil)	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Comércio						
atacadista	1.316,00	2.054,00	3.996,00	3.337,00	4.365,00	3.637,00
Combustível	412,00	140,00	269,00	5.003,00	8.102,00	10.343,00
Comércio Varejista	2.016,00	2.706,00	3.544,00	3.966,00	4.202,00	6.760,00
Comunicação	-	-	-	-	2,00	2,00
Mineral ou fóssil	1,00	-	7,00	-	4,00	-
Indústria	1.518,00	3.937,00	8.77,001	4.820,00	4.120,00	5.229,00
Outros	54,00	122,00	565,00	4.766,00	5.483,00	66,00
Prestação de Serviços	399,00	749,00	765,00	1.197,00	3.273,00	2.283,00
Agropecuária	1.817,00	1.834,00	1.795,00	1.247,00	1.844,00	2.495,00
ICMS Total	7.533,00	11.542,00	19.712,00	24.336,00	31.395,00	30.815,00
Variação % - ICMS total	0,00	53%	71%	23%	29%	-2%

Fonte: SEGPLAN/IMB - Estatísticas Municipais- 2012.

De acordo com dados da tabela 6, constata-se que ocorreu uma elevação na arrecadação de ICMS no município de Goiatuba, no período de 2007 a 2012. Nesse período, o aumento absoluto do ICMS total foi de R\$ 23.282.000,00, ou seja, uma taxa nominal de aumento de 309%.

Como colocado por Campos (2013), a expansão da fronteira agrícola pode dinamizar a economia de um município proporcionando aumento do bem de sua população. De acordo com Miziara (2009), no período de implantação da cultura de cana-de-açúcar, o desenvolvimento local pode apresentar crescimento, em decorrência de um maior dinamismo do mercado, impulsionado pelo comércio e pela indústria de insumos agrícolas. Ressalta-se, contudo, que o dinamismo do município não está ligado exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar, pois além de algumas indústrias instaladas na cidade, outras atividades, tais como o cultivo da soja e do milho, bem como o

setor de venda de peças, implementos agrícolas e insumos químicos, podem auxiliar no dinamismo econômico do município de Goiatuba.

Considerações Finais

A partir de 2004, ocorreu uma forte expansão do cultivo de cana-de-açúcar no município de Goiatuba, que ajudou a alterar a dinâmica econômica do município. Alguns agricultores que plantavam culturas já consolidadas no município, tais como soja, algodão e milho se associaram e passaram a cultivar, também, a cana-de-açúcar, ofertando esse produto às usinas do município. Isso serviu para fortalecer as usinas, por meio da garantia da matéria-prima, e alavancou a contratação de mão de obra no município. Diretamente, as usinas têm um efetivo de mais de 3.000 colaboradores, além disso, muitos empregos indiretos foram criados. A partir do referido ano, a economia local apresentou outro dinamismo, a qual registrou elevação na contratação de mão de obra, elevação no PIB per capita e melhoria no nível de alfabetização. Contudo, tal dinamismo, não ocorreu em decorrência apenas da expansão do cultivo de cana-de-açúcar, sendo necessário colocar a importância do cultivo de outras culturas no município que demandam mão de obra, insumos e máquinas agrícolas, visto que, algumas culturas consolidadas no município de Goiatuba não deixaram de ser cultivadas em razão da expansão do cultivo de cana-de-açúcar. A quantidade total de terra utilizada para o cultivo das quatro principais culturas aumentou a cada ano, reforçando assim, a ideia de que a cana-de-açúcar expande sobre culturas consolidadas, as quais são empurradas para áreas de pastagens e sobre a pequena propriedade. Além disso, ocorreu uma redução da população rural do município, ocasionando êxodo rural e redução na quantidade de domicílios rurais, aumentando, assim, a concentração fundiária.

Referências Bibliográficas

ABDALA, K.; RIBEIRO, F. L. Análise dos Impactos da Competição pelo Uso do Solo no Estado de Goiás Durante o Período 2000 a 2009 Provenientes da Expansão do Complexo Sucroalcooleiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 373-400, out./dez. 2011.

CAMPOS, W. P. Expansão da fronteira agrícola no município de Palmeiras de Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, v. 24, p. 65-72, 2013.

CASTRO, S. S. *et al.* A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 171-191, jan./jun. 2010.

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde- Informações de saúde (TABNET) 2010. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2014.

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Pesquisado em 19 de jul. 2014.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais. <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>. Pesquisado em 05 de março de 2014.

MIZIARA, F. Expansão da fronteira agrícola: a intensificação da pecuária bovina no Estado de Goiás e ocupação do espaço no cerrado. In: RODRIGUES, Dayse M. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 38, p.14-20, março 2008.

MIZIARA, F. **Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. p. 1.

PASQUALETTO, A.; ZITO, R. K. **Impactos Ambientais da monocultura da cana-de-açúcar**. 1ª edição, Goiânia: UFG, v. 1, 2000. 82 p.

SEGPLAN/SEPIN. Secretaria de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Estatísticas Municipais (Séries Históricas), 2012. Disponível em: <http://www.segplan.am.gov.br>. Pesquisado em 14/07/2014.

UNICA. **União da Indústria de Cana-de-açúcar**. <http://www.unicadata.com.br/> Pesquisado em 02 de março de 2014.

**Sistemas Agroalimentares
Locais: Uma Abordagem
para a Análise da Produção
de Pequi e Derivados em
Municípios do Sul Goiano**

*Paulo Eterno Venâncio Assunção*¹¹

*Marina Aparecida Silveira*¹²

*Alcido Elenor Wander*¹³

Resumo: Objetivo deste estudo foi analisar a extração do pequi no sul do Estado de Goiás utilizando a abordagem do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Os frutos de pequi são explorados, em sua grande parte, de forma extrativista. Nesse contexto, o conceito SIAL ganha importância, pois associa estreitamente os recursos estratégicos, como produtos típicos e artesanais, técnicas diferenciadas, estilos alimentares, território, recursos naturais, ações coletivas e organização das atividades. Os resultados mostraram que os SIALs podem ser alternativas viáveis de inserção a exploração da cadeia do pequi no ambiente competitivo, porém problemas em relação à integração de novos cooperados devem ser solucionados.

Palavras-chave: Sistema Agroalimentar Localizado; Desenvolvimento Local; Pequi.

Introdução

Existem várias espécies do gênero *Caryocar*, que são conhecidas popularmente pelos nomes de pequi e outros derivados como: piqui, piquiá e piquivagreiro, isso pode ser explicado pelo fato de o Brasil ser o centro de dispersão desse gênero (OLIVERIA et. al., 2008). Por essa razão o pequizeiro é considerado a árvore símbolo do cerrado, sua exploração comercial é predominantemente de forma extrativista (CÂNDIDO et. al., 2012).

O pequizeiro é uma planta perene, sendo classificada como frutífera e oleaginosa, em razão das suas características e formas de utilização (OLIVEIRA et. al., 2008). A principal utilização do fruto é no consumo direto do caroço em forma de pequizada, sendo consumo cozido, cozido com carne de gado ou com frango, no feijão, no arroz e em misturas.

¹¹ Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás, professor do Departamento de Agronomia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba. e-mail: paulo_eterno05@hotmail.com

¹² Mestranda em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás. e-mail: prof_marinasilveira@hotmail.com

¹³ Doutor em Economia Aplicada, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Arroz e Feijão. e-mail: alcido.wander@embrapa.br

Além do consumo do fruto do pequi, há também a extração do óleo, utilizado na culinária, na indústria de cosméticos, na confecção de produtos de limpeza e como produto medicinal (OLIVEIRA et. al., 2008). Além da utilização do fruto e da semente da extração do óleo, a madeira obtida no momento do corte também é utilizada.

A região Sul do Estado de Goiás encontra dificuldades em exceder o seu nível de produção pelo pouco emprego em técnicas e em tecnologias para exploração do fruto, isso impede a exploração de novos mercados e regiões consumidoras do fruto. Embora seja uma região que apresente grande nível de tecnologia na exploração de outras atividades agrícolas em contraste a exploração do pequi apresenta pouco emprego de tecnologia e técnicas de exploração.

Com o exposto, os Sistemas Agroalimentares Locais (SIALs) surgem como uma alternativa possível de organização da produção, principalmente em áreas onde convivem grandes e pequenos produtores, possibilitando o acompanhamento do processo produtivo integrado e permitindo, assim, o desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis.

Com isso, o presente trabalho tem por objetivo estudar a exploração do pequi na região Sul do Estado de Goiás, utilizando como base o conceito de Sistema Agroalimentar Local. Busca-se com isso contribuir com a discussão teórica sobre a formação de um SIAL, mostrando alternativas que visem promover a competitividade da cadeia de exploração do pequi e fornecer informações capazes de subsidiar a formulação de estratégias de desenvolvimento regional.

O trabalho está dividido em cinco partes, a primeira sendo a introdução do objeto de estudo da presente pesquisa, a segunda parte trata da conceituação de Sistemas Agroalimentares Locais (SIALs), a terceira relatando a metodologia adotada na pesquisa. Na quarta parte são discutidos os principais resultados encontrados na pesquisa e na quinta parte as considerações sobre o presente estudo.

1. Revisão de literatura

A noção de SIAL apresenta um objeto concreto como um conjunto de atividades agroalimentares constituídas territorialmente e como um enfoque, ou seja, uma forma de abordar o desenvolvimento dos recursos locais, mesmo quando o sistema ainda não existe (REQUIER-DESJARDINS, 2002).

Os Sistemas Agroalimentares Locais permitem a existência de vários níveis de diálogo ao longo da cadeia produção-comercialização-consumo, sendo que nos elos verticais têm-se os produtores/beneficiadores e os fornecedores de insumos e equipamentos, e em outros aspectos a relação destes com os comerciantes/distribuidores/consumidores (LINS, 2006).

Os elos horizontais consistem nas iniciativas dos atores sociais, os saberes locais, dos produtores ou beneficiadores em desenvolver métodos que

beneficiem os envolvidos com os elos. Existem configurações multilaterais, que transcendem a escala da cadeia e alcançam instituições de diferentes naturezas e funções. Além dos elos apresentados, ainda pode ser salientada a importância dos atores individualmente, base para os conhecimentos adquiridos, compartilhando-os entre os atores que atuam no território em que um sistema agroalimentar se desenvolve.

Os SIALs são concentrações locais de pequenas empresas de transformação agroalimentar que apresentam as seguintes características: a) frequentemente são orientados para a produção de produtos cuja qualidade é ligada originalmente ao território; b) são baseados nos ativos específicos, recursos comuns à disposição dos atores destes sistemas, de diversas ordens; c) realizam frequentemente uma produção coletiva de bens privados e públicos e; d) possibilidade de identificar tais sistemas, ao mesmo tempo, em diversos países.

Podem ainda ser definido como uma organização de produtores e empresas de serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, gastronômicas, etc.) associadas por suas características e seu funcionamento a um território específico, partindo da especificidade do local e suas interações com o global. Entretanto, o espaço do SIAL não possui um conteúdo meramente geográfico, e sim, um espaço construído por ações coletivas, marcadas por questões culturais e regulado (REZENDE et al., 2012).

No SIAL deve existir uma interação entre o território e a cadeia produtiva (produção-distribuição-consumo) de um determinado alimento. Assim, a cooperação entre um determinado grupo de empresas, localizadas geograficamente próximas, aliado à alta especificidade dos ativos presentes no território, são elementos importantes para criar oportunidades e novos espaços para a atuação das organizações frente ao ambiente competitivo e globalizado.

Os SIALs possuem ativos territoriais específicos que são próprios das áreas rurais e do setor alimentar e dentre estes ativos próprios da produção alimentícia, pode destacar a questão referente à proximidade entre os consumidores e o produto alimentar (REQUIER-DESJARDINS, 2002).

As relações do SIAL abarcam, tanto quanto os produtores primários e unidades que beneficiam produtos de origem rural num mesmo espaço geográfico, fornecedores de insumos e comerciantes localizados em outras áreas (LINS, 2006). Como destacado pelo autor, a situação é idêntica no tocante aos participantes da base institucional, como centros de pesquisa e outros representantes da infraestrutura tecnológica. Díaz-Bautista (2001) destaca que com essa interpretação o espaço do SIAL não possui um conteúdo apenas, ou principalmente, geográfico, tratando-se de um espaço elaborado, construído socialmente, marcado em termos culturais e regulado institucionalmente.

2. Metodologia

O presente estudo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa teve uma característica exploratória e descritiva, utilizando-se de técnica de pesquisa bibliográfica e documental. O principal objetivo desse tipo de estudo é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições, sendo que seu planejamento é bastante flexível, de modo que possa possibilitar a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2009).

A pesquisa exploratória permite ganhar familiaridade com o fenômeno estudado e a definir questões mais específicas que poderão ser investigadas em estudos subsequentes (SELLTIZ, et. al., 2004). A pesquisa bibliográfica é amplamente utilizada como técnica de investigação em pesquisas exploratórias, podendo ser desenvolvida a partir de material já elaborado constituído, principalmente de livros e artigos científicos. Em quase todos os estudos é exigido algum tipo de trabalho de natureza exploratória, mas existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2009).

As informações obtidas foram trabalhadas com o objetivo de verificar as possíveis vantagens competitivas geradas pelos recursos territoriais. A diferenciação de produtos agroalimentares a partir de características territoriais é bem fundamentada pela ideia de Sistemas Agroalimentares Locais, os quais têm o território e as características socioculturais como base de sua formação.

A literatura sobre os Sistemas Agroalimentares Locais (SIAL) mostra que existem vários métodos de busca de informações e análise. Essa diversidade de objetivos dos estudos e a multiplicidade de questões relacionadas aos mesmos impedem uma recomendação universal de opção metodológica para a busca de informações, como ressaltado por Cândido et al. (2012). No contexto avaliado, adotou-se o roteiro apresentado por Malafaia e Barcellos (2007) Cândido, et. al. (2012), em que as etapas de construção de pesquisa para os objetivos do estudo são as seguintes: levantamento de dados primários, levantamento de dados secundários, identificação de agentes-chave, estruturação de roteiros de entrevistas, coleta e análise de dados.

A segunda etapa da pesquisa foi desenvolvida com a aplicação de entrevistas a agentes-chave da cadeia de exploração do pequi no Sul do Estado de Goiás, aplicadas nas cidades de Goiatuba, Morrinhos e Joviânia, no ano de 2012.

Seguindo o roteiro proposto, buscou-se identificar as características para o SIAL do pequi da região das três cidades, seguindo os seguintes passos: a) configuração geográfica – visando identificar a formação de uma aglomeração local de pequenas empresas agroalimentares; b) identificação de características intrínsecas ao produto – oriundas do território e de outros ativos específicos disponíveis na região geográfica; c) existência de produção coletiva de bens privados e públicos; d) existência de interação entre âmbito local e global; e) existência de ações coletivas ligadas ao processo produtivo e outras que extrapolem esse âmbito; f) existência de fatores sociais, culturais e

históricos que criam uma identidade comum entre os produtores; g) existência de regulação institucional ligada ao setor produtivo; e h) existência de uma interação real entre o território e a cadeia de exploração, visando à diferenciação do produto (MALAFAIA E BARCELLOS, 2007).

Na pesquisa foram entrevistados os agentes-chave para a aplicação das entrevistas semiestruturada, as quais foram baseadas na revisão da literatura sobre SIAL, cabendo ressaltar que todos os entrevistados escolhidos são especialistas nas suas respectivas áreas.

3. Resultados e discussão

Na região estudada, inúmeras áreas de cerrado ainda apresentam árvores produtoras de frutos de pequi, o que favorece os exploradores do fruto durante o período de produção do fruto. Tais áreas de reserva apresentam, em algumas regiões, fácil acesso, o que possibilita a exploração de maiores quantidades de frutos.

Encontra-se em desenvolvimento uma mudança da lógica da agricultura produtivista para uma lógica da agricultura multifuncional, baseada na existência de uma demanda diversificada, como o caso da exploração do pequi, as quais oferecem oportunidades ligadas às transformações das funções das áreas rurais (agricultura de serviço), de relações com o ambiente (agricultura sustentável) e de objetivos nacionais e regionais de desenvolvimento (BORRAY, 2002).

Como o caso do pequi na região estudada, o qual a exploração acontece de maneira manual, por pequenos produtores que mantêm grandes áreas de preservação, assentados que encontram na exploração de pequi o principal formador de sua renda nos primeiros meses do ano e comerciantes donos de pequenos pontos de comercialização dentro da cidade (ASSUNÇÃO, 2012). Os produtores organizaram-se de forma a agregar valor ao produto explorado, fazendo a diversificação do fruto, com conservas, licor, molhos, etc.

O aproveitamento do pequi sob a forma de agregar valor ao produto *in natura* tem aberto perspectivas cada vez mais amplas e promissoras de atividade e agregação de renda por parte de agricultores familiares e extrativistas em regiões distintas do cerrado brasileiro, em um esforço contínuo de preservação ambiental associado ao uso racional dos recursos naturais. O conjunto das relações sociais de trabalho e de produção, por meio das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma determinada indústria e integra um complexo sistema de relações multidimensionais, é o que constitui um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) (SCHNEIDER, 1999).

3.1 Configuração geográfica

Os municípios em que o SIAL da cadeia de exploração do pequi foi estudado estão localizados na Mesorregião denominada de Sul Goiano que é formado por seis Microrregiões: Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. Os três municípios utilizados na pesquisa estão localizados na Microrregião de Meia Ponte, composta por 21 municípios.

A Microrregião de Meia Ponte é formada por uma área de 21.165 km², com uma população de 349 mil habitantes, densidade populacional de 16,5 hab/km² (IBGE, 2012). Os municípios considerados na pesquisa foram: Goiatuba, com área de 2.475 km², população de 32 mil habitantes e densidade populacional de 13,21 hab/km²; Morrinhos, com área de 2.846 km², população de 41 mil habitantes e densidade populacional de 14,57 hab/km²; e Joviânia, com área de 454,884 km², população de 7 mil habitantes e densidade de 15,63 hab/km² (IBGE, 2012).

As atividades agrícolas e pecuárias ainda são a base da economia dos municípios estudados, podendo citar como exceção o município de Morrinhos, que possui além da agricultura, parques industriais mais desenvolvidos.

Atualmente há 27 produtores vinculados ao Sindicato Rural de Goiatuba na exploração de pequi, 38 produtores vinculados ao Sindicato Rural de Morrinhos e 19 no Sindicato Rural de Joviânia. A exploração acontece de maneira extrativista em áreas de produção de gado e grãos, nem sempre pertencente aos produtores de pequi, pois a maior parte dos produtores de pequi não apresentam as próprias áreas de produção dos frutos, tendo que procurar áreas onde as árvores produtoras dos frutos estão preservadas.

Esses municípios foram considerados para a presente pesquisa, pois neles circula uma fração da economia regional do pequi, seja com a comercialização dos produtos industrializados ou pela distribuição institucional do fruto ou pelo comércio do fruto *in natura* em âmbito municipal. A região é responsável pela produção de 31% do pequi extraído no Estado (IBGE, 2014).

3.2 Identificação de características intrínsecas ao produto

A região é caracterizada pelo ecossistema cerrado, em que se encontra o pequizeiro. A região não apresenta plantio homogêneo do pequizeiro, sendo que a produção tem que ser retirada de regiões em que se apresentam matas de cerrado preservadas, reservas florestais protegidas pelo poder público ou de interesse privado e áreas de reflorestamento heterogêneas, com menor incidência.

A comercialização do pequi *in natura* se dá principalmente pela comercialização direta entre os extratores e os consumidores, em alguns casos os extratores comercializam sua produção com sacolões e verduras, que

pagam os preços vigentes no mercado. Os produtores alegaram não conhecer o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para comercialização dos seus frutos, seja *in natura*, seja com valor agregado.

Os produtos derivados do processamento do pequi como licor, polpa congelada, castanha, conserva, creme, óleo e molho são comercializados pela associação dos produtores, distribuídos no atacado, restaurantes e hotéis da região e dos grandes centros consumidores, como Goiânia. Os produtores também comercializam seus produtos em pequenos pontos dentro das cidades e com sacolões e verdurões das cidades, sendo essa modalidade, segundo dados da pesquisa, responsável por 47% do comércio do produto com valor agregado da região estudada.

Os produtos derivados do pequi encontram grande aceitação nos mercados, por apresentarem um sabor exótico característico do fruto e que garantem o consumo dos apreciadores de pequi durante todo o ano.

A exploração do pequi na região, segundo dados da pesquisa, gera renda para 276 famílias de pequenos agricultores da Região Sul de Goiás, sendo a maioria de pequenos produtores que não apresentam grandes atividades em suas propriedades além da exploração da pecuária leiteira. A extração de pequi se concentra no período da safra que no Sul de Goiás vai de novembro a fevereiro.

3.3 Existência de produção coletiva de bens públicos e privados e a interação entre o âmbito local e o global

A cadeia de produção do pequi pode ser dividida em três macrosssegmentos: obtenção de matéria-prima, industrialização e comercialização do produto, seja *in natura*, seja com valor agregado (CÂNDIDO, et. al., (2012).

A produção de matéria-prima, o pequi em estado natural, é conseguida por meio do extrativismo que ocorre em pequenos fragmentos de cerrado, reservas extrativistas e propriedades que apresentam grandes áreas de preservação. Com a organização de cooperativas voltadas à exploração comercial de frutos do cerrado, estudos sobre o melhor manejo das mudas para geração de áreas reflorestadas, melhor maneira de ser feita a coleta dos frutos sem prejudicar a árvore produtora, melhor maneira de se adentrar na mata, gerando o menor impacto possível. Esses estudos melhoram a exploração de pequi, que se tornou mais sustentável e não mais predatória como em alguns períodos do passado.

Estuda-se a possibilidade, por parte da cooperativa de Morrinhos em associação com a de Goiatuba, do plantio, da manutenção e da conversação de um pomar de pequi para que se facilite a exploração do fruto e para que os produtores tenham maior certeza de que terão o fruto no período em que se começa a produção.

A industrialização como destacado, foi gerada por conhecimentos nativos de seu trato e o desenvolvimento de técnicas agroindustriais. Os produtores apresentaram técnicas distintas para a extração da polpa, da essência e do óleo do pequi. Os produtos do pequi podem ser divididos em três segmentos: o pequi em caroço; o pequi despulpado, sem caroço; a castanha, extraída da semente (CÂNDIDO, et. al., 2012). Oliveira e Scariot (2010) e Carvalho (2007) destacam que o caroço do pequi é a semente envolta por um endocarpo espinhoso e pela polpa carnosa, esta última é a parte aproveitada na alimentação.

O consumo *in natura* do pequi ainda é maior que os produtos com valor agregado. O óleo de pequi era produzido pelos produtores, antes da criação da cooperativa, em suas propriedades de maneira artesanal e com baixa qualidade, em muitos casos o óleo não conseguia ser comercializado, apenas sendo produzido para consumo interno. Com a criação da cooperativa a produção do óleo passou a ser mais criteriosa, apresentando um produto com maior qualidade e que encontra uma faixa específica do mercado.

O licor começou a ser produzido depois da fundação da cooperativa. O licor é produzido e engarrafado pela cooperativa que possui os equipamentos e o local ideal para a armazenagem da produção das bebidas. O pequi congelado é uma alternativa para a conservação do produto para que se tenham estoques para o processamento em períodos de entressafras e para os consumidores que desejam o produto nesse período. O pequi em conserva, com ou sem caroço, é um dos produtos mais consumidos, ficando apenas atrás do produto *in natura*.

Nos produtos despulpados os que merecem destaque é a conserva sem caroço, a polpa e o molho de pequi. O molho foi introduzido dentro dos produtos da cooperativa depois que ele ganhou espaço em outras regiões. Sua produção pode envolver a adição de pimenta ou não, dependendo do mercado que se pretende comercializar.

A exploração da castanha é a menor fatia do mercado, pois foi uma alternativa proposta de utilização das sobras dos produtos derivados da despulpa do pequi. É retirada do endocarpo espinho do fruto, tem uma coloração branca e um sabor exótico. O consumo é baixo, sua produção é uma forma importante de aproveitamento do recurso que era desperdiçado.

Os produtos são comercializados no atacado, em feiras e pontos comerciais, também apresentando a comercialização com restaurantes e hotéis. A modalidade de comercialização em feiras é explorada tanto pelos cooperados, quanto pelos produtores independentes.

O transporte da produção de pequi na região é realizado de diversas maneiras. Na área de extração, o produto é carregado em carrinhos de mão até as caminhonetes, que seguem para área de processamento. O produto processado é armazenado em galpões próprios da cooperativa, que faz a estocagem, rotação de produtos e distribuição pela região.

3.4 A existência de ações coletivas

O pequi é explorado de duas maneiras na região Sul de Goiás. Na primeira, uma cooperativa formada entre os produtores das três cidades e com sede em cada uma delas, tentando suprir a demanda dos trabalhadores rurais da região, visando ao aproveitamento da possibilidade de transformação e exploração econômica com produtos de valor agregado e com suprimento durante todo o ano. A segunda maneira é realizada por extratores independentes, que não têm vínculos com a cooperativa, estando presente nos três municípios. Existe uma quantidade razoável de extratores independentes que atrapalham os cooperados em relação à extração dos frutos nas áreas de produção.

As prefeituras vêm tentando por meio de ações de incentivos, fazer com que os exploradores independentes façam parte da cooperativa ou que fundem sua própria cooperativa, visando à melhoria na exploração do fruto na região.

A prefeitura de Morrinhos tenta por meio de um programa de incentivo, a construção de uma área de exploração de frutos do cerrado, em que uma área de produção fosse colocada sob a supervisão dos agentes da secretaria rural do município, coordenando a exploração dos frutos por meio de controle da produção.

O município de Goiatuba apresenta o projeto de apoio à cooperativa, funcionando como uma agência de negócios, prestando serviços de escoamento do excedente da produção, que o mercado regional não absorve para outras regiões. O projeto visa também à assessoria na customização dos produtos, adequando-os às exigências da Vigilância Sanitária.

3.5 A existência de fatores sociais, culturais e históricos

A ocupação do Estado de Goiás se deu por meio do programa de integração na década de 1960, com a mudança da capital nacional para o Centro-Oeste. Com isso o cerrado passou a ser visto não mais como terras improdutivas, mas como terras que se fossem manejadas da maneira correta poderia expressar potencial de produção de grãos, fibras e carnes.

A ocupação do Sul do Estado de Goiás foi com a intenção da exploração da produção de grãos e de animais. As atividades agrícolas na região, sendo que o principal modo de exploração é a monocultura, causam impactos negativos no cerrado. As áreas de cerrado estão diminuindo de maneira alarmante em relação à exploração de grãos e cana-de-açúcar e ações precisam ser tomadas para que haja a minimização dos danos a esse bioma (OLIVEIRA e SCARIOT, 2010).

A iniciativa de desenvolvimento sustentável junto às comunidades extrativistas traz benefícios ao ecossistema da região, pois a valorização dos frutos do cerrado leva à preservação do bioma. Os projetos de conhecimento e

exploração dos frutos do cerrado têm contribuído para que haja a conservação do cerrado nativo (CÂNDIDO, et.al., 2012).

O pequi como um dos frutos símbolos do cerrado tem sido uma importante bandeira para a exploração consciente da mata, visando à conservação, à renovação e à manutenção das matas, para que a exploração entre os produtores possa ser rentável e duradoura.

3.6 A existência de regulação ligada ao setor produtivo

Para que haja a conservação de árvores nativas que apresentam importância para o extrativismo de algumas regiões, leis são desenvolvidas com a intenção de preservar essas plantas. O pequizeiro é uma árvore protegida por lei (Portaria nº 54 de 03.03.87 – IBDF), essa lei proíbe o corte e a comercialização em todo o território nacional da madeira do pequizeiro, sendo cabíveis regulações legais contra quem infringir essa lei.

Os municípios também apresentam um decreto-lei que visa à proibição do corte das árvores de pequi e proibem também a coleta do fruto diretamente do pé, evitando que seja coletada antes do amadurecimento, essa norma visa diminuir os danos nas árvores e que os frutos sejam comercializados antes do momento correto do amadurecimento.

3.7 A existência de interação real entre território e cadeia produtiva, visando à diferenciação do produto

A produção de pequi é predominantemente extrativista, como observado por Assunção (2012), Cândido, et. al., (2012) e Carvalho (2007), os coletores atuam muitas vezes em terras de terceiros, podendo pagar ou não pelos frutos obtidos durante o período de exploração da safra.

Muitos dos produtores são organizados por meios de cooperativas, o que aumenta a possibilidade de transformação e exploração econômica do pequi. As cooperativas podem apresentar uma grande representatividade produtiva e comercial no mercado como observado por (CÂNDIDO et. al., 2012). Mas, mesmo com a presença de cooperativas de extrativismo do fruto do pequi, muitos produtores não fazem parte delas, buscando a exploração e a comercialização por conta própria, não tendo uma grande representatividade comercial no momento da venda de sua produção.

A agregação de valor é um dos aspectos que contribuem para a interação entre os produtores e o sucesso da cooperativa. Segundo os produtores entrevistados, a adesão à cooperativa melhorou os ganhos, não só no período de safra do pequi, mas nos períodos sem chuva, em que eles apresentam produtos estocados que podem ser comercializados e garantir renda na entressafra.

Um aspecto que merece destaque é a coordenação deste SIAL, em que a ação coletiva torna-se fundamental para a criação de novas oportunidades e novos espaços de atuação para os agentes envolvidos. Para que a competitividade seja alcançada, é necessária a mudança na atitude dos agentes, pois é frequente o fracasso de cooperativas e atividades de estimulação delas pelo o problema de comportamento oportunistas dos agentes envolvidos.

Considerações Finais

Organizar a produção do pequi de maneira a dar valor em suas particularidades vinculadas ao território de exploração, suas estruturas que ostentam forte enraizamento na economia de extração das regiões são atributos que favorecem a aprendizagem, a inovação e a competitividade da cadeia produtiva.

A força e a consolidação da exploração de pequi em Goiás são fatos, e a noção de SIAL é um referencial útil para análise de tal experiência. Os conceitos de território e de cadeias produtivas concedem importância tanto dos atributos históricos e socioculturais da Região Sul do Estado, como também concedem vetores e desdobramentos dessa expansão. Recursos estratégicos territoriais neste SIAL podem gerar vantagens competitivas para os agentes, como a conquista de novos mercados com produtos de pequi com valor agregado, a obtenção de preços mais altos para os produtores com valor agregado e a possibilidade de redução nos custos de transação em face da proximidade dos agentes.

A comercialização de pequi *in natura* ou produtos com valor agregado é um fator de grande importância para os produtores das regiões de exploração do fruto. A exploração dos conceitos de espaços empregados em relação aos fatores econômicos mostrou a possibilidade de desenvolvimento sustentável, fortalecimento da exploração e estruturação para a competitividade de todas as fases de produção da cadeia do pequi.

A cooperação entre os produtores visa à diminuição da dificuldade em adquirir insumos, de problemas na exploração e na comercialização da produção e utilização de consultorias para a exploração sustentável do produto. A cooperativa representa uma forma importante de exploração para os produtores da região, pois possibilita a agregação de valor ao produto e melhores maneiras de exploração dos mercados possíveis na região, tendo uma dinâmica mais eficiente no momento do escoamento da produção.

As forças governamentais da região, procurando a conservação do cerrado, buscam incentivar a exploração do fruto de maneira sustentável, estimulando o processamento do fruto, agregando valor e gerando renda aos produtores extrativistas, gerando também uma rede com maior força para a comercialização dos produtos. Desta forma, foi possível modificar a realidade que antes era encontrada na exploração do fruto na região, de produtores que

exploravam os frutos de maneira desorganizada e, em algumas situações, predatória da região de produção do fruto.

A implementação e a consolidação da cooperativa de exploração do pequi demonstrou uma nova forma de organização entre os produtores que exploram o fruto, possibilitando melhorias nas condições de trabalho e vida dos produtores cooperados. Essa melhoria gera a atração em outros produtores extrativistas, podendo gerar desenvolvimento para esses pequenos produtores e o desenvolvimento sustentável da região, conservando o bioma cerrado.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, P. E. V. Colheita e comercialização de frutos de pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) por agricultores da Região Sul do Estado de Goiás. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Vitória.

Anais... Brasília: SOBER, 2012, meio eletrônico. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.2>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BORRAY, G. R. La Multifuncionalidad de los Sistemas Agroalimentarios Locales: Un análisis desde la perspectiva de tres casos en Colombia. In: Colloque Syal "Systèmes Agroalimentaires Localisés": Produits, entreprises et dynamiques locales. Montpellier. **Anais...** Montpellier, France, 2002.

CÂNDIDO, P. A.; MALAFAIA, G. C.; REZENDE, M. L. A exploração do pequi na região Norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado. **Revista Ideias**, v. 5, n. 2, p.118-138, 2012.

CARVALHO, I. S. H. de. **Potenciais e Limitações do Uso Sustentável da Biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO; M, C.; BURGUER, O. N. **Contribuição ao estudo do pequi de Brasília**. Brasília: SPAS, 1960. 15 p. (Coleção Estudo e Pesquisa Alimentar, 50).

GIACOMETTI, D. C. Recursos genéticos de fruteiras nativas do Brasil. In: Simpósio Nacional de Recursos Genéticos de Fruteiras Nativas, 1992, Cruz das Almas. **Anais...** Cruz das Almas: EMBRAPA-CNPMF, 1993. P. 13-27.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – SISTEMAS IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. IBGE – EXTRATIVISMO. **Senso municipal 2014**. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=289&z=t&o=29&i=P>
. Acesso: 25 de ago. 2014.

LINS, H. Sistemas Agroalimentares Localizados: possível chave de leitura sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, 2006, p. 313-330.

MALAFAIA, G. C.; BARCELLOS, J. O. J. Sistemas Agroalimentares Locais e a Visão Baseada em Recursos: construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 5, p.25-50, 2007..

OLIVEIRA, W. L.; SCARIOT, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010, 84p.

OLIVEIRA, M. E. B.; GUERRA, N. B.; BARROS, L. M.; ALVES, R. E. **Aspectos agrônômicos e de qualidade do pequi**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2008.

REQUIER-DESJARDINS, D. Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". **Cahiers du C3ED**, Université de Versailles, nº 02-01, Juin 2002.

REZENDE, M. L.; CÂNDIDO, P. A.; MALAFAIA, G. C. Sistemas agroalimentares localizados: uma abordagem para o marolo na região de Alfenas, Minas Gerais. **Scientia Plena**, v. 8, n. 8, p. 1-7, 2012.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Epu, 2004.

**Cadeia Produtiva do
Leite em Goiás: uma
análise para o Território
Estrada de Ferro**

*Millades de Carvalho Castro*¹⁴

*Juliana Dias Lopes*¹⁵

*Rodrigo Gonçalves de Souza*¹⁶

*Cleonice Borges de Souza*¹⁷

*Abadia dos Reis Nascimento*¹⁸

Resumo: O perfil produtivo do Estado de Goiás é em grande parte marcado pela atividade agropecuária que liderou o crescimento na economia goiana em 2011 com 14,1%. Objetivou-se estudar a cadeia produtiva do leite no Estado de Goiás, e em especial no território da Estrada de Ferro que possui expressiva participação da agricultura familiar onde vem apresentando resultados positivos nos indicadores da atividade leiteira mesmo diante de gargalos para a viabilidade sustentável da cadeia na conjuntura atual. O Estado de Goiás foi responsável por aproximadamente 11% da produção nacional em 2012 e ao estudar a cadeia produtiva do leite no território Estrada de Ferro, verificou-se como estão os encadeamentos de todos os seus elos. Como a produção de leite é muito heterogênea são grandes os gargalos a serem enfrentados.

Palavras-chave: cadeia produtiva do leite; Território da Estrada de Ferro; Goiás.

Introdução

Goiás se destaca no cenário nacional como grande produtor agropecuário. Segundo Estevam (2012), o território de Goiás encontra-se plenamente inserido no contexto do agronegócio, tanto nacional como internacional, sendo que a atividade de produção agropecuária volta-se para o mercado, e não apenas uma forma de subsistência da população do campo. No

¹⁴ Mestrando em Agronegócio – UFG. Pesquisador em Economia do IMB. E-mail: millades-cc@segplan.go.gov.br

¹⁵ Mestranda em Agronegócio – UFG. Pesquisadora em Economia do IMB. E-mail: juliana-dl@segplan.go.gov.br

¹⁶ Mestrando em Agronegócio – UFG. Engenheiro Agrônomo do MDA. E-mail: rodrisou@gmail.com

¹⁷ Doutora em Ciências Ambientais- UFG. Docente na UFG. E-mail: cleoniceborges@hotmail.com

¹⁸ Doutora em Agronomia – UFG. Docente na UFG. E-mail: reyzyinha@yahoo.com.br

que se refere à pecuária leiteira, Goiás se destaca com bacias leiteiras importantes, que normalmente se localizam próximas a grandes laticínios. Observa-se que em todos os municípios goianos há produção de leite, no entanto, verifica-se que ela ocorre de forma heterogênea. A produtividade da atividade possui grande variação, o que pode estar associada a diversos fatores, como alimentação, utilização de ordenhas mecânicas, ou seja, há estabelecimentos que intensificam sua produção por meio da especialização da produção. No entanto, há muitos produtores que têm na pecuária leiteira uma atividade secundária, não produzindo o suficiente para atenderem às exigências mínimas do elo da cadeia a jusante, os laticínios.

São muitas as dificuldades que o sistema agroindustrial (SAG) do leite enfrenta. Jank e Galan (1998) enumeram alguns desses problemas: os decorrentes da condição histórica de grandes importadores de derivados lácteos; a existência de um círculo vicioso do SAG do leite - legislação sanitária e ineficácia dos sistemas de fiscalização geram a perpetuação de índices medíocres de produtividade e qualidade da matéria prima leite; a falta de um fluxo eficiente de informações e adaptações que facilitem a harmonia das relações entre os agentes do SAG.

Fatores como a abertura comercial, a estabilização da moeda e o fim do tabelamento de preços via governo, que ocorreram na década de 1990, fizeram com que a pecuária leiteira passasse por transformações a fim de ser competitiva.

Este estudo tem por objetivo geral analisar a cadeia produtiva do leite no Estado de Goiás, e em especial o território da Estrada de Ferro. Esta região possui expressiva participação da agricultura familiar, e vem apresentando resultados positivos nos indicadores da atividade leiteira, mas se encontra diante de gargalos para a viabilidade sustentável da cadeia na conjuntura atual. A cadeia agroindustrial e seu complexo econômico vêm passando por transformações decorrentes de posturas estratégicas diferentes de atores dentro de cada elo, bem como no perfil do consumidor. Pautar a inserção e a reprodução social da agricultura familiar dentro dessa cadeia é indispensável, dada sua multifuncionalidade para a paisagem agroambiental, a identidade cultural, os laços do tecido social, a ocupação/empregabilidade, a importância para o mercado local e a segurança alimentar. Os municípios que compõe esse território são os seguintes: Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões, Silvânia, Gameleira de Goiás, Vianópolis, Orizona, Urutaí, Pires do Rio, Palmelo, Santa Cruz de Goiás, Cristianópolis, São Miguel do Passa Quatro.

Especificamente, procurar-se-á compreender a cadeia produtiva do leite, a montante e a jusante, verificando o efeito de encadeamento desta atividade e seu enraizamento na região em estudo, assim como as externalidades positivas que a atividade promove e identificar os possíveis gargalos que dificultam o aumento de competitividade do SAG do Leite.

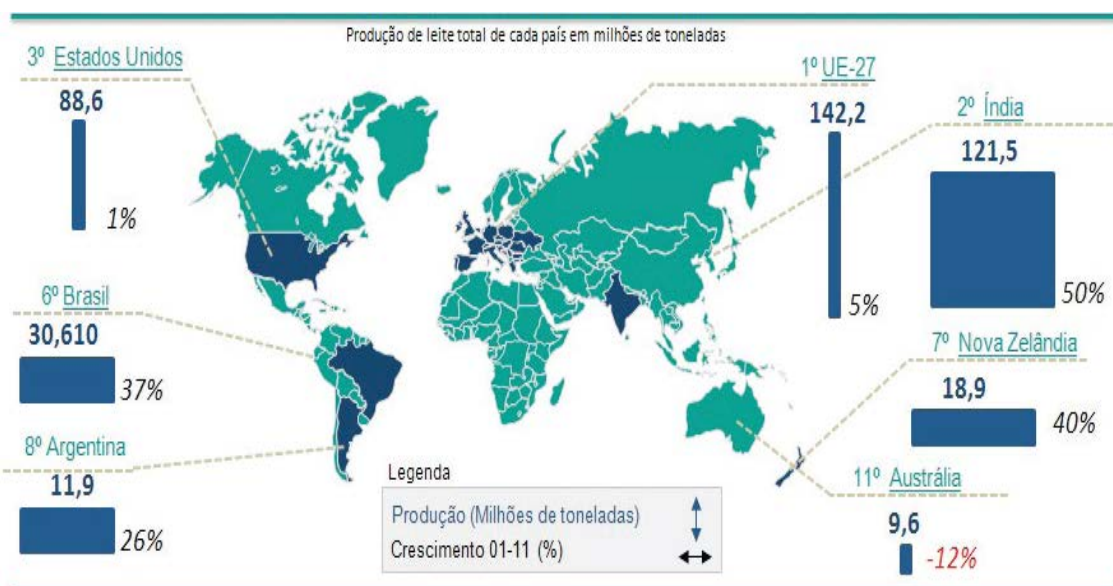
Além desta introdução, este artigo está dividido nas seguintes seções: contexto internacional e nacional; panorama de Goiás; cadeia produtiva do leite; Território Estrada de Ferro, e por fim, as considerações finais.

1. Contexto do Mercado Internacional e Nacional do Leite

O agronegócio mundial caminha para um novo ciclo, influenciado pelo aumento populacional, crescente urbanização da população, aceleração econômica advindos dos países emergentes e mudanças dos hábitos alimentares.

No contexto internacional, o mercado de leite e produtos lácteos segue em expansão, especialmente nos países emergentes. De acordo com o USDA (2014), tanto a produção quanto o consumo se elevaram em mais de 40% no período de 2001 a 2011. No ano de 2011 foram produzidos 527,1 milhões de toneladas de leite, sendo que a União Européia teve a maior quantidade produzida e o Brasil registrou a sexta maior produção, conforme Figura 1.

Figura 1 – Produção Mundial de Leite - 2011



Fonte: Elaborado por Markestrat, a partir de dados da USDA (2014).

No Brasil, após a década de 1990, diversas transformações ocorreram no setor agroindustrial de leite. Mudanças conjunturais foram motivadas por fatores como: a abertura comercial, a estabilização macroeconômica no país e os acordos comerciais (WILKINSON, 1993; JANK e GALAN, 1998).

O agronegócio do leite e seus derivados possuem considerável atuação tanto no suprimento de alimentos quanto na geração de emprego e renda para a população. A importância do segmento lácteo na economia brasileira pode ser

notada pelo faturamento de alguns produtos da indústria brasileira de alimentos na última década ao registrar aumento de 248% contra 78%, de todos os segmentos (EMBRAPA, 2014).

A concentração da produção sempre foi uma característica do setor. Na comparação do Censo Agropecuário de 2006 com os dois anteriores, 1995 e 1985, a produção de leite no Brasil cresceu 56% em comparação aos últimos dois censos, ao passo que o número de produtores recuou 27% no período. De acordo com Scalco (2011), o aumento de produção e a redução no número de produtores estão associados ao aumento da produtividade média e também pelo incremento do volume produzido pelos estabelecimentos.

Com relação ao comércio exterior, o Brasil vem registrando saldo negativo na balança comercial de leite nos últimos anos, sendo que os principais produtos comercializados são o leite em pó e o leite líquido. Um dos motivos para o montante importado de leite decorre do aquecimento da economia brasileira, com uma demanda maior que a oferta nacional (WILKINSON, 1993; JANK e GALAN, 1998).

2. Panorama de Goiás

O perfil produtivo do Estado de Goiás é em grande parte marcado pela atividade agropecuária. No ano de 2011, o setor agropecuário liderou o crescimento na economia goiana (14,1%), puxado pela expansão na produção agrícola, com destaque para as culturas de soja e cana-de-açúcar. Na pecuária também houve aumento, devido ao crescimento do efetivo de bovinos. O valor adicionado da agropecuária goiana foi de R\$ 12,048 bilhões em 2011 (IMB, 2014).

No que se refere à produção de leite, o Estado de Goiás foi responsável por aproximadamente 11% da produção nacional em 2012. No ano de 2000, o Estado teve a segunda maior produção nacional, no entanto, paulatinamente foi perdendo posição e desde o ano de 2006, ocupa o quarto lugar na produção brasileira de leite entre os Estados da federação, a exceção de 2008, conforme a Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014).

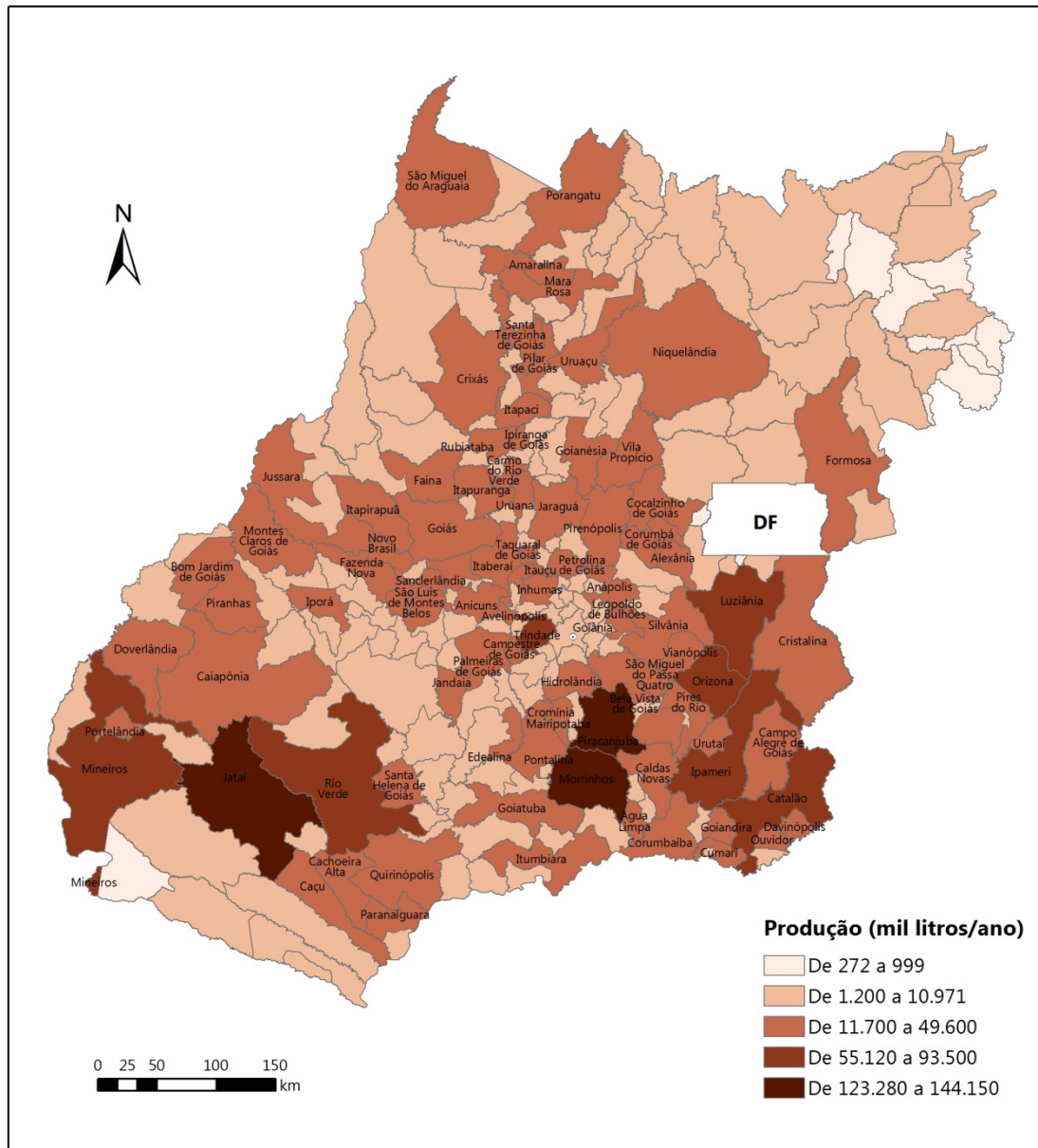
No tocante a quantidade de vacas ordenhadas do país, Goiás ocupa a segunda colocação, atrás apenas do Estado de Minas Gerais. Ao longo dos anos o Estado de Goiás perdeu a participação na produção nacional, devido a menor produtividade se comparado aos principais Estados produtores (IBGE, 2014).

Em Goiás, a cadeia de leite e produtos lácteos está concentrada no centro-sul do Estado e tem sua produção voltada para o abastecimento da indústria. Essa atividade vem crescendo recentemente devido a linhas de crédito para aquisição de novas matrizes. Além disso, segundo dados do CEPEA (2014), Goiás tem uma das melhores remunerações na produção de leite e o valor pago aos produtores ficou acima da média nacional no ano de 2012 e 2013.

Uma característica peculiar do Brasil, diferente de outros países, é o fato de nossa produção leiteira estar presentes em todas as regiões, Estados e municípios. Isso se deve às condições naturais favoráveis, como a temperatura, a água e o

relevo, o que propicia uma relativa vantagem nos custos de produção. Na Figura 2 verifica-se a distribuição da produção em Goiás, notando-se que o maior número de municípios tem baixa produção, ao passo que três deles respondem por uma grande fração da produção.

Figura 2 – Produção de leite nos municípios goianos – 2012



Fonte: IBGE, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos/ Segplan-GO, 2014.

3. Cadeia produtiva do leite

O conceito de sistema agroindustrial surge para contestar a visão tradicional de analisar a economia como compartimentos estanques, em que se dividiam os setores econômicos entre primário, secundário e terciário, ou ainda, entre agricultura, indústria e comércio/serviços. Segundo Zylbersztajn (2005), os sistemas agroindustriais são analisados sob uma ótica sistêmica, em que se avaliam as relações entre os agentes ao longo de diferentes setores da economia. A partir dessa nova visão, Davis e Goldberg definem o conceito de *agribusiness* como a soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição de insumos, produção, transformação industrial, distribuição e consumo, ou seja, analisam-se todas as atividades “antes”, “dentro” e “depois da porteira da fazenda” (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Este modelo parte do início do processo produtivo e caminha até o consumidor, ou seja, de montante à jusante.

Nesse contexto, pesquisadores franceses também desenvolveram o conceito de cadeias de produção, que tem como ponto de partida determinado produto final, que caminha de jusante à montante, encadeando os vários elos da cadeia (distribuidores, agroindústrias, produtores, fornecedores de máquinas e insumos, etc) (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Dentro de um sistema agroindustrial há vários complexos agroindustriais, e em cada complexo há várias cadeias de produção, por exemplo, no complexo leite há a cadeia de produção do queijo, a cadeia de produção do requeijão e a cadeia de produção do leite em pó.

No Brasil, até o início dos anos 1990, o governo regulava o preço do leite, de forma que o mercado interno era protegido, assim os elos da cadeia produtiva do leite tinham uma atuação passiva no mercado. Com a abertura comercial na década de 1990 e o fim da tutela governamental, os atores da cadeia produtiva do leite precisaram se adequar às novas condições concorrenciais. Com isso, muitas transformações passaram a ocorrer e ainda ocorrem nessa cadeia a fim de ser competitiva. Nesse novo contexto, passa-se a discutir de forma mais intensa o conceito de cadeia produtiva como instrumento de análise do agronegócio.

Segundo estudo realizado por Barros *et al* (2004), a agroindústria de leite compõe-se desde grandes indústrias até pequenos produtores de queijo informais, sendo que a comercialização possui complexidade, pois os produtores entregam a matéria prima a indústrias ou cooperativas, podendo estas entregar produtos processados/refrigerados ou não a varejistas, à indústria ou a consumidores locais. Ainda, segundo este estudo, os distribuidores informais podem processar o leite ou revender a varejistas produtos processados por produtores, sendo que no varejo predominam os supermercados, embora produtos lácteos possam ser encontrados em pequenos varejistas de vizinhança ou distribuídos diretamente a consumidores.

Na atividade de produção de leite há sazonalidade, visto que é maior no verão e menor no inverno. Isso reflete no sistema de produção, pois as forrageiras produzem mais no verão, ocasionando maior produção de leite nesse período, resultando em menor custo de produção de leite, porque reduz o consumo de concentrado pelo rebanho e aumenta o de forragens no pasto. No entanto, rebanhos mais especializados tendem a reduzir a sazonalidade da produção (GOMES, 2006).

Ao estudar a cadeia produtiva do leite, busca-se verificar como estão os encadeamentos de todos os elos dessa cadeia. Como a produção de leite é muito heterogênea são grandes os gargalos a serem enfrentados. Observa-se que todos os municípios goianos possuem vacas ordenhadas e possuem alguma participação, ainda que pequena, na produção de leite. No entanto, alguns municípios se destacam, principalmente devido à existência de mercado na localidade, ou seja, devido à existência de laticínios e indústrias de processamento. Um fator que pode interferir na qualidade e na produtividade do leite é a raça do animal e sua alimentação. Em Goiás, predomina-se o efetivo de gado o da raça nelore, o que é melhor para o corte do que para a produção de leite. E como muitos produtores não especializados têm na produção de leite apenas uma atividade subsidiária, isso pode ser um entrave ao aumento da produtividade de leite.

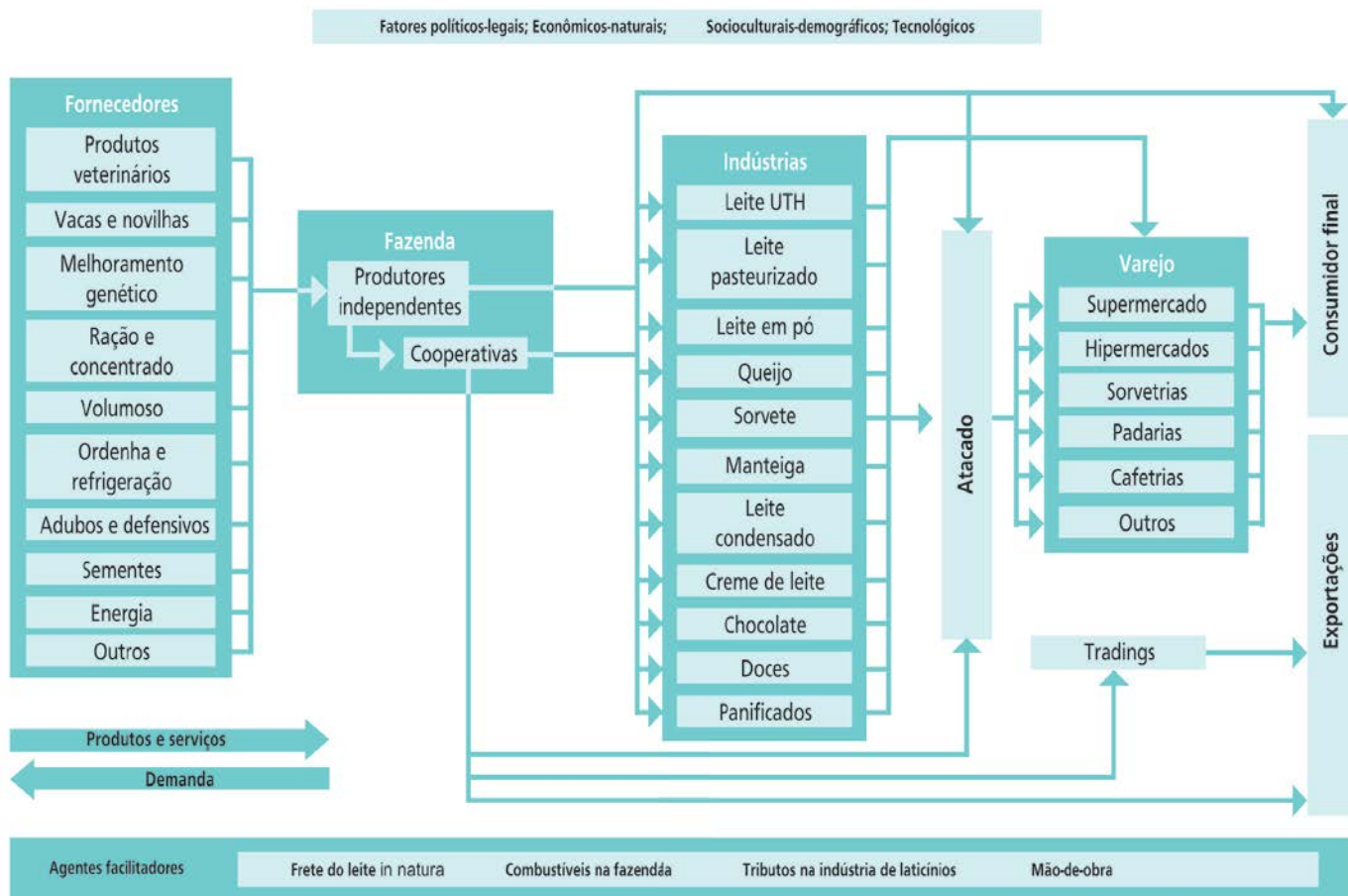
Segundo Jank e Galan (1998), na produção primária prevalece uma forte heterogeneidade, existindo desde o produtor especializado (que se utiliza de raças leiteiras puras, alimentação, sanidade e manejo adequados, equipamentos de ordenha e refrigeração, em que a grande variável de sucesso é a exploração de economias de escala) até o produtor de gado de corte, para o qual o leite é um subproduto do bezerro capaz de gerar uma pequena renda mensal.

Verifica-se no Brasil uma redução do número de estabelecimentos rurais produtores de leite. Em Goiás, segundo Censo Agropecuário de 2006, houve uma redução de 14,3%, entre os resultados de 1996 e 2006, no número de estabelecimentos produtores de leite. Já em relação à produção de leite, no mesmo período, houve aumento de 15,6% (IBGE, 2006).

Nesse período, muitas mudanças ocorreram com a ampliação do sistema de coleta a granel de leite refrigerado. No entanto, muitos produtores que não possuem produção suficiente para a aquisição de tanques de resfriamento deixam de ofertar sua produção aos laticínios.

Na cadeia de produção do leite, os elos são os seguintes: fornecedores de produtos veterinários, vacas, melhoramento genético, rações, equipamentos como refrigeradores, máquinas de ordenha – “antes da porteira”; produção propriamente dita – “dentro da porteira” e cooperativas; indústrias de processamento, atacadistas e varejistas – “pós porteira”. Isso pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Desenho da cadeia produtiva do leite



Fonte: Elaborado pela Markestrat, apud OTTO, I. M. C. *et al* (2012).

4. Território Estrada de Ferro em Goiás

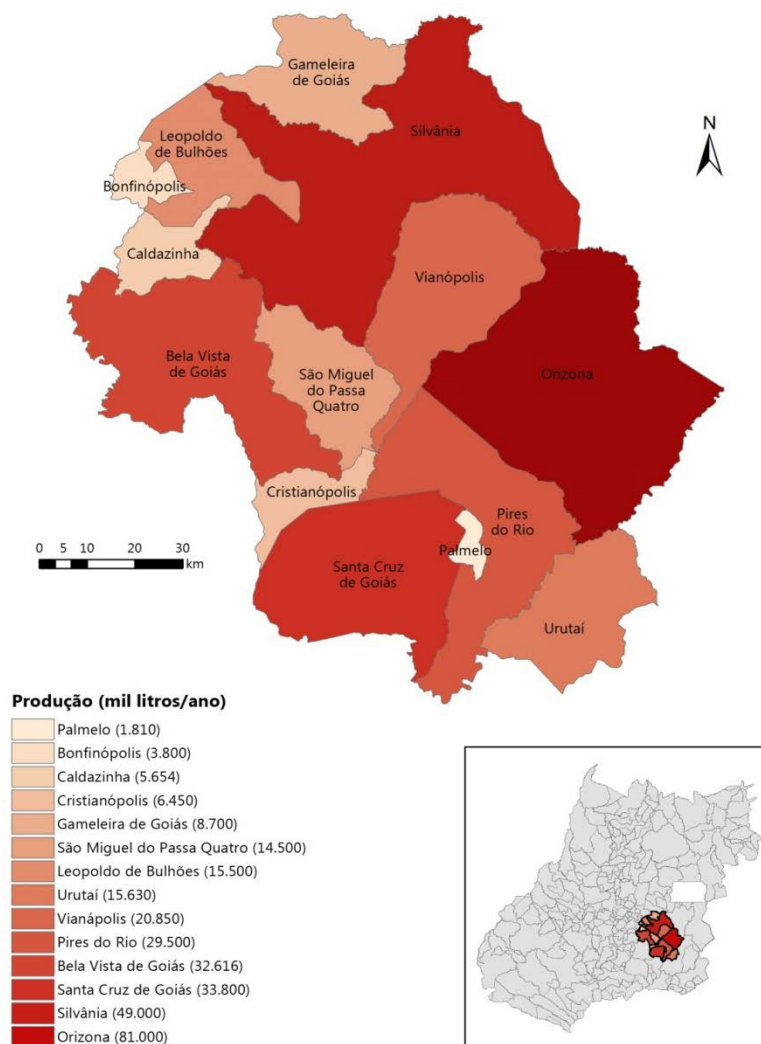
O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) define Territórios Rurais para fins de gestão de planejamento público como espaço físico definido em termo geográfico, no geral contínuo, incluindo a cidade e o campo, caracterizados por critérios multidimensionais. Entre esses critérios estão o meio ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e a população, com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente via processos específicos, em que é possível distinguir elementos indicativos de identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT, 2005).

A delimitação dos territórios foi feita pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, em articulação com atores regionais, a partir de critérios preestabelecidos pelo MDA, como concentração de população rural, densidade e atividade de capital social existente; convergência de interesses institucionais e de participação da sociedade civil e

governos estaduais; existência de áreas prioritárias de ação do governo federal nos Estados; incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional.

O Território Estrada de Ferro está localizado na Região Centro Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.623,7 km², o que equivale a 3% da área total do Estado. É composto por 14 municípios, distribuídos em duas microrregiões - Goiânia e Pires do Rio. Na primeira estão localizados os municípios: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha e Leopoldo de Bulhões; na segunda, encontram-se os municípios de Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis. Por meio da Figura 4 pode-se visualizar a espacialização da produção de leite no Território Estrada de Ferro. O município que teve maior produção de leite em 2012 foi o de Orizona.

Figura 4 – Produção de leite nos municípios do território Estrada de Ferro em Goiás – 2012



Fonte: IBGE, 2014.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos/ Segplan-GO, 2014.

Já no Quadro 1 são apresentadas as informações demográficas sobre o território em estudo.

Observa-se que de 2000 a 2010 houve aumento da proporção da população urbana, variando conforme as realidades municipais. Pires do Rio, Palmelo e Bonfinópolis apresentam acentuada concentração demográfica urbana, sob os critérios do IBGE (para uma problematização do conceito, confira (Bacelar, 2013). Gameleira de Goiás e Santa Cruz apresentam predomínio demográfico rural.

Quadro 1 – Índices Demográficos do Território Estrada de Ferro

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO CENSITÁRIA - TOTAL (HABITANTES)							
	2000	Urbana	Rural	2010	Urbana	Rural	% Urbano/Total 2000	% Urbano/Total 2010
Bela Vista de Goiás	19.210	12.278	6.932	24.554	17.955	6.599	63,91	73,12
Bonfinópolis	5.353	4.908	445	7.536	7.021	515	91,69	93,16
Caldazinha	2.859	1.194	1.665	3.325	1.918	1.407	41,76	57,68
Cristianópolis	2.924	2.371	553	2.932	2.472	460	81,09	84,31
Gameleira de Goiás	-	-	-	3.275	1.094	2.181	-	33,40
Leopoldo de Bulhões	7.766	4.704	3.062	7.882	4.843	3.039	60,57	61,44
Orizona	13.067	6.382	6.685	14.300	7.975	6.325	48,84	55,77
Palmelo	2.309	2.200	109	2.335	2.216	119	95,28	94,90
Pires do Rio	26.229	24.473	1.756	28.762	27.094	1.668	93,31	94,20
Santa Cruz de Goiás	3.470	1.043	2.427	3.142	981	2.161	30,06	31,22
São Miguel do Passa Quatro	3.481	1.501	1.980	3.757	2.074	1.683	43,12	55,20
Silvânia	20.339	10.353	9.986	19.089	12.669	6.420	50,90	66,37
Urutaí	3.104	2.213	891	3.074	2.162	912	71,30	70,33
Vianópolis	11.300	7.723	3.577	12.548	9.170	3.378	68,35	73,08
Total	118.656	77.566	41.090		93.924	38.554	65,34	70,90

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

A Assistência Técnica é prestada principalmente pela AGATERPA (Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – antiga Emater), e pelas cooperativas COAPRO (Orizona) e a Cooperativa de Bela Vista de Goiás. Ocorrem cursos de capacitação também via SEBRAE, SENAR e as escolas técnicas em Orizona (Escola Família Agrícola) e em Silvânia (CENTAF) e o IFG Campus Urutaí.

Com relação a demanda industrial, os principais compradores de leite do território são os laticínios Marajoara, Italc, Leite Bom, Piracanjuba, Itambé e Nestlé.

O Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos para a atividade agropecuária e o PIB *per capita* tiveram significativa variação positiva entre 2001 e 2011, conforme pode ser observado nos Quadros 2 e 3.

Destaca-se a evolução da economia de Gameleira de Goiás que obtivera autonomia administrativa de Silvânia em 2001; em 2012 contava com efetivo de rebanhos de 25.500 cabeças, sendo 6.100 cabeças de vacas

ordenhadas, produzindo 8.700 litros de leite num valor de produção de R\$ 6.786,00 (Produção Pecuária Municipal, 2012).

Quadro 2 – Municípios Estrada Ferro: Valor Adicionado Bruto – Agropecuária - (R\$ Mil)

MUNICÍPIO	2001	2008	2009	2010	2011	Evolução%
Bela Vista de Goiás	19.149,31	44.188,19	47.992,41	49.770,84	51.674,87	169,85
Bonfinópolis	3.549,96	4.685,07	13.564,37	12.953,16	11.374,34	220,41
Caldazinha	6.621,20	12.315,68	16.519,88	20.651,67	17.409,52	162,94
Cristianópolis	3.325,14	7.220,24	8.409,84	10.104,85	8.797,76	164,58
Gameleira de Goiás	22.775,85	33.499,21	55.057,89	43.716,25	45.750,39	100,87
Leopoldo de Bulhões	19.958,56	30.716,25	48.496,72	54.618,62	56.658,31	183,88
Orizona	28.318,40	82.736,06	95.810,17	105.165,09	98.134,67	246,54
Palmelo	639,77	1.670,80	1.969,95	1.772,98	1.945,92	204,16
Pires do Rio	10.104,21	29.933,67	31.367,79	32.576,19	33.173,09	228,31
Santa Cruz de Goiás	9.292,16	33.502,39	39.960,59	44.930,50	43.011,84	362,88
São Miguel do Passa Quatro	13.788,68	23.692,72	29.821,05	27.990,33	29.422,99	113,39
Silvânia	44.397,78	107.679,15	144.611,56	131.063,27	137.552,46	209,82
Urutaí	4.832,69	19.328,53	21.344,76	23.402,72	26.554,04	149,47
Vianópolis	26.162,35	47.504,74	64.828,13	57.902,33	62.507,55	138,92
TOTAL: 14	215.785,82	495.124,93	627.543,66	626.310,33	633.165,86	193,42

Fonte: IBGE/IMB, 2014.

Quadro 3 – Municípios Estrada de Ferro: PIB per capita

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (R\$)						
MUNICÍPIO	2001	2008	2009	2010	2011	Evolução %
Bela Vista de Goiás	4.838,39	11.889,90	15.236,66	14.824,34	17.152,81	254,51
Bonfinópolis	2.619,41	4.425,32	6.207,12	6.704,54	7.035,43	168,59
Caldazinha	4.072,52	8.240,25	9.949,77	12.071,52	11.595,69	184,73
Cristianópolis	4.139,68	7.762,90	9.092,21	11.463,24	11.881,39	187,01
Gameleira de Goiás	1.877,03	14.818,11	21.567,40	20.016,60	21.375,51	1038,79
Leopoldo de Bulhões	4.949,81	7.147,39	9.466,68	12.863,03	14.080,38	184,46
Orizona	5.374,42	13.256,68	15.435,12	16.601,04	17.188,61	219,82
Palmelo	3.229,32	5.773,83	6.558,46	7.203,30	8.469,02	162,25
Pires do Rio	5.215,64	12.666,06	12.768,47	13.583,72	15.274,29	192,86
Santa Cruz de Goiás	4.929,11	14.063,31	16.092,61	21.020,96	21.554,85	337,30
São Miguel do Passa Quatro	6.428,11	11.775,61	13.317,67	14.017,29	15.398,53	139,55
Silvânia	5.255,85	13.256,69	16.261,31	15.844,58	18.820,70	258,09
Urutaí	3.990,70	13.058,78	14.060,52	14.158,57	16.346,91	309,63
Vianópolis	5.127,72	10.681,58	12.984,51	13.627,63	15.371,77	199,78
Total Território	63771,41	155108,61	183687,55	198876,85	215743,03	238,31

Fonte: IBGE/IMB, 2014.

Em 2012, onze dos catorze municípios do Território Estrada de Ferro possuíam estabelecimentos de fabricação de laticínios, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação ao estoque de empregos formais em 2012, o destaque é para Bela Vista de Goiás, com estoque de 1.014 empregos nesta atividade, segundo dados da RAIS/MTE, Quadro 4.

Quadro 4 - Municípios do Território Estrada de Ferro com a atividade de Fabricação de Laticínios – estabelecimentos e estoque de empregos formais em 2012

Municípios	Quantidade de estabelecimentos	Estoque de empregos
Bela Vista de Goiás	5	1014
Bonfinópolis	1	0
Caldazinha	6	21
Gameleira de Goiás	1	8
Leopoldo de Bulhoes	2	22
Orizona	1	231
Palmelo	1	8
Pires do Rio	2	13
Santa Cruz de Goiás	1	10
Urutai	1	3
Vianópolis	2	52
Total	23	1382

Fonte: RAIS/MTE, 2012.

O número de estabelecimentos de laticínios nestes municípios representa a indústria de processamento, um dos elos da cadeia produtiva do leite.

Em relação a participação do elo de produção “dentro da porteira”, os municípios do Território Estrada Ferro possuem produtividade superior à média do Estado de Goiás. O município deste território que possui maior produtividade é Orizona, em que em média uma vaca ordenhada produz 1.653 litros de leite por ano. Este município também ocupa o primeiro lugar no efetivo de vacas ordenhadas e da produção de leite, entre os municípios desse território (Quadro 5).

Quadro 5 - Municípios do Território Estrada de Ferro: Produção, Vacas ordenhadas e Produtividade em 2012

Municípios	Produção de leite (mil litros)	Vacas ordenhadas (cabeças)	Produtividade (litros por vaca/ ano)
Bela Vista de Goiás	32.616	25.800	1264
Bonfinópolis	3.800	2.500	1520
Caldazinha	5.654	5.740	985
Cristianópolis	6.450	4.100	1573
Gameleira de Goiás	8.700	6.100	1426
Leopoldo de Bulhões	15.500	10.700	1449
Orizona	81.000	49.000	1653
Palmelo	1.810	1.150	1574
Pires do Rio	29.500	22.200	1329
Santa Cruz de Goiás	33.800	24.400	1385
São Miguel do Passa Quatro	14.500	10.700	1355
Silvânia	49.000	31.000	1581
Urutaí	15.630	13.000	1202
Vicentinópolis	8.563	6.700	1278
Total Território Estrada Ferro	306.523	213.090	1438
Total do Estado de Goiás	3.546.329	2.692.841	1317

Fonte: IBGE/IMB, 2014.

Considerações Finais

Como na maioria das cadeias produtivas, no complexo leite, um dos principais problemas é a da relação entre os elos. O setor varejista que possui poder de mercado pressiona a cadeia a montante. Outro problema é a da qualidade do produto e da baixa produtividade. Destaca-se que o fato de muitos produtores terem na atividade leiteira uma atividade secundária, prejudicando muito o crescimento da produtividade. Para melhorar a produtividade é importante a melhoria genética, assim como a alimentação adequada do rebanho.

Para que este estudo possa apontar de fato como são as relações entre os elos da cadeia de leite no Território Estrada de Ferro seria necessário um trabalho de campo, a fim de identificar questões como a alimentação (concentrados, forrageiras, pasto, sal mineral ou comum, etc.), a utilização de ordenhadeira mecânica, os tanques (se são comunitários, de imersão ou expansão), o recebimento de assistência técnica e etc.

Assim, fatores como a adequação sanitária, regularidade da produção, administração do negócio dentro de parâmetros da viabilidade econômica, ou seja, melhoria na gestão do complexo podem ser os elementos-chave de dinamização dos elos da cadeia do leite, com implicações no mercado de trabalho, na renda e no bem-estar dos agentes envolvidos.

Referências Bibliográficas

- BACELAR, Tania. **O Brasil Rural Contemporâneo**. 10 Ciclo de Conferências Agro Y Sociedad. Projeto "Repensando a Ruralidade no Brasil". IICA, Montevideu: 2013. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/uruquay/Documentos%20de%20la%20Oficina/CicloConferencias/2013/tania-bacelar-de-araujo.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2014.
- BARROS, G. S.A. C.; SBRISIA, G. F. S. S.; PONCHIO, L. A. **Mudanças Estruturais na cadeia do leite: reflexos sobre os preços**. CEPEA-ESALQ/USP. Piracicaba: 2004. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/artigo_leite_06.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2014.
- CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Indicadores de Preços**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/cepea/>. Acesso em: julho de 2014.
- EMATER. Mensagem Institucional à Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário em Goiás recebida por <dfda-go@mda.gov.br>, em 16 de março de 2012.
- EMBRAPA–EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS– Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteSudeste/importancia.html>. Acesso em: junho de 2014.
- ESTEVAM, Luís. Surgimento e Consolidação do Agronegócio em Goiás. In: **Cerrados Brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável**. Goiânia, Ed. América/ Ed. PUC Goiás, 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP, Unicamp, 1998.
- GOMES, Sebastião Teixeira. **Diagnóstico da pecuária leiteira do Estado de Minas Gerais em 2005: relatório de pesquisa**. – Belo Horizonte, FAEMG, 2006. Disponível em: <http://ciogeneticabovina.com.br/downloads/1647f84f-diagnostico%20pecuaria%20mineira.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2014.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2014.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 15 de junho de 2014.
- IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em 14 de junho de 2014.
- JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo: PENSA-USP, 1998.

MDA/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, 2005.** Documentos Institucionais, 2.

OTTO, I. M. C.; NEVES, M. F.; PINTO, M. J. A. **Cadeia produtiva de lácteos.** - Goiânia: FIEG, 2012.

SCALCO, Paulo Roberto. **Identificação de poder de mercado no segmento de leite in natura e UHT.** Tese. Viçosa, 2011.

USDA. United States Department of Agriculture. PSD Online. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdQuery.aspx>. Acesso em junho de 2014.

WILKINKSON, J. **Competitividade da indústria de laticínios.** Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, São Paulo: IE/UNICAMP, 1993.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.** 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. p.01-21.

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

As Juventudes Goianas

*Murilo Rosa Macêdo*¹⁹

*Luiz Carlos Fukugava*²⁰

Resumo: este artigo se propõe a analisar as condições socioeconômicas da população goiana com idade entre 16 e 24 anos e a evolução das estatísticas referentes a este grupo durante a década compreendida entre os anos de 2002 e 2012. São analisados dados referentes à demografia, saldo migratório, escolaridade, ocupação e violência. Para tanto, se destaca a importância de não se generalizar a população nesta mesma faixa etária em um grupo único chamado “juventude”. As diferenças de origem, sociais e econômicas demonstram que há uma grande diferença qualitativa interna neste grupo social coincidente em termos cronológicos. No entanto, estas pessoas se apresentam com diferentes especificidades e necessidades de modo que há uma multiplicidade de “juventudes” goianas.

Palavras-chave: Juventude; Transição; Geração; Escolaridade; Ocupação.

Introdução

O conceito de juventude é objeto dos mais variados tipos de análises no campo da sociologia. No campo legal, a delimitação da “juventude” é dada por uma simples faixa cronológica. A partir do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), em agosto de 2013, todos os indivíduos entre os 15 e os 29 anos são, de acordo com o Estado Brasileiro, jovens. No entanto, para a sociologia, é caro o conceito de gerações em que uma geração se caracteriza por um conjunto de pessoas que nasceram em um mesmo tempo cronológico, vivenciam experiências semelhantes e, sobretudo, processam essas experiências também de forma semelhante (WELLER, 2007).

Desta forma, o conceito de geração é composto não apenas pela condição cronológica como também por elementos subjetivos compartilhados pelos indivíduos que dependem de outros fatores que compõem a vida dos

¹⁹ Pesquisador em Ciências Sociais pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. E-mail: murilo-rm@segplan.go.gov.br

²⁰ Graduado em Ciências Econômicas pela USP. Técnico do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. E-mail: Luiz-cf@segplan.go.gov.br

mesmos. Ou seja, a “geração” específica de um indivíduo está ligada essencialmente a fatores subjetivos e não objetivos como a faixa etária. Desta forma se pode depreender que existem várias “juventudes”, dependendo das condições materiais que cada grupo de uma mesma faixa etária possui para o desenvolvimento de suas possibilidades na vida.

A importância sociológica, do que comumente chamamos de juventude, é o fato de esse grupo social ser constituído pelos novos portadores de cultura. Os que recebem os bens culturais acumulados, os vivenciam e interpretam de acordo com suas experiências em um processo dinâmico que caracteriza as mudanças geracionais na sociedade. Em outras palavras, a juventude faz parte de uma situação geracional de extrema relevância e que exige uma atenção especial, na medida em que ela será a encarregada de processar as mudanças sociais necessárias ainda não realizadas e de selecionar os aspectos culturais relevantes merecedores de preservação no conjunto social.

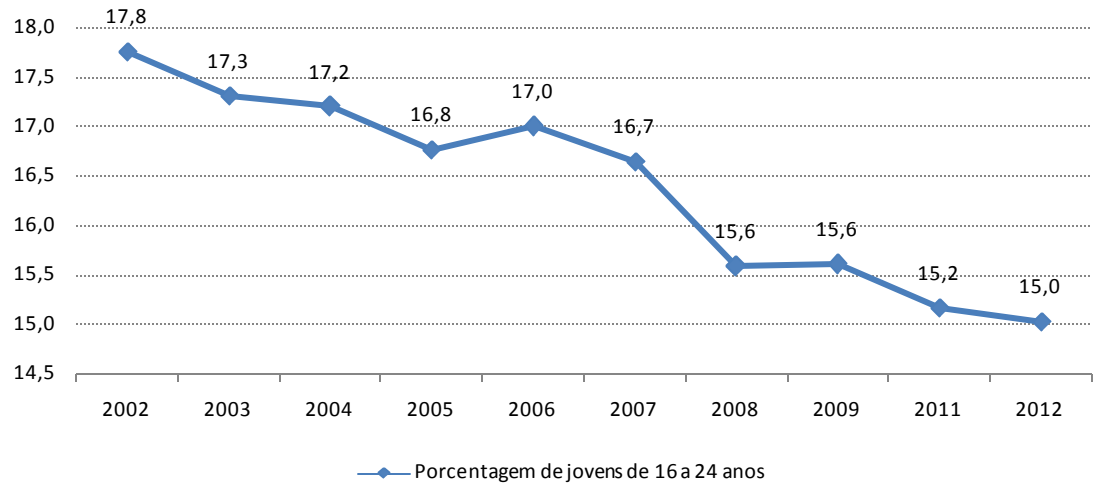
Devido à importância da juventude no conjunto social, este trabalho trata especificamente da população jovem entre 16 a 24 anos do Estado de Goiás em relação à demografia, educação, saúde e trabalho, e da população jovem goiana entre 15 a 24 anos com relação ao indicador de óbitos por causas externas. A escolha da faixa etária se dá a partir dos 16 anos por ser esta a idade inicial de emancipação legal e da possibilidade de obter emprego registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social. Já o limite dos 24 anos ocorre por ser esta a idade considerada ideal para se concluir o ensino superior, logo a idade para a conclusão dos estudos regulares e para a inserção plena no mercado de trabalho. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa) do Ministério da Saúde.

1. A Demografia da Juventude Goiana

Nas últimas décadas o Brasil e também o Estado de Goiás vêm apresentando diminuição constante nas taxas de fecundidade da população. Desta forma há uma tendência à diminuição da participação da população jovem no conjunto total da população. De acordo com o Instituto Mauro Borges, nas décadas de 1960 e 1970 houve um aumento anual de 4,62%, em média, na população de Goiás e que essa taxa caiu para 1,84% na década compreendida entre os anos de 2000 e 2010.

A população jovem de Goiás vem apresentando ao longo da década de 2002 a 2012 uma tendência de queda em termos relativos, apesar de praticamente não se alterar o número absoluto de jovens no Estado. Em 2002, havia 950.365 pessoas entre 16 e 24 anos em Goiás, o que representava 17,8% da população total do Estado. Enquanto que em 2012 a população nessa faixa etária era de 946.364 pessoas, representando 15% da população total.

Gráfico 1 - Porcentagem de jovens entre 16 e 24 anos em relação ao total da população - Goiás

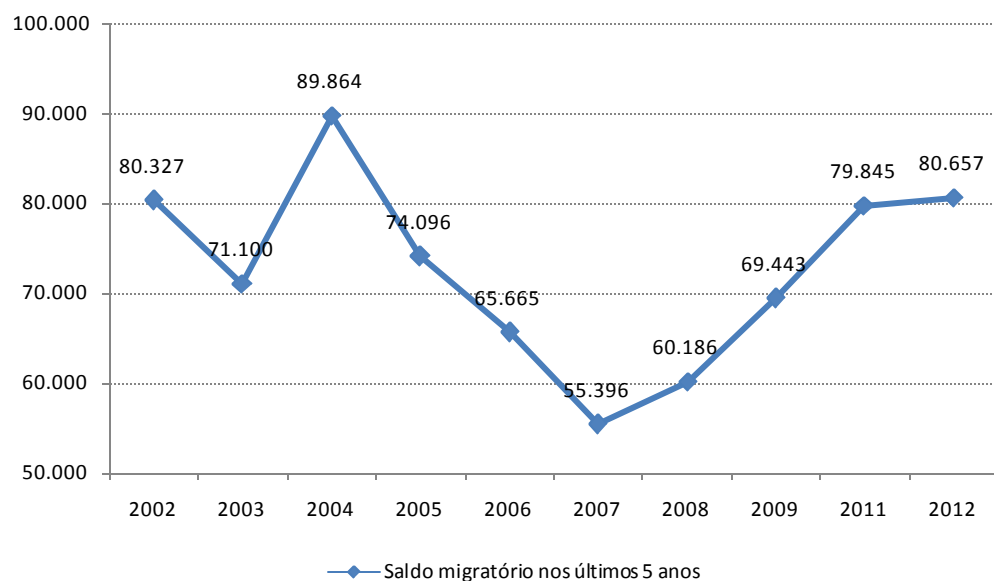


Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

O saldo migratório da população jovem do Estado de Goiás não apresentou uma tendência definida ao longo da década de 2002 (saldo positivo de 38.849 jovens) a 2012 (saldo positivo de 21.826 jovens) apresentando anos com tendência ao aumento e anos com tendência à queda no fluxo migratório, como se pode perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Saldo migratório de jovens entre 16 e 24 anos - Goiás

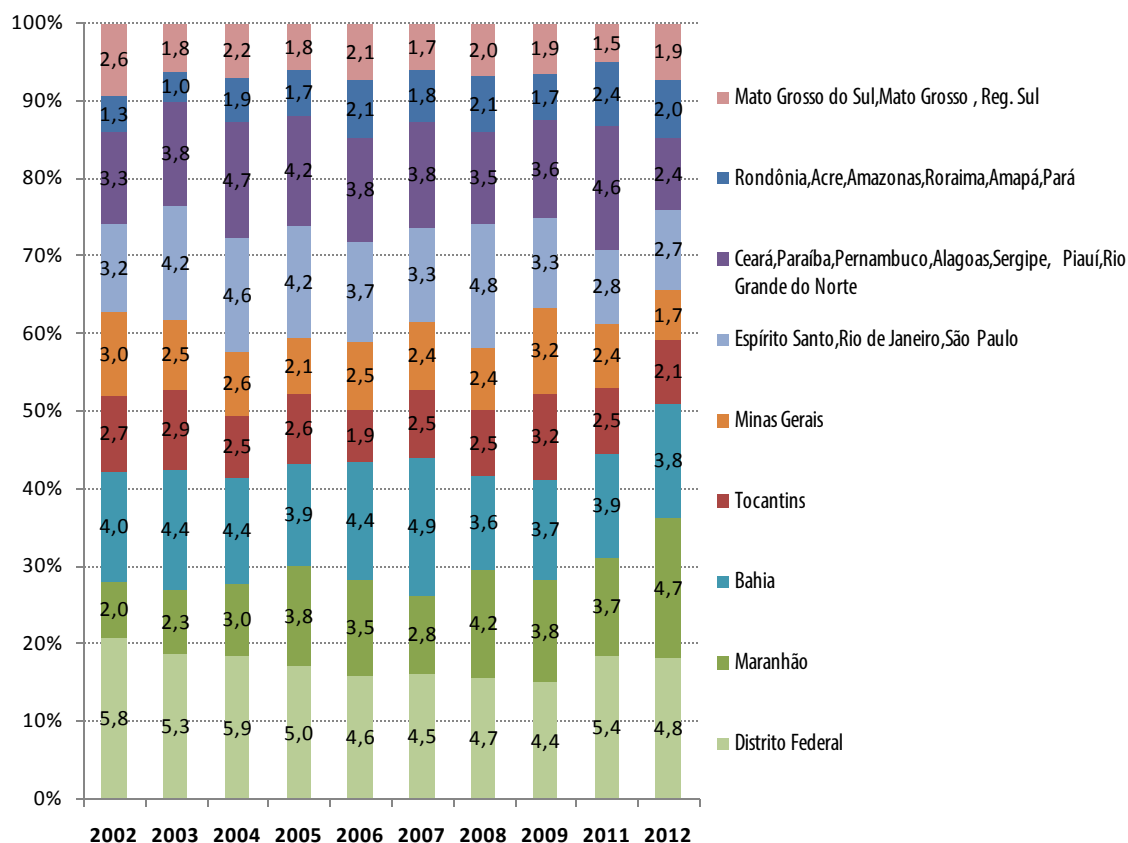


Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Ainda em relação à demografia é interessante analisar a origem de nossos jovens. Goiás se caracteriza por ser um Estado que atrai muitos imigrantes de diversas partes do país. Esse aspecto é importante para percebermos as características das diversas “juventudes” presentes em nosso Estado.

Gráfico 3 - Estado de nascimento da população jovem de 16 a 24 anos imigrante - Goiás



Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Quanto ao local de nascimento da população jovem imigrante, observa-se que há uma tendência de aumento do percentual da população jovem nascida no Maranhão (2,0% em 2002 para 4,7% em 2012) e uma tendência de queda do percentual de jovens provenientes das demais unidades da Federação. Em destaque na diminuição notam-se os jovens oriundos do Distrito Federal. A alta taxa de jovens nascidos no Distrito Federal pode ser em decorrência do grande número de mulheres residentes em Goiás que, devido à falta de estrutura, realizam seus partos na capital federal. Os cinco Estados que isolados já constituem uma relevância estatística (Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Maranhão e Distrito Federal) revelam que a atual

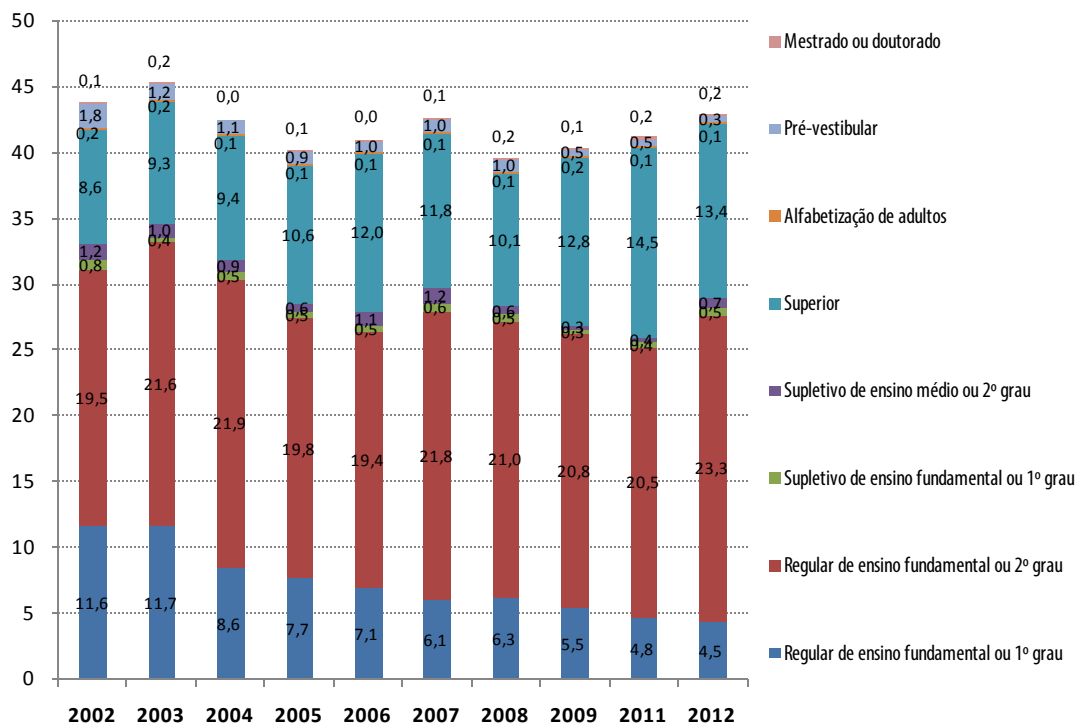
migração de jovens para Goiás mantém os traços de origem dos imigrantes que sempre houve ao longo da história goiana.

2. Educação e Trabalho dos Jovens Goianos

A questão do trabalho e da educação é tema de especial relevância nas análises a respeito dos jovens. Esta transição entre a esfera escolar e a laboral talvez seja o principal ponto que caracteriza a condição de juventude. Nesta fase o jovem não está limitado ao aprendizado e à dependência familiar, mas está em busca de seus meios de emancipação como indivíduo, o que implica além de novos conhecimentos a independência financeira e a comportamental.

Um elemento essencial que determinará as possibilidades futuras de vida do jovem é a sua escolaridade. Nesse quesito o Estado de Goiás tem percebido uma melhora significativa na última década. Em 2002, 19,5% da população jovem possuía ensino médio ou segundo grau, passando para 23,3% em 2012. Os jovens com ensino superior passaram de 8,6% em 2002 para 13,4% em 2012. Por outro lado, em relação à população jovem que possuía apenas o ensino fundamental ou primeiro grau houve diminuição de 11,6% em 2002 para 4,5% em 2012.

Gráfico 4 - Escolaridade da população jovem de 16 a 24 anos – Goiás



Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

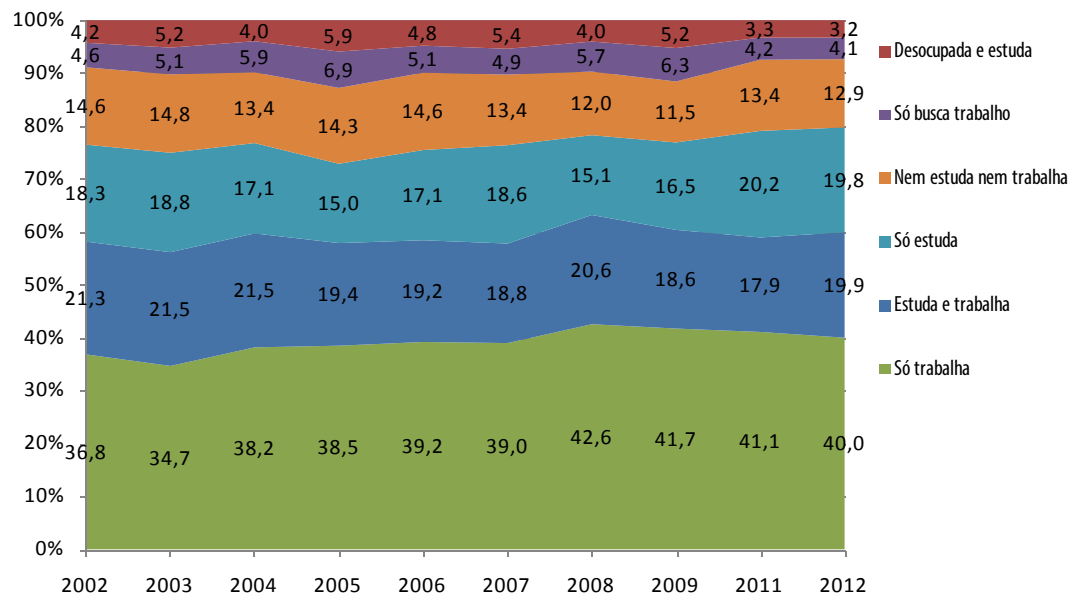
Além do grau de escolaridade que um jovem alcança outro fator que demonstra de sobremaneira a diversidade de nossa juventude é a presença dos jovens no mercado de trabalho ou não. Há jovens que iniciam no mercado de trabalho de forma bastante precoce, ainda que o trabalho obtido careça de algum significado maior em suas aspirações de vida e talvez seja até insatisfatório, mas é algo essencial para o sustento do jovem e, em muitos casos, da própria família que ele ajuda a manter.

Outro grupo de jovens é aquele que tem condições de depender financeiramente da família para seu sustento, mas sem muitos privilégios. Estes jovens procuram empregos de forma relativamente precoce no intuito de, na ausência da chamada “mesada”, ter mais recursos para gastos pessoais especialmente em lazer e cultura além de obterem uma maior autonomia uma vez que são os próprios jovens que administram esses recursos (AUGUSTO, 2005).

Finalmente tem-se um grupo em que os jovens tendem a se dedicar exclusivamente aos estudos e adentrar ao mercado de trabalho de maneira mais tardia. Neste grupo há uma ideia de compromisso familiar em que a “obrigação” dos pais é de prover o sustento dos filhos para que possam concluir os estudos de forma completa possibilitando a manutenção da posição da família na estratificação social (AUGUSTO, 2005). Assim, a obrigação do jovem seria exclusiva para os estudos e a continuidade da dependência em relação aos pais é vista de forma natural.

Entre os anos de 2002 e 2012, em Goiás, houve aumento na população que apenas trabalha (de 36,8% para 40,0%) assim como na população jovem que apenas estuda (de 18,3% para 19,8%). A população jovem desocupada e que estuda apresentou uma queda de 4,2% em 2002 para 3,2% em 2012. Os jovens que apenas buscam trabalho tiveram leve queda de 4,6% para 4,1%. Já a população jovem que estuda e trabalha apresentou redução de 21,3% para 19,9%. Desta forma cabe ressaltar que a juventude goiana é uma juventude trabalhadora. Mesmo estando em idade de estudos a maioria dos jovens goianos trabalha, 59,95%.

Gráfico 5 - Estudo, trabalho e desocupação dos jovens entre 16 e 24 anos – Goiás

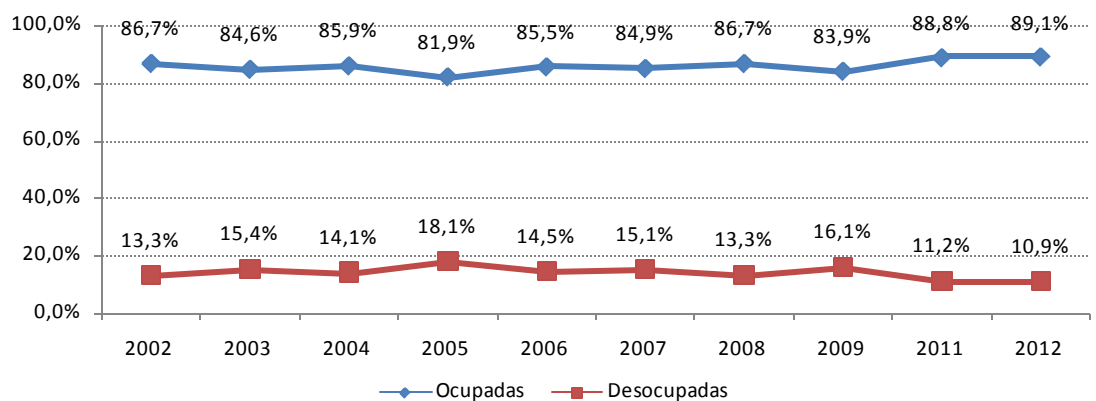


Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A dificuldade na obtenção de emprego nessa faixa etária é especialmente difícil. Muitos são os fatores que contribuem para este fato como a falta de experiência e a dificuldade de conciliação do trabalho com os estudos. Devido a este fato a taxa de desocupação nesta faixa etária normalmente é superior à de outras faixas etárias. Em relação à tendência, em Goiás observa-se que houve um aumento na taxa de ocupação da juventude, passando de 86,7% em 2002 para 89,1% em 2012.

Gráfico 6 - Ocupação e desocupação da população entre 16 e 24 anos – Goiás



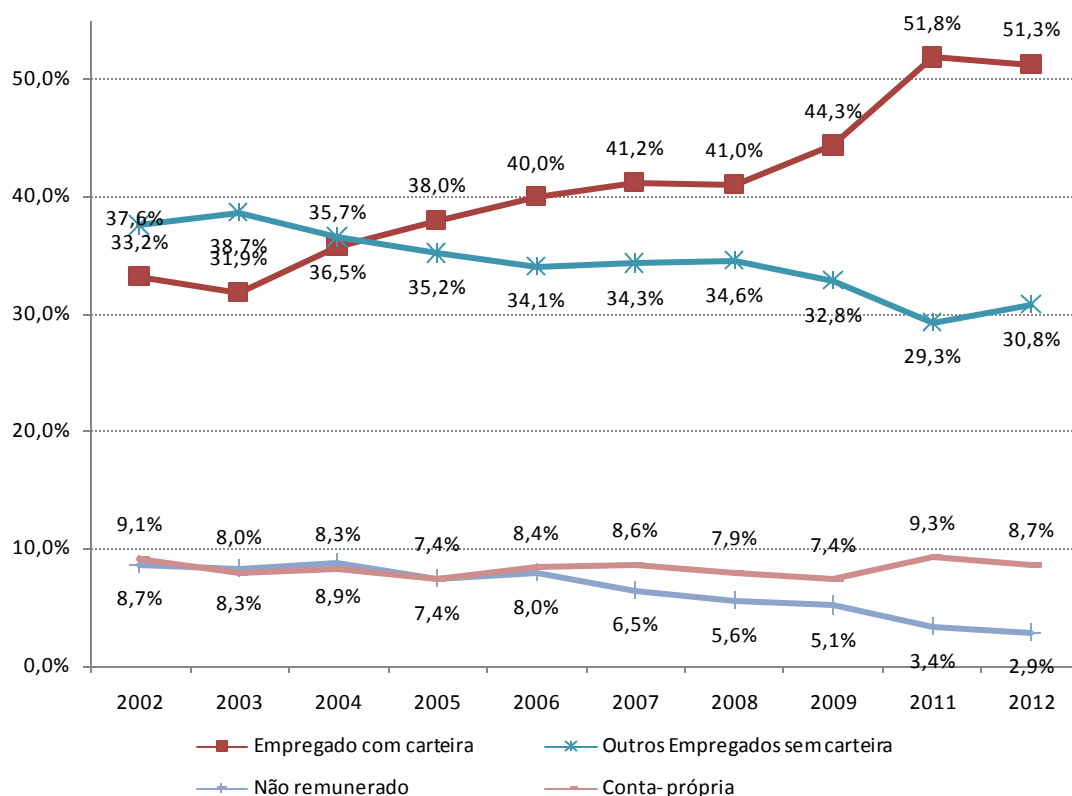
Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Para melhorar a análise sobre a ocupação desses jovens no mercado de trabalho é necessário observar o tipo de ocupação. Neste sentido, pode-se dizer que houve uma melhora na ocupação dos jovens goianos na última década. Destaca-se o aumento na formalidade da ocupação que passou de 33,2% em 2002 para 51,3% em 2012. Outros dados positivos são a redução na informalidade, que passou de 37,6% para 30,8%, e também a redução na ocupação sem remuneração, que caiu de 8,7% para 2,9% em 2012.

A atividade econômica em que o jovem trabalha revela muito sobre a economia de determinada sociedade e as condições de empregabilidade desses jovens. O gráfico a seguir revela uma grande modernização da economia goiana na década em análise. Atividades econômicas como a agricultura e a pecuária, que exigem uma mão de obra menos qualificada, empregaram menos em 2012 que dez anos antes. Por outro lado, a indústria de transformação vem em um constante aumento no que se refere à empregabilidade dos jovens. Esse tipo de atividade econômica exige uma maior qualificação da mão de obra e, em geral, oferece empregos mais estáveis e com remuneração maior que em relação às atividades ligadas ao campo. Neste quesito destacam-se os setores de comércio e serviços como maiores empregadores, 28,2% em 2012.

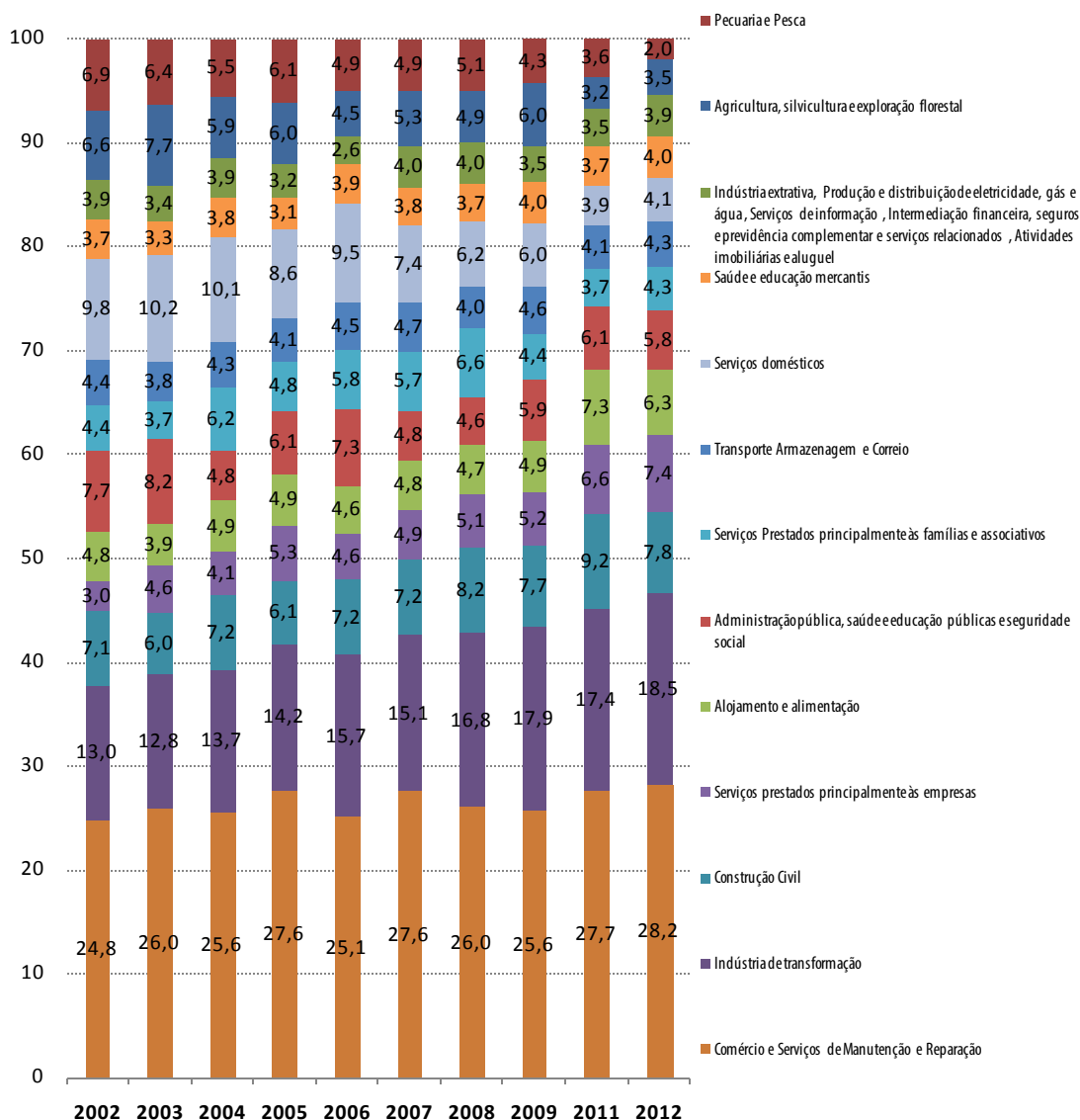
Gráfico 7 - Posição da ocupação dos jovens entre 16 e 24 anos – Goiás



Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Gráfico 8 - Atividade econômica dos jovens entre 16 e 24 anos ocupados – Goiás



Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

3. A Violência e os Jovens Goianos

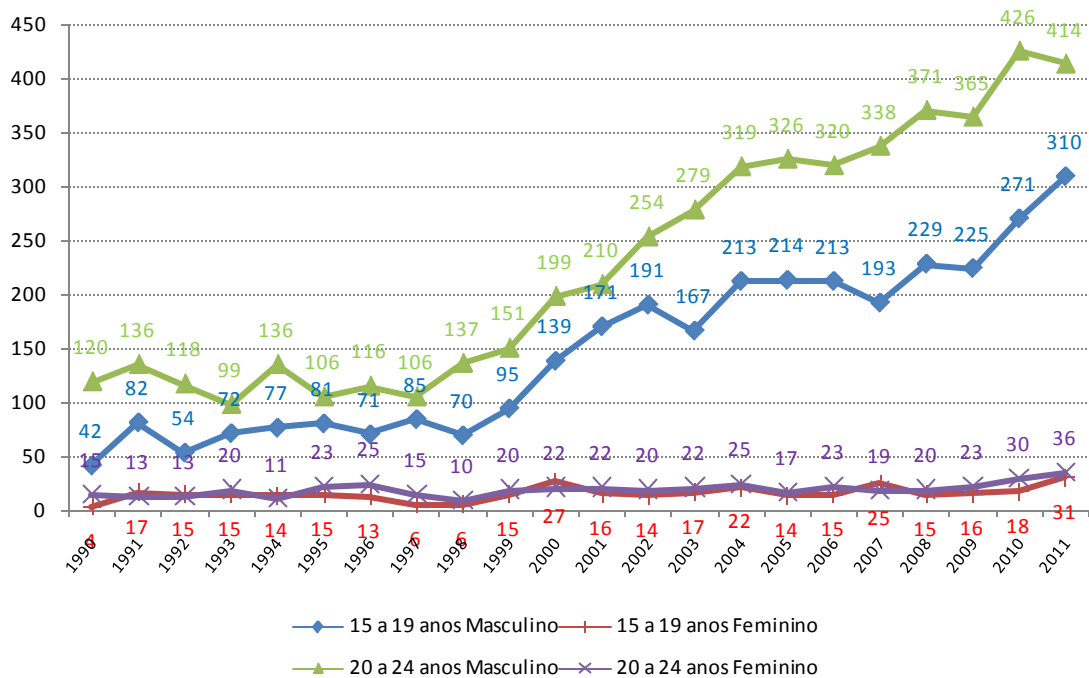
A questão da violência e em especial dos homicídios é de extrema relevância nas análises de qualquer faixa etária, mas quando tratamos dos jovens ela se torna ainda mais relevante. Os jovens são os novos portadores de cultura que recebem, processam, reelaboram e praticam os bens culturais acumulados na sociedade. Ou seja, são os jovens que garantem a vitalidade e a dinamicidade das sociedades (WELLER, 2007). Assim, quando há uma alta taxa de homicídios entre os jovens é algo grave, pois muito do que o corpo social investiu e aguarda como retorno de seus cidadãos é abortado

precocemente.

Além disto, é importante salientar que a familiaridade da juventude com a violência e com atores sociais violentos provoca uma ruptura na evolução social desejável do indivíduo. Como dito anteriormente, os jovens recebem bens culturais acumulados e os processam. A violência também é um bem cultural que pode ser estimulado ou diminuído de acordo com o que as novas gerações vivenciam no decorrer de sua formação. Assim, a convivência com a violência, seja sendo vítima dela ou a praticando, influencia diretamente na constituição dos sujeitos que serão os novos portadores de cultura.

Neste sentido, a questão da violência pode ser considerada como uma das mais críticas para a juventude goiana nos dias atuais. A partir do final da década de 1990 o Estado de Goiás vem percebendo um aumento constante e considerável nas taxas de homicídios da população entre 15 e 24 anos. Este aumento foi ainda mais forte na população masculina. No ano de 2001, 381 jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos foram vítimas de homicídio. Dez anos depois, em 2011, o número de vítimas nessa mesma faixa etária e do mesmo sexo foi de 724. Um aumento de cerca de 90%. Entre as mulheres nessa faixa etária também houve pequeno aumento no número de homicídios, mas em menor escala. Historicamente os homens são mais vulneráveis a este tipo de crime que as mulheres.

Gráfico 9 - Número de óbitos por homicídio da população jovem entre 15 e 24 anos – Goiás

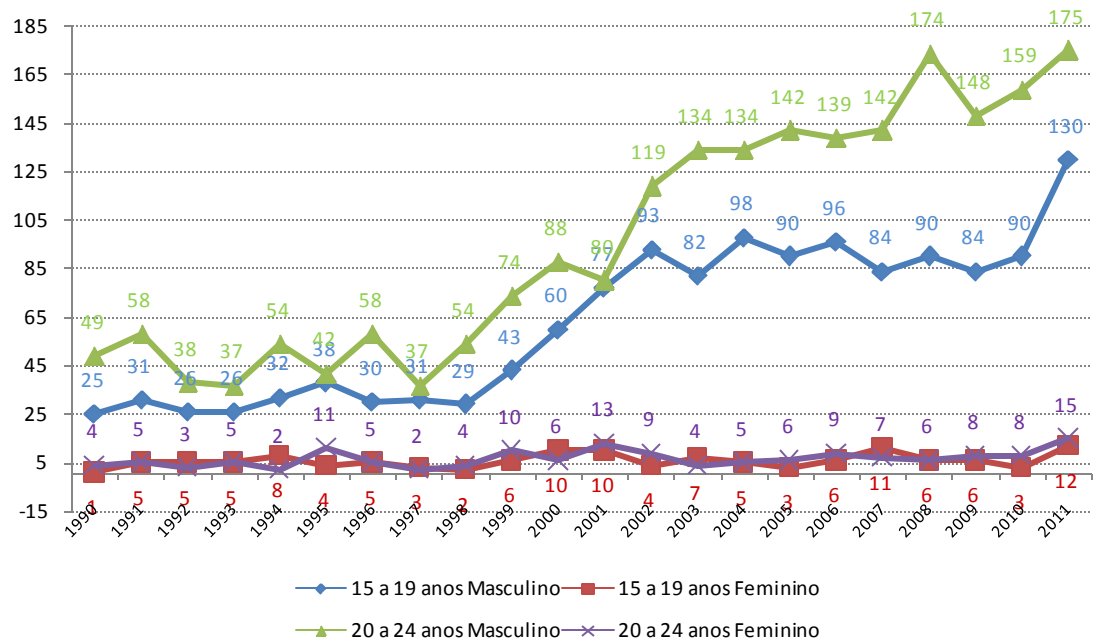


Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Esta evolução é bastante preocupante, mas cabe ressaltar que ela não ocorre de forma homogênea em todo o território do Estado. Quando analisada regionalmente se destacam negativamente as Regiões Metropolitanas de Goiânia e do Distrito Federal como as regiões em que mais ocorrem crimes contra a vida dos jovens. Como podemos perceber nos gráficos 10 e 12.

Gráfico 10 - Número de óbitos por homicídio da população de jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Goiânia

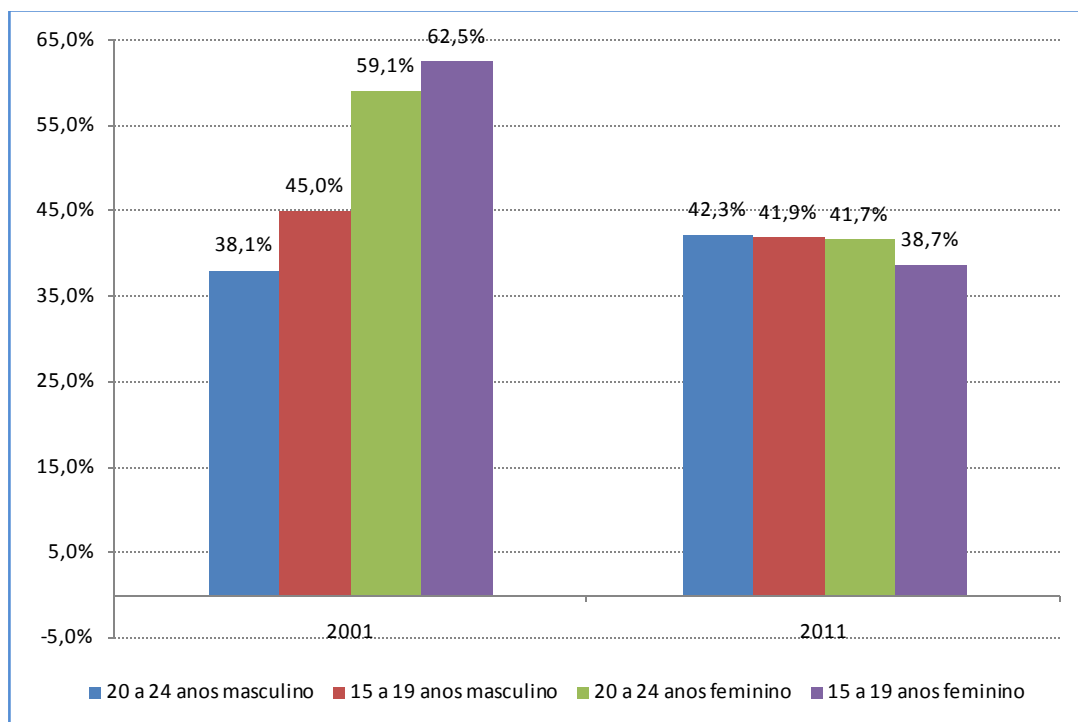


Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Ao abrir os dados para a Região Metropolitana de Goiânia pode-se observar que existe uma tendência para elevação no número de homicídios, principalmente para o sexo masculino. Além disso, em 2001, a região concentrou 38,1% dos homicídios na faixa etária entre 20 e 24 anos masculina; 45,0% dos homicídios da faixa etária dos 15 aos 19 anos masculina; 59,1% dos homicídios da faixa etária dos 20 a 24 anos feminina e 62,5% dos homicídios na faixa etária entre os 15 e 19 anos feminina. Em 2011, essas porcentagens se alteraram para 42,3%, 41,9%, 41,7% e 38,7%, respectivamente. Isto demonstra a forte concentração desse tipo de crime na Região Metropolitana de Goiânia.

Gráfico 11 - Participação percentual no número de óbitos por homicídio da população de jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Goiânia no total de homicídios em relação ao total do Estado de Goiás

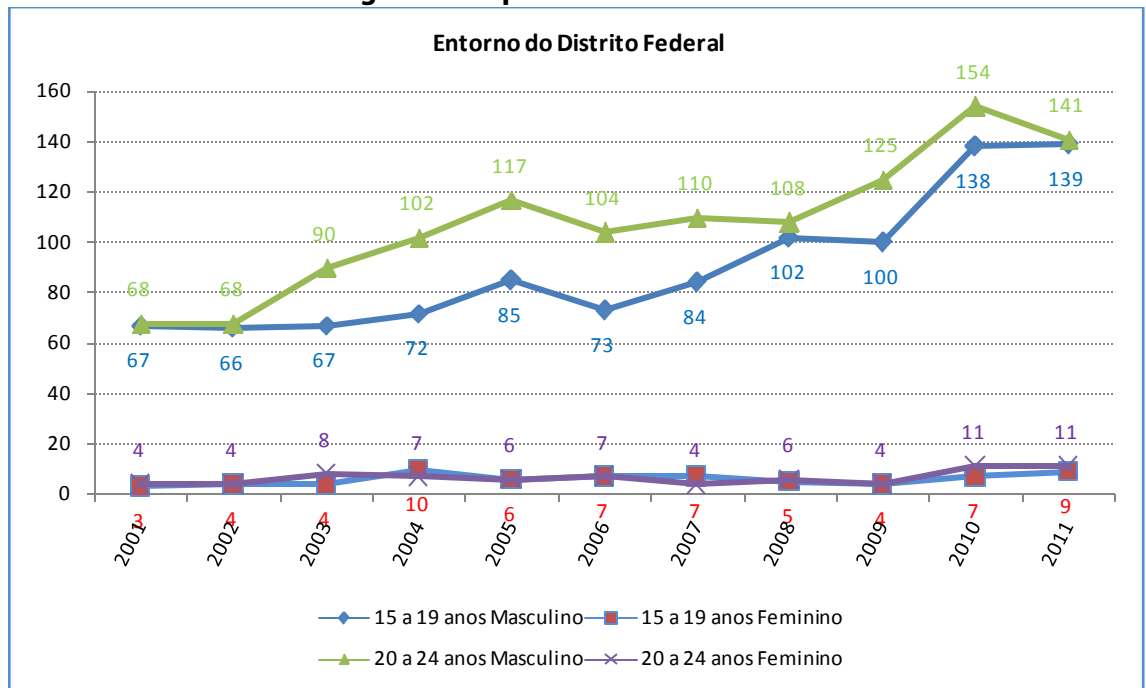


Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Ao analisar a situação da Região Metropolitana do Distrito Federal, pode-se observar que existe uma tendência para elevação mais acentuada para o sexo masculino. Também sendo uma região com altas ocorrências deste tipo de crime, a Região Metropolitana do Distrito Federal concentrou, em 2001, 32,4% dos homicídios na faixa etária entre os 20 e 24 anos masculina; 39,2% dos homicídios na faixa entre os 15 e 19 anos masculina; 18,2% dos homicídios entre as mulheres de 20 a 24 anos e 18,8% dos homicídios na faixa de mulheres entre 15 e 19 anos. Em 2011, essas porcentagens se alteraram para 34,1%, 44,8%, 30,6% e 29,0% respectivamente. Nota-se uma tendência à elevação da participação desta região nos homicídios da população entre 15 e 24 anos no Estado de Goiás.

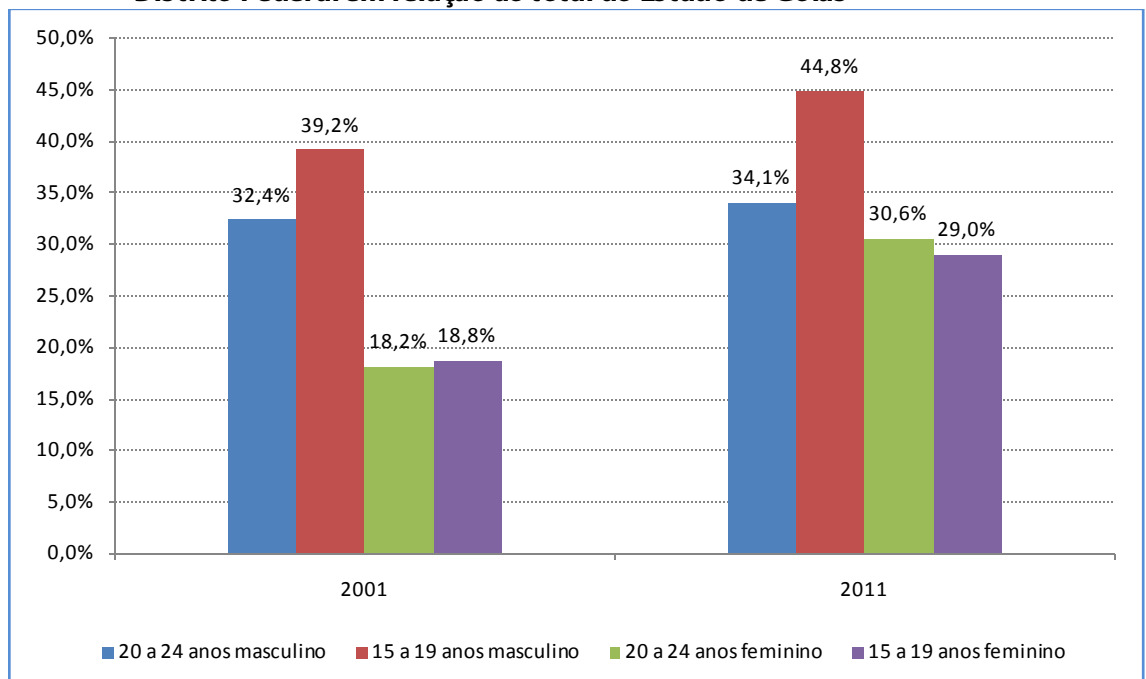
Gráfico 12 - Número de óbitos por homicídio na população de jovens entre 15 e 24 anos na Região Metropolitana do Distrito Federal



Fonte: Ripsa / MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Gráfico 13 - Participação percentual do número de óbitos por homicídio da população de jovens entre 15 e 24 anos na Região Metropolitana do Distrito Federal em relação ao total do Estado de Goiás

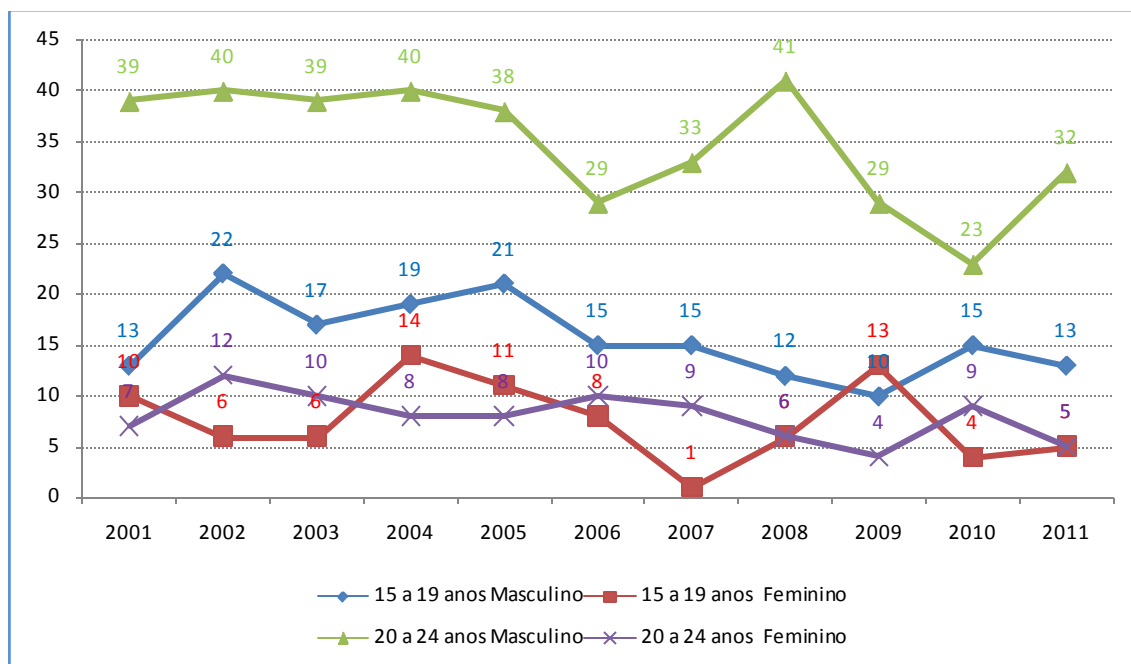


Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Outro quesito relevante em relação à violência sofrida pelos jovens é o suicídio. Este é um aspecto bastante delicado inclusive na forma de tratá-lo, pois pode estimular a prática ao invés de coibi-la. Altos índices de suicídio em populações jovens é muito preocupante, pois representam uma descrença em relação ao futuro em uma idade em que embora condições presentes possam estar difíceis, ainda se espera que a perspectiva de um futuro melhor a ser construído prevaleça.

Gráfico 14 - Número de óbitos por suicídio na população entre 15 e 24 anos – Goiás



Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

O gráfico acima não permite estabelecer uma tendência definida em relação a este tipo de óbito. Entretanto, apesar das oscilações nota-se que houve certa diminuição no número total de jovens que cometem este ato extremo contra suas próprias vidas. Se em 2001 o total de jovens que se suicidaram foi de 69, no ano de 2011 esse número foi de 55.

Considerações Finais

A década compreendida entre os anos de 2002 e 2012 observou uma melhora significativa na maioria dos indicadores sociais para os jovens com idade entre 16 e 24 anos no Estado de Goiás. Com exceção dos dados relativos ao número de homicídios que registrou preocupante piora, os dados relativos

à escolaridade, empregabilidade, tipo de cargos ocupados e formalidade no emprego demonstraram significativa melhora nos dez anos analisados.

O perfil de migração dos jovens vem demonstrando pequenas variações na origem dos jovens que escolhem Goiás para construir suas vidas. O Estado do Maranhão se destaca com uma tendência ao aumento da migração que tem Goiás como destino. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais, tradicional origem de muitos habitantes de Goiás, vem apresentando uma tendência de diminuição neste fluxo. Em relação ao saldo migratório total este alternou anos com saldo maior e outros com saldo menor na entrada de jovens de outros Estados para Goiás. No entanto, em todos os anos analisados Goiás obteve considerável saldo positivo, revelando ser um Estado bastante atrativo para jovens de outras regiões do país.

A questão da migração é relevante para se salientar que a juventude goiana é muito heterogênea e que seria mais correto dizer que existem “várias juventudes”. Como dito anteriormente, não basta que os jovens compartilhem de um mesmo tempo cronológico para integrarem um mesmo conjunto social. Além disso, é necessário que estes jovens compartilhem e interpretem experiências de forma comum. Algo muito mais qualitativo que compõe a experiência individual de cada jovem e é compartilhada por outros jovens em condições socioeconômicas semelhantes.

Neste sentido, nota-se a dificuldade em agrupar em um mesmo conjunto social homogêneo o jovem imigrante do Maranhão e o imigrante de São Paulo. No entanto, mais importante que a origem territorial do jovem é a sua condição socioeconômica, que determinará as diferentes noções de mundo, suas especificidades e necessidades a serem saciadas no caminho da construção de sua individualidade.

A entrada no mercado de trabalho é um fator que evidencia essa diferença. Alguns jovens são colocados no mercado de trabalho de forma precoce, pois deles se exige que colaborem com o sustento familiar. Outros jovens, embora não tenham uma necessidade material para obter renda adentram no mercado de trabalho para obter independência financeira e comportamental em relação aos pais. Há ainda os jovens que retardam ao máximo a entrada no mercado de trabalho, focando a dedicação exclusiva aos estudos com o intuito de manter a estratificação familiar do conjunto social. Esta condição, por exemplo, enquanto é vista de forma natural pelos jovens nela inseridos, é vista como privilégio por jovens que optam por uma trajetória diferente ou que não têm essa opção de escolha.

A importância social da juventude ganha importância nas discussões acadêmicas e políticas públicas em geral. No entanto, deve-se ter claro que existem várias juventudes diferentes e que estas possuem visões e necessidades distintas entre si. Desta forma, deve-se procurar ouvir e aprender com todas estas diferentes facetas da juventude goiana. Como disse Karl Mannheim, um dos pioneiros da sociologia da juventude, não apenas o mestre educa o discípulo, como também o discípulo educa o mestre e as gerações estão em constante interação entre si.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 17, n. 2, nov. 2005 .

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 set. 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000200002>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2002 – 2012. Rio de Janeiro, Brasil.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede Interagencial de Informações para a Saúde**. Brasília, 2013.

WELLER, Vivian. **Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude**.

Disponível em

<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.23.%20mannheim%20sobre%20sociologia%20da%20juventude.pdf>

Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo e abstract contendo no máximo 10 linhas cada e palavras-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Myriad Pro ou Arial, tamanho 11, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues ao IMB, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@segplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto também devem ser enviadas como anexo;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan - GO.

**CONJUNTURA
ECONÔMICA
GOIANA**

Boletim trimestral | **30**
Setembro - 2014



SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS